

CONGRESSO MUNDIAL DAS FORÇAS DA PAZ



Moscovo, 25 a 31 de Outubro de 1973

FACTOS E NÚMEROS

- O Congresso realizou-se em Moscovo, de 25 a 31 de Outubro.
- No total, participaram no Congresso 3500 delegados, representando 143 países e mais de 120 organizações intergovernamentais e não governamentais, tanto regionais e nacionais como também internacionais.
- Foram ali representados mais de 1100 partidos políticos e organizações.
- O que é o Congresso Mundial das Forças da Paz? Que deverão os partidos e organizações políticas terem representados por uns dois mil delegados? Que organizações internacionais e organizações internacionais?
- Perto de 500 representantes de mais de 100 organizações e partidos cristãos-democratas, liberais e agrários estavam presentes.
- Mais de 30 partidos e organizações democráticas enviaram uma centena de delegados.
- 200 representantes de 60 movimentos nacionais democratas e de libertação nacional assistiram ao Congresso.
- Perto de 500 delegados representavam os partidos comunistas, o operários.
- 300 delegados representavam os Parlamentos nacionais.
- 100 ministros de governos acompanharam as suas delegações.

DOCUMENTOS

Portugal esteve presente com uma delegação em que os seus membros saíram do exterior. Apresentou comunicações nas principais sessões. Foi chamado ao comité de redacção e a discussão de vários documentos do Congresso.

A constituição da delegação foi a seguinte:

António Gargalho, António Matos, António Almeida, Carlos
Carvalho, Carlos Semedo, Carlos Teófilo, Carlos
Mário Cruz, Carlos
Teresa Ferreira, Teresa
Coordenador: Carlos
Tradução de: J. Lant

CONGRESSO MUNDIAL
DAS FORÇAS DA PAZ

DOCUMENTOS

Edição do: **Conselho Português para a Paz e Cooperação**

Editor: **Sérgio Ribeiro**

Coordenador: **Carlos Carvalhas**

Tradução de: **J. Leal**

FACTOS E NÚMEROS

- O Congresso realizou-se, em Moscovo, de 25 a 31 de Outubro.
- No total, participaram no Congresso 3500 delegados, representando 143 países e mais de 120 organizações intergovernamentais e não governamentais, tanto regionais e nacionais como também internacionais.
- Foram aí representados mais de 1100 partidos políticos e organizações nacionais.
- O quadro da composição política do Congresso, mostra que diversos partidos e organizações políticas foram representados por uns dois mil delegados. Os outros delegados representavam organizações internacionais e diversos movimentos de massas.
- Perto de 600 representantes de mais de 100 organizações e partidos cristãos-democratas, liberais e agrários estavam presentes.
- Mais de 30 partidos socialistas e social-democratas enviaram uma centena de delegados.
- 200 representantes de 60 movimentos nacionais-democratas e de libertação nacional assistiram ao Congresso.
- Perto de 500 delegados representavam os partidos comunistas e operários.
- 300 delegados representavam os Paramentos nacionais.
- 100 ministros de governos acompanhavam as suas delegações.

Portugal esteve presente com uma delegação em que só dois membros saíram do exterior. Apresentou comunicações nas principais secções. Foi chamado aos comités de redacção e à presidência de honra no encerramento do Congresso.

A constituição da delegação foi a seguinte:

António Carvalho, António Malaquias Abalada, António Ribeiro, Carlos Carvalhas, Carlos Semedo, Gaspar Teixeira, Ivo Lé Gomes, José Abalada, Maria Graça Forjaz, Maria José Ribeiro, Maria Graciete Teixeira, Maria Teresa Ferreira, Papiniano Carlos, Pedro Ferreira, Silas Cerqueira, Sérgio Ribeiro, Vinício de Sousa, Vítor Silva, Vítor Wengorovius.

PELA SEGURANÇA INTERNACIONAL E O DESARMA-
MENTO, PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, A COOPE-
RAÇÃO E A PAZ

Comunicado do Congresso Mundial das Forças da Paz

O Congresso Mundial das Forças da Paz reuniu-se em Mos-
covo, de 25 a 31 de Outubro de 1973. Foi a maior assembleia da
história dos movimentos sociais: reuniu representantes de 120
organizações internacionais e mais de 1100 organizações e mo-
vimentos nacionais de 143 países.

Sete dias de francas discussões de carácter construtivo, tendo
em conta diferentes posições, permitiram-nos examinar a fundo
os problemas vivos e complexos do nosso tempo.

O Congresso Mundial marca uma etapa muito importante na
intensificação da luta dos povos pela defesa e consolidação da
paz. Deu uma inestimável contribuição para o desenvolvimento do
entendimento e da cooperação entre organizações com pontos
de vista políticos e outros dos mais diferentes. Assim se deu um
novo grande passo para a acção comum.

Muitos dos acontecimentos que recentemente se deram na
cena internacional são, para nós, fonte de esperança e de encora-
jamento. Pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, sur-
giram indícios que assinalam que a ameaça de uma nova catás-

trofe, ainda mais terrível pelas possíveis consequências que traria, se começa a distanciar. A ideia da coexistência pacífica ganha cada vez maior número de adeptos, tanto no seio dos governos como fora deles. Actualmente compreende-se melhor que a preocupação pela paz e segurança dos povos não pode ser um assunto exclusivo de um pequeno número de grandes potências. Esta compreensão leva diversos estados (grandes, médios e pequenos, pertencentes a determinados blocos ou agrupamentos ou não-alinhados) a contribuir cada vez mais para o processo de desanuviamento que se vai aprofundando e para a viragem significativa da hostilidade e confrontação para uma cooperação igual e eficaz.

Porém, muitos dos acontecimentos que se verificam actualmente são também motivo de preocupação e de inquietação. O desanuviamento em determinadas regiões é acompanhado por tensões e agressões noutras, o que, inevitavelmente, tem um impacto nefasto nas relações internacionais em geral. Os esforços para abrandar a corrida aos armamentos, encontram ainda uma séria resistência nos complexos militar-industriais, nos regimes militaristas e abertamente fascistas e racistas. Apesar do processo de descolonização, o colonialismo mantém-se sob diversas formas e continua a negar aos povos a independência e o direito imprescritível de governarem os seus próprios países. Deliberadamente esforçam-se por restabelecer a guerra fria, entravando assim o melhoramento em curso do clima internacional.

Examinámos em conjunto o que os povos podem e devem fazer nesta situação, graças ao poder da opinião mundial. Chegámos à conclusão de que é necessário empreender uma acção vigorosa e concertada, pondo de lado tudo o que nos divida, para contribuir para o reforço dos progressos feitos actualmente no caminho da paz e da segurança. Baseando-se nos seus profícuos trabalhos, as catorze comissões do congresso resumiram os resultados positivos das discussões e elaboraram conclusões focando um abundante número de problemas cuja solução garantirá, como

estamos persuadidos, que os sucessos obtidos nos anos 70, do nosso século, conduzirão a uma paz duradoira no planeta.

Damos lugar de destaque aos seguintes problemas:

Coexistência pacífica e segurança internacional

A paz só pode ser assegurada se o princípio da coexistência pacífica entre estados, independentemente dos seus sistemas sociais, for universalmente aceite e aplicado.

A coexistência pacífica não significa apenas ausência de guerra. Ela dá a cada nação a possibilidade de preservar a independência e soberania nos limites de fronteiras invioláveis, e de desenvolver nesta base uma cooperação multiforme, assegurando os contactos e independência dos povos no interesse da paz e do progresso social.

Coexistência pacífica não significa aceitar a injustiça. Pelo contrário, ela supõe que se rejeite a agressão, que seja garantido o direito das nações de lutar por todos os meios apropriados pela sua libertação política e económica e pelo progresso social, e de determinar livremente o seu destino sem ingerência estrangeira. É por isto que ela é conforme aos interesses dos povos e à sua concepção dos princípios em que deve assentar uma paz justa.

A coexistência pacífica proscreeve o emprego da força nas relações entre estados e implica o carácter verdadeiramente pacífico dos diferentes meios de regular os litígios e diferendos. É precisamente isto que constitui o mais seguro fundamento da segurança internacional. «O equilíbrio do terror» não pode proporcionar tal fundamento. É instável e perigoso, pois mantém e justifica os preparativos de guerra, sustenta um aparelho militar para regular problemas internacionais e agrava a oposição militar entre grupos de países.

A outra via, inteiramente realista, consiste em criar as garantias políticas, económicas, sociais, culturais e psicológicas da segurança. É a única maneira de pôr fim à divisão do mundo em blocos militares e políticos opostos, e de regular outros problemas capitais do desanuviamento no plano militar. É nesta via que a ONU pode desempenhar plenamente o seu papel e ser um instrumento eficaz da segurança internacional.

Indochina

A vitória do povo vietnamita consagrada pelo Acordo de Paris, e a do povo do Laos consagrada pelo Acordo e pelo Protocolo sobre o Laos, representam grandes vitórias das forças patrióticas que impuseram ao imperialismo americano recuos importantes e abriram caminho a um regulamento político justo nesta parte do mundo.

Porém, o inimigo comum destes povos não renunciou aos seus objectivos, a guerra prossegue no Cambodja, a administração de Saigão e as forças reaccionárias do Laos, com a ajuda dos Estados Unidos, fazem tudo para impedir a aplicação dos acordos assinados. Importa que se faça tudo para conseguir o respeito rigoroso e escrupuloso dos acordos de Paris e de Vienciana, por todas as partes.

As operações armadas contra as regiões controladas pelo Governo Revolucionário Provisório da República do Sul do Vietname, têm de cessar completamente e os presos políticos detidos pelas autoridades de Saigão têm de ser entregues às partes interessadas.

Dada a gravidade da situação importa, igualmente, exigir que os actos de agressão e as ingerências dos Estados Unidos e dos seus satélites nos negócios internos do Cambodja cessem imediatamente, conforme os objectivos e princípios do Programa

político da Frente Unida Nacional do Cambodja e do Governo Real de Unidade Nacional do Cambodja.

Tudo deve ser feito para ajudar os povos do Laos, do Cambodja e do Vietname que, em planos diferentes, lutam pela independência e pela paz.

Próximo Oriente

A recente explosão militar no Próximo Oriente confirma, de modo trágico, o perigo que representa a longa ausência nesta região de um regulamento pacífico, devido à contínua agressão de Israel que ameaça a paz, à recusa obstinada de Israel em aplicar as decisões da ONU e às consequências que advêm de persistir na ocupação dos territórios árabes. Confirmou também que, na época contemporânea, esta intransigência de Israel não pode ter êxito.

As últimas decisões do Conselho de Segurança partem justamente deste facto e demonstram que nas relações internacionais actuais a anexação violenta legalizada não tem lugar. Estas decisões apontam um caminho realista para um regulamento imediato, justo e completo da crise do Próximo Oriente. Tal regulamento tem por base a imediata aplicação das resoluções do Conselho de Segurança de 22, 23 e 25 de Outubro de 1973, a retirada total das forças israelitas de todos os territórios árabes ocupados conforme as disposições da resolução n.º 242 do Conselho de Segurança da ONU e os princípios fundamentais da Carta da ONU, bem como a plena garantia dos legítimos direitos e da segurança de todos os estados e povos desta região, incluindo o direito do povo árabe da Palestina regressar aos seus lares e à autodeterminação, conforme às resoluções da ONU.

Segurança e cooperação europeias

Os progressos do desanuviamento na Europa inscrevem-se na linha geral do melhoramento das relações internacionais à escala mundial, tal como os entraves ao seu desenvolvimento estão em correlação com os conflitos e tensões de outras regiões do globo.

Acelerar, alargar e aprofundar o contínuo processo da segurança europeia, recusando qualquer atraso injustificado e qualquer artifício que vise comprometê-lo é, assim, uma obra de paz, para a qual se devem voltar cada vez mais resolutamente os governos, os povos e as organizações mais diversas do continente.

Importa particularmente conseguir, na medida do possível e num prazo razoável, a assinatura do acto final da conferência dos estados, bem como a criação de um organismo permanente destinado a apoiar a dinâmica da evolução suscitada e a garantir a sua continuação.

Apesar do desanuviamento político ter prioridade sobre o desanuviamento militar, ambos estão intimamente ligados. Nesta perspectiva é necessário propor, o mais breve possível, um acordo para a suspensão da corrida aos armamentos na Europa e para uma redução das forças militares nacionais e estrangeiras na Europa Central. Numa altura em que o desanuviamento aumenta, alguns meios propõem a transformação da C.E.E. num bloco militar e sugerem, mesmo, dotá-la de meios nucleares autónomos. Tais projectos, se se tornassem realidade, afectariam perigosamente o desanuviamento. Na base de uma segurança política e militar igual para todos, a cooperação económica, científica, técnica e cultural, multilateral e bilateral pode alcançar um desenvolvimento considerável. Entre outras iniciativas interessantes, poderiam ser levadas a cabo proveitosas trocas de opiniões e contactos entre as diversas integrações económicas da Europa e, especialmente, entre o C.A.E.M. e a C.E.E. Também a multipli-

cação de intercâmbios culturais, de qualquer espécie, deverá facilitar a compreensão e confiança recíproca entre os povos.

Paz e segurança na Ásia

A política imperialista de agressão, subversão e divisão dos povos da Ásia é a principal ameaça à paz e à segurança nesta região.

Os povos da Ásia obtiveram grandes vitórias na luta contra esta política. A política de não alinhamento adoptada por numerosos países asiáticos é uma importante contribuição para a paz, para a segurança e para a cooperação nesta região. Esta política verdadeiramente anti-imperialista, a heróica vitória do povo vietnamita sobre o imperialismo americano, o aparecimento da República do Bengladesh, o movimento antimilitarista do povo japonês, as medidas tomadas no subcontinente Indiano para assegurar uma paz duradoira, são uma contribuição para a luta contra as conspirações imperialistas. Daí resulta uma modificação decisiva da relação de forças a favor da paz e da liberdade.

O regulamento de certo número de conflitos e de crises extremamente perigosas, provocadas pela agressão e ingerência imperialistas, dá um acentuado relevo à acuidade e amplitude dos problemas não resolvidos na Ásia, que impedem a estabilização de relações internacionais neste continente.

Hoje, a tarefa principal é a de, unindo os nossos esforços, pôr em cheque as manobras do imperialismo que se dedica a minar a soberania dos estados para realizar os seus projectos neocolonialistas.

A criação de um sistema de segurança colectiva na Ásia, aberto a todos os estados asiáticos, independentemente dos seus regimes sociais, deve apoiar-se nos princípios de coexistência pacífica, desenvolvendo o espírito de Bandoeng. Contribuirá incontavelmente para facilitar o cumprimento de tarefas importantes,

como a rápida extinção dos focos de guerra existentes e a superação das consequências da agressão e da ingerência estrangeiras. Deste modo, é indispensável intensificar permanentemente a luta para libertar a Ásia e a região do Pacífico das experiências nucleares, das bases militares estrangeiras e dos blocos militares. A admissão, o mais breve possível, da República do Bangladesh na ONU e a completa normalização da situação do Sul asiático e a transformação do Oceano Índico numa zona de paz, são elementos essenciais para a segurança na Ásia. Esta ideia encontra um apoio cada vez maior e merece ser examinada com a maior atenção pelos países interessados. Tal sistema constituiria para promover uma vasta cooperação entre os países da Ásia, voltada para o seu desenvolvimento e progresso social.

O diálogo entre a Coreia do Norte e a do Sul, encetado por iniciativa da República Democrática Popular da Coreia, é um passo novo para a reunificação pacífica da Coreia, numa base democrática e sem ingerência estrangeira. As autoridades sul-coreanas põem, no entanto, obstáculos à sua continuação.

Os governos e todas as forças sociais dos países da Ásia estão virados para a tarefa capital de unirem os seus esforços para a solução dos problemas da paz e da segurança neste continente. Nesta tarefa é necessário que se parta de princípios universalmente reconhecidos da coexistência pacífica internacional, tendo em conta ideias e princípios construtivos avançados.

Desarmamento

É necessário tirar proveito da atmosfera de desanuviamento, para regular o problema da cessação da corrida aos armamentos e assegurar o desarmamento. Desenvolvendo-se simultaneamente, os processos de desanuviamento internacional e de desarmamento estimulam-se reciprocamente. Partindo de medidas para diminuir e limitar a corrida aos armamentos, é necessário passar à redução

de facto dos mesmos, interditando, antes de mais, as armas de destruição massiva e tendo por objectivo, a longo prazo, o desarmamento geral e completo. Para tal é necessário:

— que os tratados e acordos sobre o documento, já assinados — e cuja importância é evidente — sejam estritamente aplicados, e que os países que ainda não os assinaram, ou ratificaram, os subscrevam;

— que as cinco potências nucleares assinem um pacto de não-recorso à força, estipulando a proibição para sempre das armas nucleares; a redução das despesas militares; o emprego de uma parte dos fundos assim libertados, para ajuda aos povos dos países em vias de desenvolvimento; o fim de todas as experiências nucleares em quaisquer lugares; o emprego de novas medidas práticas para pôr cobro à corrida aos meios nucleares ou ao seu melhoramento, e para assegurar o desarmamento;

— que as propostas relativas à criação de zonas desnuclearizadas, à supressão das bases militares no estrangeiro e à interdição de armazenar armas nucleares em território estrangeiro sejam de facto aplicadas;

— que se realize, no mais breve espaço de tempo, uma conferência mundial para o desarmamento, e que seja assegurado o êxito das conversações em curso sobre a redução dos armamentos e das forças armadas na Europa.

Movimento de libertação nacional, luta contra o colonialismo e o racismo

Os povos da Ásia, África e América Latina lutam contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o «apartheid» e a opressão nacional, pela independência nacional e pela paz.

As forças de libertação nacional são uma das maiores componentes do movimento anti-imperialista mundial, da acção em prol da paz geral.

Os movimentos de libertação nacional são os legítimos representantes dos seus povos e dos seus países.

Os regimes coloniais e racistas, fundados no terror e na brutal exploração de milhões de homens e mulheres, são hoje um monstruoso anacronismo. Estes regimes têm o pleno apoio do imperialismo internacional, que procura mantê-los, socorrendo-se para tal das mais baixas manobras e da opressão aberta. O colonialismo e o racismo agravam as tensões nas diversas partes do mundo.

É absolutamente necessário prestar toda a ajuda, todo o apoio possível ao movimento de libertação dos povos da Ásia, África e América Latina, que lutam contra as estruturas coloniais e racistas, pela autodeterminação e pela independência nacional.

É indispensável lutar pelo isolamento completo dos regimes colonialistas, fascistas e racistas de Portugal, da África do Sul e da Rodésia.

É necessário lutar por conseguir a independência nacional completa dos povos submetidos ainda à opressão colonial dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França, dos Países Baixos e da Espanha. Todas as forças da paz têm de lutar pela aplicação total e incondicional das numerosas resoluções da ONU, exigindo a abolição do colonialismo, do «apartheid» e do racismo. Estas forças lutam também energicamente pela aplicação da resolução da ONU, acerca do Decálogo de acções para combater o racismo e a discriminação racial.

Todas as forças da paz devem lutar para que todos os estados reconheçam a República da Guiné-Bissau.

Desenvolvimento e independência económica

O processo de desanuviamiento internacional oferece óptimas condições para a solução dos problemas económicos e sociais dos países do terceiro mundo. Enquanto estes problemas não forem solucionados ou forem agravados pela ingerência e exploração

imperialistas, haverá a ameaça de novos conflitos internacionais e de situações explosivas

É inadmissível que na era da revolução científica e técnica o mundo não tenha ainda liquidado a herança do colonialismo e as estruturas sociais coloniais, numa grande parte do planeta, que a fome e as doenças assolem numerosas regiões do Globo, e que o atraso económico e cultural e a pobreza subsistam. O que é duplamente inadmissível é que todos estes males sejam agravados pela chantagem e pelas pressões dos monopólios internacionais, que, aliados à reacção interna, apoiam ou instalam regimes anti-populares e abertamente fascistas.

A perseverança e a luta dos povos dos países em vias de desenvolvimento, aliadas a uma solidariedade internacional efectiva, poderão resolver estes problemas sócio-económicos capitais e melhorar o nível de vida de centenas de milhões de homens e de mulheres. A solução destes problemas poderá ser facilitada pela redução dos orçamentos militares em todo o mundo, pelo respeito rigoroso do direito dos povos em possuir e controlar os seus recursos naturais, por uma maior ajuda económica, científica e técnica sem qualquer contrapartida política aos países em vias de desenvolvimento.

Meio ambiente

A humanidade está cada vez mais consciente dos perigos decorrentes da destruição e deterioração do meio ambiente. Todos os povos têm um interesse vital em proteger os recursos da Terra, lar de todos nós. Para isso é imprescindível assegurar uma cooperação internacional multilateral e activa e uma utilização racional dos recursos naturais. Uma luta constante e perseverante para converter parte dos recursos, actualmente utilizados em armamentos, em medidas visando proteger e melhorar o equilíbrio

ecológico, as condições de vida e de trabalho de todos os seres humanos, deverá integrar estes esforços.

É necessário pôr cobro à poluição extremamente perigosa do meio ambiente, causada pelos ensaios nucleares e pelo derramamento de substâncias radioactivas ou tóxicas nos rios, mares e oceanos.

Cooperação no domínio da educação e da cultura

A cooperação cultural internacional e os múltiplos contactos humanos, darão uma ajuda preciosa para o reforço da harmonia entre povos e nações, eliminando a desconfiança, os juízos antecipados e as ideias preconcebidas. Contribuirão para o combate à propaganda da psicose militar, da ideologia fascista e militarista, do chauvinismo e do racismo, e de tudo o que mine a saúde moral do homem. Porém, isto só se atingirá se a cooperação neste domínio assentar nos princípios democráticos de soberania, de não ingerência nos negócios internos, de respeito pelas tradições históricas pela legislação de cada país.

Neste contexto, é possível e necessário assegurar uma difusão cada vez mais livre e ampla da informação, dar aos jornalistas melhores condições para o exercício da sua profissão e chegar a acordos e convenções bilaterais e multilaterais sobre a utilização dos grandes meios de informação e por uma ampla troca de valores espirituais.

A cooperação cultural internacional toma as mais variadas formas. Entre as mais importantes salientamos a cooperação no domínio da educação, o enraizamento nos jovens de grandes ideias morais e do respeito de todos os povos, a vasta troca de livros, a multiplicação e melhoramento de traduções de autores estrangeiros, o desenvolvimento do turismo, a concessão de facilidades nas viagens ao estrangeiro por razões profissionais e pessoais, etc.

Cooperação económica, científica e técnica

A cooperação económica, científica e técnica não é apenas uma consequência, mas também uma garantia da coexistência pacífica. O seu desenvolvimento não é entravado pela existência de sistemas sociais diferentes, mas sim pela tensão internacional, pela corrida aos armamentos e pela guerra psicológica. À medida que ela for progredindo, a normalização da situação mundial abrirá caminho para a utilização, no interesse das economias nacionais, das vantagens da divisão internacional do trabalho, para a cooperação científica, técnica económico-industrial, particularmente no caso dos grandes projectos internacionais.

A cooperação económica internacional terá de assentar nos princípios da igualdade dos direitos, da vantagem mútua e da concessão de condições mais favoráveis no comércio e noutras relações económicas. Será necessário extirpar com firmeza das práticas internacionais, as tentativas para impor condições políticas e discriminatórias e para intervir nos negócios internos da outra parte. O sistema de relações económicas mundiais terá de corresponder aos interesses de todos os países a que diz respeito e de contribuir, particularmente, para a independência económica dos países em vias de desenvolvimento.

Cada passo que nos aproxima de um real desarmamento, aproximamo-nos também de uma modificação pacífica na economia, que abra novas possibilidades ao desenvolvimento de indústrias de exportação mais eficazes e de uma expansão dos esforços internacionais que favoreçam o progresso científico e técnico.

Progresso social e direitos do homem

Viver e trabalhar num mundo de paz, de liberdade e justiça social é um direito inalienável de todo o ser humano. A atmosfera de desanuviamento, de coexistência pacífica e duma cooperação

fraterna, é essencial para o progresso social e a garantia dos direitos do homem. Os homens não podem ser livres, na plena acepção da palavra, se não tiverem direitos sociais e económicos, bem como civis e políticos, verdadeiramente garantidos. Os estados e os governos que não tenham ainda assinado e ratificado os pactos internacionais sobre os direitos do Homem deverão fazê-lo, sem demora, para que possam entrar em vigor. Será necessário estabelecer onde não exista, ainda, um mecanismo adequado para a protecção dos direitos do Homem. Para isso devem-se utilizar, plenamente, as possibilidades dos organismos existentes da ONU.

As convenções humanitárias existentes relativas aos conflitos armados não são apenas inadequados, mas ainda também vergonhosamente ignorados por alguns países. Prossegue a prática de torturas e é de recomendar que as Nações Unidas tomem medidas especiais para remediar esta grave situação.

Qualquer homem tem o direito inalienável à vida, direito que deve ser tutelado por lei. Os estados têm de legislar completa abolição da pena de morte. O direito à vida está igualmente ligado ao problema do direito à renúncia em matar. É indispensável que se acabem com todas as formas de discriminação racial, nacional, linguística, religiosa e sexual.

As condições de trabalho têm de ser melhoradas, e a escravidão e o trabalho forçado abolidos. É preciso resolver o problema dos trabalhadores emigrados.

Convém desenvolver a cooperação em diversos planos entre os estados e entre organizações internacionais, sindicais, da juventude, de mulheres, religiosas e outras organizações sociais, assim como entre juristas, economistas, sociólogos e outros intelectuais.

Em todos os países, todos os cidadãos devem ter igual acesso aos frutos do progresso social. Todos os direitos económicos, sociais, civis, políticos e culturais têm de ser assegurados pela legislação e garantidos de modo apropriado.

Cooperação entre organizações intergovernamentais e não governamentais

É particularmente importante que os esforços feitos actualmente a nível governamental — pela afirmação dos princípios de coexistência pacífica — e a nível não governamental, pela consolidação do desanuviamento e pelo aumento da cooperação das diversas forças de paz, prossigam numa crescente cooperação entre as organizações intergovernamentais globais, tais como a ONU e as organizações regionais, como a Organização da União Africana, a Liga dos Estados Árabes, etc., por um lado, e as organizações internacionais, não governamentais, por outro.

A cooperação entre estes dois grupos de organizações internacionais é uma das formas pelas quais a opinião pública pode participar nos assuntos mundiais; esta cooperação é particularmente importante à luz do papel objectivamente crescente das forças da paz que se unem nos diversos movimentos e organizações.

As organizações não governamentais podem aliar-se aos esforços das organizações intergovernamentais para a resolução dos problemas políticos internacionais mais importantes, tais como o regulamento dos conflitos internacionais, o estabelecimento de sistemas de segurança, o estabelecimento do desarmamento, a luta contra o colonialismo e o racismo, os problemas do desenvolvimento económico e social, a protecção do meio ambiente.

Devem contribuir para a aplicação das decisões das organizações intergovernamentais, esclarecendo a opinião pública e dando o seu apoio às funções da ONU e doutras organizações internacionais.

Para poder realizar este objectivo, as organizações não governamentais, nacionais e tanto mais internacionais, deverão estudar e definir em conjunto as esferas de interesses comuns, concertando as suas acções, sobretudo em relação com o sistema da ONU e dos seus organismos especializados.

Chile

O golpe fascista no Chile demonstrou como a política do imperialismo e das forças reaccionárias é perigosa para os povos que empreenderam o caminho da liberdade e do desenvolvimento político e social independente. O derrubamento do governo legal de Unidade Popular, de Salvador Allende, lembra-nos que os monopólios internacionais, as forças reaccionárias nacionais e estrangeiras estão prontas para lançar em qualquer momento um contra-ataque, até mesmo por um golpe de estado armado, pela instalação no poder de ditaduras militares e pelo recurso a massacres sangrentos.

A experiência do Chile demonstra de novo que a luta pelos ideais democráticos, pelas liberdades fundamentais, pelo reforço da justiça e da ordem legal, na base da vontade do povo, é inseparável de uma política activa de paz e cooperação em pé de igualdade a nível internacional. A tragédia do Chile persuade-nos, mais uma vez, de que as forças que se opõem ao desanuviamento, ao reforço da segurança internacional, são as mesmas que tentam entrar a marcha dos povos pelo caminho da libertação nacional e do progresso social.

A crescente solidariedade com o povo chileno, a luta contra o terror e a violência desencadeados pela Junta, e pela libertação de todos os democratas e patriotas, pelo verdadeiro renascimento do Chile, é parte integrante do movimento pela consolidação de uma paz universal justa e democrática. Esta solidariedade toma uma amplitude universal.

São estas as questões cruciais que, segundo opinião unânime dos participantes do congresso, se devem colocar com prioridade. Estamos certos de que este trabalho pode e deve fornecer uma boa base prática para acções proveitosas e concertadas de todos aqueles que não só querem a paz como ainda lutam por ela.

O tempo escasseia. Os esforços dos governos, por si só, não bastam para criar um sistema de relações internacionais, onde a guerra seja impossível e onde todos os povos e estados possam gozar das vantagens da paz e dos frutos da civilização moderna, e da revolução científica e técnica. Esta é uma tarefa de todos os homens da Terra.

O tempo escasseia. Estamos certos de que este congresso será uma boa partida e dará um poderoso impulso à união dos esforços de todas as forças da paz, para a segurança internacional e para o desarmamento, para a independência nacional, para a cooperação e para a paz.

O tempo escasseia.

Apelo do Congresso Mundial das Forças da Paz

Nós, participantes do Congresso Mundial das Forças da Paz, reunidos em Moscovo, apelamos para que todos os homens e mulheres unam os seus esforços para assegurar uma paz justa e duradoira na Terra.

O nosso apelo é o resultado de reflexões e discussões quanto ao caminho que conduz a uma paz duradoira. As nossas concepções podem diferir em muitos aspectos, mas estamos todos de acordo num ponto essencial: a necessidade de eliminar a guerra da sociedade humana, de assegurar a todos os povos o direito de escolherem o seu próprio caminho com total independência e de colocar as grandes realizações da ciência e da técnica ao serviço do progresso social.

O clima político internacional desanuvia-se graças aos sucessos alcançados pelas forças da paz. A custosa e pesada guerra fria começa a recuar. Podemos lealmente esperar que as gerações presentes e futuras estejam livres do pesadelo de uma catástrofe nuclear. A destruição e o afrontamento nas relações internacionais

darão lugar progressivamente a uma cooperação pacífica vantajosa para todos e a uma maior confiança entre os estados.

Muito foi feito, mas muito há ainda por fazer. Há ainda no mundo regiões onde as tensões são tão fortes como dantes, onde focos de agressão, perigosos para toda a Humanidade, não foram ainda eliminados. Apesar de já se terem construído os alicerces das relações de coexistência pacífica entre estados de diferentes sistemas sociais, existem ainda os que querem destruir o que já foi construído, tentando reconduzir o mundo à guerra fria. As armas nucleares não foram destruídas. Os orçamentos militares de numerosos países continuam a aumentar. Os blocos militares não foram ainda dissolvidos.

As forças de agressão do imperialismo e da reacção ocupam ainda os últimos bastiões do colonialismo. Organizam golpes fascistas. Semeiam a hostilidade e provocam conflitos entre os povos. Enquanto existir um palmo de terra onde se derrame o sangue e cometam agressões; enquanto existir um povo privado do direito de decidir do seu próprio destino; enquanto subsistirem regimes fascistas e racistas que esmagam a vontade democrática dos povos, a consciência da humanidade não poderá ter descanso e o edifício da paz não terá fundamentos sólidos.

Nenhum povo pode aceitar uma situação em que a maior parte dos recursos do planeta é consagrada à preparação da guerra. Recusam-se a aceitar a ameaça constante de destruição pela guerra. A guerra não é inevitável, mas a paz ficará ameaçada se não conseguirmos abolir as injustiças que condenam 40 por cento da população mundial a viver à beira da fome e na degradação económica. As despesas militares em todo o mundo são duas vezes e meia mais importante que as despesas destinadas à saúde pública, e uma vez e meia mais avultadas que a soma atribuída à educação.

A discriminação racial, o colonialismo e o neocolonialismo atiram seres humanos para a escravidão, em muitas regiões de

África e doutras partes do mundo. Governos democraticamente eleitos são derrubados ou ameaçados; as sociedades supranacionais ameaçam a independência económica de estados fracos e impedem o seu desenvolvimento.

Os direitos do homem são desprezados em numerosos países, negando-se aos indivíduos os seus direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais. Apesar de se falar muito na igualdade para as mulheres, recusa-se-lhes ainda, muitas vezes, a possibilidade de igualdade com os homens.

Os trabalhadores, à escala nacional, têm, muitas vezes, uma protecção precária. À escala internacional, deverá ser criado um mecanismo eficaz para uma melhor protecção dos direitos do homem.

Graves crimes contra a humanidade foram perpetrados durante os últimos anos e mesmo nas últimas semanas: eles pesam brutalmente na consciência humana. Foram cometidas agressões e horríveis massacres que continuam neste momento. Genocídio, ecocídio, torturas de prisioneiros, utilização de armas tão mortíferas como o napalm e os dispositivos antipessoais, tornaram-se, infelizmente, moeda corrente nalgumas partes do mundo; cada um de nós não está suficientemente informado, salvo nos casos notórios. Jamais devemos permitir que, pelo facto destes crimes se terem tornado correntes, enfraqueça o horror e a indignação que tais actos suscitem. Os crimes contra a humanidade têm de ser identificados e punidos como tais.

O Congresso Mundial das Forças da Paz é a resposta de pessoas simples de todo o mundo a esses perigos e injustiças. Exige novos esforços para que os conhecimentos, as riquezas e o trabalho da humanidade sejam postos ao serviço dos povos e não sejam usados para a destruição e a escravidão de seres humanos.

Unidos, nós, povos da Terra, exigimos:

— a aceitação e a aplicação dos princípios da coexistência pacífica, baseada na segurança internacional e na cooperação mutuamente vantajosas entre os estados, em todos os domínios, na integridade territorial, na independência nacional, na soberania, na igualdade em direito de todos os estados e na não ingerência nos negócios internos, no repúdio pelo recurso ao emprego da força e à ameaça da mesma;

— a eliminação do racismo, do colonialismo e do neocolonialismo em todas as suas manifestações;

— o desarmamento geral e completo, a retirada de todas as bases militares e de todas as tropas em territórios estrangeiros, a abolição das alianças militares;

— a adopção de uma convenção internacional, que torne ilegal a utilização, produção, armazenagem e experiência de armas nucleares;

— a eliminação de todas as formas de agressão e de todas as tentativas de conquistar pela força territórios pertencentes a outros Estados;

— a utilização dos recursos actualmente consagrados a fins de guerra, na eliminação da pobreza, da ignorância, da doença, assegurando melhores serviços sanitários, educacionais e sociais;

— a eliminação das injustiças e uma protecção mais eficaz dos direitos do homem;

— o direito de todos os povos de possuir os seus recursos naturais e deles dispor e o de empreenderem as reformas sociais e económicas que lhes parecerem convenientes;

— a aplicação das decisões da ONU para assegurar a paz, a segurança e a justiça.

Estas exigências correspondem aos princípios da Carta das Nações Unidas, aos da Conferência de Bandung, aos da Conferência dos países não-alinhados e aos que foram enunciados em

diversos acordos e declarações recentemente assinados por chefes de estado de sistemas sociais diferentes, com vista a garantir a paz.

Para estes fins devem as organizações nacionais e internacionais coordenar os seus esforços para mobilizar a opinião pública mundial, para que ela possa lutar eficazmente pela paz. As políticas educacionais devem, muito particularmente, estar orientadas para a realização destes objectivos.

Apelamos para que a comunidade internacional renuncie às atitudes de guerra fria e, segundo os termos da carta das Nações Unidas, «pratique a tolerância, viva em paz com os outros num espírito de boa vizinhança».

Resolvidos a salvar esta geração, e as seguintes, do flagelo da guerra, reafirmamos a nossa fé nos direitos do homem e no progresso a todos os níveis.

É nesta base que, com o trabalho de todos os homens e mulheres, se poderá construir o edifício da paz.

Dirigimo-nos a todos os que amam a paz:

— A razão e a confiança devem prevalecer no mundo. É possível e necessário. Isso depende de cada um de nós.

Pela aplicação das resoluções do Conselho de Segurança

— de 22 e 23 de Outubro de 1973

Os acontecimentos que se deram em Outubro de 1973 no Médio-Oriente sublinharam, com força, o enorme perigo que qualquer conflito nesta região constitui para a paz mundial.

O Congresso Mundial das Forças da Paz, reunido em Moscovo de 25 a 31 de Outubro de 1973, faz um apelo a todas as forças da paz, a todos os partidos políticos, a todos os movimentos de massa e organizações públicas de todos os países para que mobilizem, o mais amplamente possível, a opinião pública no sentido de assegurar a aplicação imediata das resoluções do Conselho de Segurança de 22 e 23 de Outubro de 1973.

A situação actual exige uma acção rápida e eficaz, e todas as forças da paz, nacionais e internacionais, têm o dever de participar activamente neste trabalho, por necessário para os povos do Médio Oriente e para a causa da paz mundial.

Acções de continuação

1. O Congresso Mundial das Forças da Paz, a maior e mais larga assembleia de organizações públicas de todas as correntes de opinião política já realizada, marca apenas o início dos esforços nacionais e internacionais comuns, para o reforço da compreensão e da cooperação para a paz, a independência nacional, a segurança internacional, os direitos do homem e o progresso social, entre homens com opiniões políticas diferentes.

2. O Congresso apela para que todas as organizações participantes, nacionais e internacionais, aprovelem os diversos relatórios e recomendações de acções, e as ponham em prática, na medida das suas possibilidades e segundo formas que se adaptem aos métodos, tradições e condições em que lutam e, ainda, para que, ao fazê-lo, seguisse pelo princípio do respeito pela independência dos diversos movimentos e organizações.

O Congresso apela, igualmente, para que todas as organizações, partidos políticos e movimentos desenvolvam o espírito de cooperação, de diálogo e de acção comum que caracterizou o congresso.

3. Entretanto, o Congresso Mundial encarrega particularmente o Comité Internacional que o prepara:

- a assegurar a mais ampla difusão das decisões, relatórios e propostas de acções do congresso;
- a enviar delegações às Nações Unidas, à Organização da Unidade Africana e a outros organismos intergovernamentais, para os informar das decisões e recomendações do congresso;

— a facilitar às organizações participantes, a discussão sobre as vias e os meios de prosseguir os contactos e a cooperação encetadas no congresso.

4. Tendo em conta as recomendações feitas nas diversas comissões, o congresso pede aos membros do Comité Director e aos seus responsáveis (condicionado ao acordo das respectivas organizações) que se reunam no prazo de três a quatro meses para examinar os resultados destas consultas, tomando qualquer nova medida que possa ser decidida.

5. O congresso surgere, igualmente, a todas as delegações nacionais que tomem, segundo as suas próprias condições e métodos, medidas para proceder a semelhantes consultas nos seus respectivos países, para assegurar a prossecução da cooperação entre as organizações nacionais.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Relatório da Comissão I

A comissão reuniu de 27 a 30 de Outubro de 1973. Setenta e três participantes no congresso intervieram no decorrer da discussão, e trinta e cinco apresentaram por escrito os seus pontos de vista. A discussão manifestou o maior acordo dos participantes quanto às opiniões, ideias e recomendações essenciais expostas no Documento de trabalho da comissão. Os acontecimentos dos últimos tempos confirmaram a importância e actualidade das questões abordadas.

Os participantes na discussão sublinharam que actualmente se criou uma situação histórica, qualitativamente nova, que obriga a abandonar os métodos e os meios baseados no uso da força

nas relações entre estados, e a recusar os instrumentos da guerra fria, da hostilidade e da desconfiança.

Na era nuclear, a eliminação das guerras e da política de força é uma condição fundamental para a sobrevivência da espécie humana. Tal como foi sublinhado, a guerra nuclear só deixará subsistir um único mundo: o da morte. A Humanidade não poderá resolver nem os seus problemas actuais, nem os de amanhã, a não ser que um sistema de relações internacionais baseado na coexistência pacífica seja erigido e consolidado.

O perigo de uma guerra nuclear diminuiu incontestavelmente no último período. As perspectivas de uma paz geral tornaram-se melhores. O fim da guerra do Vietname, o desanuviamento na Europa, os trabalhos da Conferência Sobre Segurança e Cooperação Europeias, a etapa actual do desenvolvimento das relações soviético-americanas, as medidas que visam a prevenção da guerra nuclear e a limitação da corrida aos armamentos, e a crescente amplitude da cooperação internacional dão uma substancial contribuição para a criação de um clima político mundial mais favorável. O desanuviamento é hoje a tendência dominante que determinará a orientação do desenvolvimento posterior do Mundo.

Como foi assinalado nas sessões da comissão, a política de paz da União Soviética e doutros países socialistas, a atitude mais realista de numerosos governos ocidentais, a política activa dos estados não-alinhados e de numerosos países da Ásia, África e América Latina, contribuíram para estas modificações positivas, na cena internacional. As forças sociais, amantes da paz, de todo o Mundo, tiveram importante papel na aceitação da ideia de coexistência pacífica e no desaparecimento progressivo da guerra fria.

Grandes sucessos foram conseguidos na luta pela segurança internacional. Existem ainda no mundo forças que se opõem às tendências positivas da evolução internacional. A nova explosão

da guerra no Próximo-Oriente, como consequência da política de agressão de Israel e a manifestação de focos de hostilidades na Indochina envenenam a atmosfera e o desanuviamento internacional. O complexo militar-industrial ainda não deixou de acumular e aperfeiçoar armas mortíferas. A Humanidade deve estar apenas no princípio do caminho que leva ao desanuviamento estável e a uma segurança internacional duradoura. Novos esforços enérgicos se impõem para que este movimento se torne irreversível.

Da discussão resultou uma série de ideias concretas que ajudaram a definir o conceito de coexistência pacífica. Este conceito baseia-se na estreita ligação entre os princípios da coexistência pacífica e a segurança internacional. Só a aceitação a nível mundial destes princípios, e a sua estrita aplicação, poderão garantir a segurança internacional.

A essência da coexistência pacífica dos estados consiste, antes de mais, na renúncia à guerra, à ameaça da força e à ameaça de a ela recorrer, como meio de regular litígios internacionais. A coexistência pacífica significa o respeito pela integridade territorial e pela inviolabilidade das fronteiras dos estados, e repudia resolutamente as pretensões territoriais expansionistas, o apoio aberto ou velado a estas pretensões, por outros países. Implica o reconhecimento da igualdade e do direito soberano dos povos à autodeterminação e o respeito pelas obrigações que decorrem do direito internacional, incluindo a Carta da ONU. Os problemas do desarmamento e da prevenção de uma guerra nuclear continuam a ser os problemas fundamentais da coexistência pacífica. Os acordos soviético-americanos sobre a prevenção de uma guerra nuclear e a travagem da corrida aos armamentos nucleares, respondem aos interesses vitais de todos os povos e de toda a Humanidade. Acordos sobre a futura limitação das armas estratégicas, medidas práticas visando o desarmamento nuclear de todos os estados que tenham tais armas, a interdição

de experiências nucleares, mesmo subterrâneas, e o desmantelamento das bases militares em territórios estrangeiros, contribuirão para eliminar o perigo de uma catástrofe nuclear. Um dos objetivos mais urgentes é a redução das forças armadas e dos armamentos na Europa Central. Uma conferência mundial para o desarmamento ajudará a libertar a humanidade da corrida ao armamento.

A coexistência pacífica não pode ser considerada como um privilégio de um grupo de estados e de determinada região. A paz é indivisível. Nenhum conflito armado, seja em que parte for que rebente, pode ser considerado como local ou limitado. Qualquer conflito internacional é uma catástrofe para os povos que são directamente arrastados, e é uma ameaça à segurança universal e ao afrouxamento da tensão internacional.

A condição essencial para a consolidação da segurança dos povos é, não só, a regulamentação equitativa dos actuais conflitos internacionais, mas também a prevenção eficaz de qualquer conflito eventual. A coexistência pacífica torna possíveis a criação e o uso de um sistema universal e de sistemas regionais de segurança, sem alianças militares. Um sistema regional deste tipo, está em vias de constituição, na Europa. Sistemas regionais de segurança e a criação de zonas de paz em diversas regiões do mundo, podem ter um papel positivo. A coexistência pacífica ajuda qualquer país — pequeno ou grande, evoluído ou em vias de desenvolvimento —, a desempenhar um papel considerável nas relações internacionais.

A aplicação dos princípios da coexistência pacífica exige o aumento do papel internacional e da eficácia das acções pela ONU e pelas suas instituições especializadas, o melhoramento futuro dos meios, métodos e mecanismos para o regulamento pacífico dos litígios internacionais e de situações de crise e para a manutenção da paz: negociações, assistência, inquéritos, mediações, conciliações, arbitragens e regulamentos jurídicos. Todos os

governos interessados devem executar as resoluções adoptadas pela ONU, para manter a paz e regular os conflitos internacionais pela via pacífica e numa base equitativa e duradoira.

A coexistência pacífica afirma que os estados pertencentes a diferentes sistemas sociais podem e devem estabelecer relações na base de uma cooperação multilateral, no interesse da paz e da segurança internacional. Adianta também ideias positivas e um programa construtivo para tal cooperação económica, política e cultural sem discriminação. O desenvolvimento da ciência e da técnica impõe, obrigatoriamente, a necessidade de escrever os problemas urgentes que se colocam actualmente à Humanidade: supressão da pobreza e da fome, prevenção e eliminação de doenças, protecção atmosférica, exploração de fontes de energia e de matérias-primas, exploração pacífica do espaço, descoberta dos recursos do mar e dos oceanos.

A aceitação dos princípios da coexistência pacífica não significa a eliminação das contradições, das divergências e dos conflitos de interesses, nem o abandono da competição entre sistemas sociais diferentes ou o abandono da luta ideológica. A aceitação destes princípios também não significa a vitória ou rendição de alguma das partes. O triunfo da paz será uma vitória para toda a Humanidade.

A coexistência pacífica não visa manter o «*stato quo*» social ou político. Não exclui, nem pode excluir, o movimento para o progresso social e a justiça, incluindo a revolução e a luta pela libertação nacional e social. Ela não implica a paz entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos. Não preconiza a «*exportação da revolução*» mas rejeita, sim, firmemente, a «*exportação da contra-revolução*». As guerras coloniais, os actos de agressão contra o movimento de libertação nacional, a intervenção militar e económica, o colonialismo em todas as formas e manifestações, incluindo o racismo, o «*apartheid*», a exploração económica dos países coloniais e o neocolonialismo, são incom-

patíveis com os princípios da coexistência pacífica. A existência de regimes fascistas, apoiados do exterior pelas forças imperialistas é, também, uma ameaça à coexistência pacífica. O desanuviamento e a coexistência pacífica criam condições mais favoráveis às liberdades democráticas, à libertação nacional e ao desenvolvimento social.

Vários oradores fizeram notar que os princípios da coexistência pacífica estão incluídos, nomeadamente, nos acordos bilaterais concluídos pela U. R. S. S. e os E. U. A., a Polónia e a França, a R. D. A. e a R. F. A. e por outros países, bem como em documentos multilaterais dos quais são exemplos a declaração de Bandung e a carta da O. U. A. Estão ainda insertos na Carta da ONU e em numerosos documentos desta Organização, e nas recomendações adoptadas aquando da primeira fase da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias.

Paralelamente a estas ideias que foram, na generalidade, aceites, membros da comissão expuseram, também, algumas opiniões particulares.

Alguns oradores acentuaram o facto da política externa dos Estados Unidos continuar a assentar em posições de força, a inspirar actos de agressão e golpes de estado antidemocráticos e anticonstitucionais. Apelaram para a renúncia destes métodos no interesse do desanuviamento internacional e do desenvolvimento da coexistência pacífica. No decorrer de várias intervenções afirma-se que a política externa da China é dirigida contra a tendência principal das relações internacionais contemporâneas: o desanuviamento e a coexistência pacífica. Relativamente a isto, manifesta-se a esperança de que a China dê, em breve, a sua contribuição para o melhoramento do clima internacional e para a expansão das ideias de coexistência pacífica. Propôs-se a inclusão na Carta da ONU de disposições que visem a solução dos conflitos internacionais. Vários oradores propuseram que, para se consolidar a paz, se criasse um governo federal mundial. Outros

associaram a consolidação da paz ao futuro aparecimento de uma «terceira força europeia». Um único orador declara-se céptico quanto às perspectivas da política de coexistência pacífica, ligando-a à tese das duas «superpotências».

Segundo opinião unânime da comissão, actualmente, há, antes de mais, que elaborar um programa de actividades concretas, combinado e seguido pela passagem de uma paz baseada num, muito incerto, «equilíbrio do terror» e na oposição de blocos militares, para uma paz baseada na cooperação e na confiança recíprocas, na coexistência pacífica. Não sendo a paz, de modo algum, estática, necessário se torna encará-la como um processo permanente, aberto, dinâmico e em perpétua mudança. A paz tem de ser devidamente organizada, garantida, reforçada e desenvolvida. Os problemas com que se defronta o mundo actual são demasiado sérios e complexos para serem examinados por um prisma de preconceitos, dogmas, mitos e interesses privados mesquinhos.

Esforçar-se por obter a aplicação prática dos princípios da coexistência pacífica, significa avançar no caminho que assegurará o triunfo da vida e do espírito criador sobre a morte e a destruição, do bom senso sobre a loucura, da esperança e da razão sobre o medo e a desconfiança, do saber e da compreensão sobre a ignorância, a violência e o ódio, do bem-estar, sobre a fome e as doenças, da lealdade e da verdade, sobre a hipocrisia e a mentira, da confiança recíproca e da amizade sobre a suspeita, o chauvinismo e o racismo.

Aquando dos trabalhos da comissão algumas medidas práticas foram propostas, nomeadamente a de que saísse do Congresso um organismo permanente, susceptível de tomar a iniciativa da elaboração dos princípios da carta da coexistência pacífica, da segurança e cooperação internacionais. Seguidamente, estes princípios seriam difundidos pelos órgãos de informação e seriam directamente comunicados aos governos, partidos políticos e organizações internacionais, envidando-se todos os esforços para a elabo-

ração desta Carta e para a sua adopção por todos os Estados.

A comissão espera que as suas conclusões e recomendações sejam reproduzidas nos documentos do congresso.

DOCUMENTO SOBRE O VIETNAME, O LAOS E O CAMBODJA

Relatório da Comissão II

Indochina

Os povos do Vietname, Laos e Cambodja conduzem há anos uma luta consequente pela independência e libertação dos respectivos países, contra o inimigo comum, o colonialismo, o não-colonialismo e o imperialismo americano.

A vitória do povo vietnamita consagrada no Acordo de Paris, e a do povo do Laos, no Acordo e Protocolo sobre o Laos representa uma grande vitória das forças patrióticas, tendo imposto ao imperialismo americano importantes recuos nesta parte do mundo, o que contribui para uma regulamentação justa dos problemas destas regiões.

No entanto, será illusório pensar que o inimigo comum destes povos renunciou aos seus objectivos: por um lado, prossegue a guerra no Cambodja e por outro, o governo de Saigão, e as forças reaccionárias do Laos, com a ajuda dos Estados Unidos, tudo fazem para impedir a aplicação dos acordos assinados. A comissão foi unânime ao salientar este estado de coisas e em alertar a opinião pública de todos os países para a necessidade de prosseguir a luta até à total independência dos povos do Laos, do Cambodja e do Vietname, e até à restauração da paz. Foi o apoio desta opinião pública que, junto à extraordinária coragem dos povos do Cambodja, do Laos e do Vietname, bem como à ajuda dos países

socialistas e de todas as forças progressistas do mundo, contribuiu para as vitórias já alcançadas. Os deveres desta opinião pública, não são hoje menores, pois é do interesse de todos os povos do mundo e da paz que os povos do Vietname, do Laos e do Camboja possam decidir do seu destino, sem qualquer ingerência estrangeira.

A comissão acentua, igualmente, as diferenças que existem, hoje, na situação dos três países. Tendo isso em conta, examinou separadamente os seus problemas, apresentando ao congresso um relatório com três partes distintas:

Vietname

A comissão sobre a Indochina, do Congresso Mundial das Forças da Paz aclama calorosamente e salienta solenemente o acordo sobre o fim da guerra e o restabelecimento da paz no Vietname, o Acto da conferência internacional sobre o Vietname e o comunicado conjunto de 13-6-1973, considerando que a vitória do povo vietnamita dá uma enorme contribuição à causa comum dos povos em luta pela independência nacional, a soberania, a liberdade e a paz.

O povo vietnamita, após 18 anos de luta perseverante, indômita e cheia de sacrifícios, obrigou os imperialistas americanos a pôr fim à guerra de agressão mais atroz da história dos Estados Unidos. Foi uma vitória comum dos três povos da Indochina, dos países socialistas e não-alinhados, dos movimentos da independência nacional e da democracia, do povo progressista americano, da humanidade amante da paz e da justiça no mundo.

Contudo, a comissão tem consciência de que apesar do acordo ter sido assinado, não há ainda uma verdadeira paz no Vietname do Sul. Nos últimos nove meses, a administração dos Estados Unidos, por si mesmo, violou e encorajou a administração de Saigão a violar, grave e sistematicamente, as cláusulas do Acordo

de Paris e, particularmente, as do cessar fogo e do restabelecimento da paz, das liberdades democráticas no Vietname do Sul, da entrega dos civis capturados e presos e da realização da reconciliação e união nacionais, negando a existência no Vietname do Sul de duas administrações, dois exércitos, duas zonas de controle e três forças políticas.

Quanto ao Vietname do Norte, a administração americana não só viola os compromissos que assumira como, ainda, recorreu a pretextos irracionais, para tentar declinar e atrasar a sua «contribuição para a obra de sanar as feridas de guerra e para a obra da edificação da República Democrática no Vietname, no pós-guerra».

Ao examinar os actos atrás mencionados, dos Estados Unidos e da administração de Saigão, a comissão entende que os resultados assim conquistados para a paz no Vietname estão seriamente ameaçados e acentua, particularmente, a persistência da administração dos Estados Unidos em continuar as acções militares e a ingerência nos negócios internos do Vietname do Sul, em reforçar o exército saionês visando a preparação de novas aventuras militares.

A comissão condena vigorosamente os actos de sabotagem dos Estados Unidos e da administração de Saigão, face ao Acordo de Paris e da paz. A comissão felicita-se pela posição inabalável do povo vietnamita, do Governo da R. D. V. N. e do G. R. P., da República do Vietname do Sul, que consiste no rigoroso respeito e escrupulosa aplicação do Acordo de Paris sobre o Vietname, o que exige aos Estados Unidos e à administração de Saigão que façam o mesmo. A comissão apela para que todos os governos e povos amantes da paz e da justiça no mundo, continuem a dar o seu apoio à justa luta do povo vietnamita, e a mobilizar um vasto movimento para o reconhecimento do Governo Revolucionário Provisório da República do Vietname do Sul, único

representante autêntico da população sul-vietnamita, criando assim uma vigorosa pressão da opinião mundial que exija:

— dos Estados Unidos e da administração de Saigão a aplicação rigorosa do Acordo de Paris sobre o Vietname;

— dos Estados Unidos o fim de toda a acção militar e a não ingerência nos negócios do Vietname do Sul, o fim imediato da intensificação da ajuda a Nguyen Van Thieu e a retirada total do pessoal militar, paramilitar e agentes de espionagem americanos, do Vietname do Sul;

— da administração de Saigão o fim das operações de invasão, ditas preventivas e operações de polícia e de «pacificação» contra a população do Vietname do Sul, a retirada das tropas das zonas que ocupam ilegalmente, para as posições anteriores a 28-1-1973 e a rigorosa aplicação das disposições sobre o cessar fogo;

— da administração de Saigão, o respeito pelas liberdades democráticas da população e o fim de todos os actos de depressão face às forças da democracia e da paz e a libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos das cadeias do regime saionês.

A comissão recomenda a convocação o mais breve possível de uma conferência internacional sobre os presos políticos no Vietname do Sul. Recomenda ainda que se faça um apelo aos juristas progressistas para que se estude a questão da violação do Acordo de Paris. Recomenda aos membros dos parlamentos, aos sindicatos, às organizações religiosas e a outras organizações de todos os países que intervenham a favor dos presos políticos do Vietname do Sul.

Pedindo que os Estados Unidos cumpram a obrigação de sanar as feridas de guerra na R.D.V.N., a comissão apela ainda aos povos de todos os países para que acelerem a ajuda ao povo do Vietname do Norte e à população das zonas libertadas do Vietname do Sul, para a reconstrução do seu país.

A luta do povo vietnamita é uma tarefa difícil e complicada, mas, com a vitória já obtida, com o seu grande esforço e determinação, e beneficiando do apoio constante e caloroso dos povos do Mundo é certo que o povo vietnamita construirá, com sucesso, o socialismo no Norte, concluirá a independência e a democracia no Sul e encaminhar-se-á para a reunificação pacífica da pátria, dando assim a sua digna contribuição para a causa da paz na Indochina, no Sudeste Asiático e em todo o Mundo.

Laos

A comissão para a Indochina do Congresso Mundial das Forças da Paz seguiu com grande interesse o desenvolvimento favorável da situação do Laos. Constata com satisfação que a heróica luta das forças patrióticas e do povo do Laos, alcançou incontestáveis vitórias, obrigando os Estados Unidos da América a porem fim, oficialmente, à guerra de agressão que se prolongava há dezenas de anos no Laos e obrigando Vienciana a encetar conversações, para a paz, com as Forças Patrióticas do Laos.

Felicita calorosamente a boa vontade e os enormes esforços das forças patrióticas para a regulamentação pacífica do problema do Laos e aplaude calorosamente a assinatura do acordo bipartido sobre o restabelecimento da paz e a realização da concórdia nacional do Laos, datado de 21 de Fevereiro de 1973, que reafirma os direitos nacionais fundamentais do Laos e fixa os princípios gerais para a regulamentação pacífica dos problemas do Laos e apoia, também, a assinatura do protocolo deste acordo, de 14 de Setembro de 1973, sobre a regulamentação em detalhe do problema do Laos.

Considera que estes acordo e protocolo, baseados na proposta em cinco pontos, feita pela Frente Patriótica do Laos, em Março de 1970, para a regulamentação pacífica do problema laociano, são uma vitória histórica de toda a nação e uma importante vitória

dos povos amantes da paz e da justiça no mundo, dando uma digna contribuição à salvaguarda da paz na Indochina, no Sudeste Asiático e no Mundo.

Condena severamente todas as manobras dos imperialistas US e da clique de extrema direita Sananikone, que tentem iludir e sabotar a aplicação do acordo e do protocolo.

A comissão exige imperiosamente que os imperialistas US e de Vienciana, apliquem rigorosa e integralmente, desde já, o acordo e protocolo; que os Estados Unidos da América e a Tailândia respeitem a independência, a soberania e a integridade territorial do Laos; que Vienciana respeite o cessar-fogo, cessando imediatamente as suas invasões à zona libertada das forças patrióticas; que ela constitua rapidamente, com as forças patrióticas, um governo de união nacional e um conselho consultivo político e proceda ao respeito pelas liberdades democráticas do povo, tal como foi explicitamente estipulado no acordo para a paz no Laos, e no protocolo.

A comissão apoia firmemente a justa luta do povo do Laos contra a gressão neocolonialista do imperialismo US pela salvação nacional e pela construção de um Laos pacífico, independente, democrático, neutro, unificado e próspero.

Tendo em conta a conjuntura actual do Laos, onde a paz de novo restabelecida continua ameaçada, a comissão pede a todas as organizações internacionais, regionais e nacionais das forças da paz, aos governos e povos amantes da paz e da justiça no mundo, que empreendam acções para:

— exigir dos Estados Unidos, da Tailândia e dos seus lacaios no Laos, o fim imediato das acções de sabotagem ao acordo para a paz no Laos e do Protocolo, e o cessar fogo de todas as operações militares e de qualquer ingerência nos negócios internos do Laos;

— a apoiar a justa luta do povo do Laos, na etapa actual, visando à aplicação de todas as cláusulas do acordo para a paz

e do protocolo, a fim de realizar a paz e a união nacional do Laos;

— promover acções nacionais e internacionais de solidariedade política, moral e material ao povo do Laos e, particularmente, dar à Frente Patriótica do Laos uma ajuda material, para a reconstrução do Laos, gravemente devastado pela agressão imperialista (meios de transporte, material de construção, medicamentos, meios financeiros, etc.);

— lançar uma vasta campanha de informação sobre as recentes vitórias alcançadas pelo povo laociano, conduzido pela Frente Patriótica do Laos;

— exigir que o governo de Vienciana facilite o regresso da população da zona libertada, afastada pela força, pelas tropas de Vienciana, no tempo de guerra, das suas terras natais, e que dê uma ajuda material à Frente Patriótica do Laos para normalizar o mais breve possível a vida de uma população de centenas de milhar de pessoas.

Cambodja

A comissão saúda com entusiasmo as grandes vitórias alcançadas pelo povo cambodjano, na luta heróica contra a agressão dos imperialistas americanos, luta essa que nem mesmo os loucos bombardeamentos da aviação americana, de Janeiro a 15 de Agosto de 1973, conseguiram enfraquecer. A comissão confirma o empenho comum em intensificar e alargar o apoio ao combate do povo cambodjano, até à vitória final, e acentua a grande importância que irá ter a Conferência Internacional sobre o Cambodja, convocada para Paris, para 8 e 9 de Dezembro de 1973. As inúmeras contribuições dadas para o debate na comissão, comprovaram que a administração Nixon:

1. apesar da declaração de, depois de 15 de Agosto de 1973, não bombardear mais o Cambodja, continua a utilizar todos os aviões de guerra, exceptuando-se apenas os B-52, para metralhar e bombardear o Cambodja;

2. continua a mandar quantidades, cada vez maiores, de «conselheiros americanos», de tropas fantoches de Saigão, de material militar, para apoiar o regime de Phnom Penh;

3. procura iludir a opinião americana e mundial, fazendo-lhe crer que uma solução de compromisso pode ser encontrada para o povo e os patriotas da Frente Unida Nacional de Kamputcheia e do Governo Real de Unidade Nacional do Cambodja por um lado, e o regime de Phnom Penh, por outro.

Os participantes na Comissão concordaram na necessidade de exigir do governo dos Estados Unidos:

1. o fim imediato e incondicional de todo o metralhar, sobrevoos e bombardeamentos no Cambodja, pela aviação americana;

2. a retirada incondicional e imediata de todos os conselheiros americanos, das tropas fantoches de Saigão e dos mercenários tailandeses;

3. o fim de toda a ajuda militar e económica ao regime de Phnom Penh.

O trabalho da comissão reafirma o seu apoio ao povo cambodjano, pela sua determinação de lutar sem compromissos nem espírito de recuo, sob a direcção da Frente Unida de Kamputcheia e do Governo Real de Unidade Nacional do Cambodja, até à completa realização dos objectivos fixados na Declaração de 23 de Março de 1970, pelo príncipe Norodom Sihanouk, Chefe de Estado e Presidente da F.U.N.R., reafirmada na Declaração do G.R.U.N.K., no fim do Congresso Nacional, de 19 a 21 de Julho de 1973.

A opinião da comissão é a de que o dever de todos os povos amantes da paz e de justiça, incluindo o povo americano, de todos os governos, de todas as organizações nacionais e internacionais e de todas as delegações representadas no congresso, é o de:

1. desenvolver ao máximo o apoio e a ajuda à luta heróica do povo cambodjano, sob qualquer forma, reconhecendo, antes de mais, o Governo Real de Unidade Nacional do Cambodja, como único governo legal e legítimo do Cambodja e apoiando o restabelecimento dos seus legítimos direitos na ONU, como único representante do Cambodja, expulsando das Nações Unidas os representantes do regime do Phnom Penh;

2. isolar ao máximo, política e diplomaticamente, o regime de Phnom Penh, cortando todas as relações com ele e abstendo-se de qualquer actividade em seu favor;

3. fazer os possíveis para acabar com a guerra de agressão ilegal, dos imperialistas americanos — em nítida contradição com a legislação americana — contra o povo cambodjano, obrigando-os a suspender real e totalmente as operações de reconhecimento, ataques de metralhadora, tiros de «coquettes» e bombardeamentos da aviação americana no Cambodja, a retirar do Cambodja todos os soldados e conselheiros americanos, bem como os lacaios estrangeiros e a cessar qualquer ajuda de apoio aos traidores de Phnom Penh, bem como todas as ingerências nos negócios internos do Cambodja;

4. apoiar a convocação e assegurar o sucesso da Conferência Internacional sobre o Cambodja.

A comissão foi unânime e entusiasta em apreciar a luta dos três povos como uma contribuição extremamente importante para a nossa luta geral pela paz, expressando a sua calorosa gratidão aos gloriosos combatentes dos três países.

MÉDIO ORIENTE

Relatório da Comissão III

A III Comissão realizou as suas sessões durante quatro dias, de 27 a 30 de Outubro de 1973. Nos trabalhos tomaram parte 500 delegados de 140 países, de sete organizações intergovernamentais, e não governamentais, e cem convidados.

Foi submetido ao seu exame o documento de trabalho «Paz e Justiça no Médio Oriente», elaborado pela conferência preparatória de Helsínquia, de 29-31 de Agosto de 1973, e apresentado à sessão plenária por cinco oradores: Khaled Mohei el Din (Egipto), Maurice Salibi (Síria), Tullio Veschiatti (Itália), Khaled Fahoum (Palestina) e Mordechai Avi-Shaul (Israel). Além disto, a comissão utilizou o precioso material contido no discurso de Leónid Brejnev, secretário-geral do C.C. do P.C.U.S. que, a convite do congresso, tomou parte nos trabalhos.

O uso da palavra foi limitado a cinco minutos, mas nenhuma restrição se pôs ao número de oradores ou ao conteúdo das intervenções. Cento e dois membros tomaram parte na discussão.

A comissão reuniu-se num período de ansiedade e de tensão.

«O conflito subsiste no Médio-Oriente, ameaçando mesmo desencadear nova explosão que poderá ultrapassar as fronteiras desta região do globo», afirmava-se no documento de trabalho. Este alerta foi profético. Em consequência da agressão israelita reiniciaram-se as operações militares nesta região, ameaçando a paz mundial.

Chegou-se a acordo sobre o cessar fogo. Israel, contudo, prosseguiu com as operações militares ofensivas contra o Egipto e a Síria, o que leva à ocupação de novos territórios. A situação torna-se mais crítica ainda devido à acção irresponsável e repleta de graves consequências, que os Estados Unidos levaram a cabo, pondo os seus exércitos e forças nucleares em estado de alerta.

A comissão considera, praticamente por unanimidade, que as principais causas do reinício das operações militares eram a ocupação por Israel dos territórios árabes, em violação de numerosas resoluções da ONU, e a recusa em dar ao povo árabe da Palestina a possibilidade de exercer os seus direitos nacionais.

Todos os oradores sublinharam o perigo da situação, expressando um profundo desgosto pelos sofrimentos das populações e pelas vítimas humanas e exortando à imediata observação, não apenas das decisões do Conselho de Segurança da ONU, respeitantes ao cessar fogo e à intervenção de tropas das Nações Unidas, mas também de todas as medidas previstas nas resoluções do Conselho de Segurança de 22, de 23 e de 25 de Outubro de 1973.

Numerosos oradores declararam que estas resoluções, que confirmavam a exigência de aplicar a resolução 242 e apelavam para a sua integral e imediata realização, deviam contribuir para uma regulamentação pacífica.

Aconselharam, igualmente, a mobilização, o mais rápida possível, de todas as forças da paz para a luta pela aplicação desta resolução. Alguns oradores fizeram notar que a ONU tem o poder e o dever de fazer cumprir as suas decisões. Tem igualmente de prevenir qualquer tentativa de não observação das resoluções sobre o cessar fogo ou de adiamento das negociações para a paz.

Quase todos os oradores que intervieram na discussão exigiram a aplicação da resolução 242, que ligaram à justa garantia dos direitos nacionais do povo palestiniano. Os membros da comissão foram, praticamente, unânimes em apoiarem a exigência da retirada das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados. Acentuaram que este problema não pertencia exclusivamente aos Árabes e Israelitas, respeitando também a todos os outros povos, dado considerar a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra, tal como o estipula a carta da ONU e a resolução 242 do Conselho de Segurança.

A grande maioria dos delegados desaprovaram a política israelita de conquista.

Um ou dois oradores tentaram justificar a atitude intransigente do governo de Israel quanto à retirada das tropas, afirmando que a razão seria a inquietação da população pela sua segurança e o desejo em assegurar o direito de Israel a existir enquanto estado. Porém, outros oradores que lhes responderam indicaram, nas suas intervenções, que o governo de Israel fomentava esse sentimento de inquietação devido aos seus próprios objectivos de conquista. Esta inquietação não é, de modo algum, engendrada pela política dos países árabes, pois foram eles precisamente, e não Israel, que viram os seus vastos territórios tomados por um estado vizinho. Na época das armas modernas, Israel não pode assegurar a sua segurança, nem pela conquista de territórios, nem por uma revisão de fronteiras. Israel também não pode continuar a apoiar-se na ajuda estrangeira ou na sua superioridade militar. O mito da sua invencibilidade foi desmentido e o seu isolamento político no plano internacional, torna-se cada vez mais evidente. A maior ameaça para o povo israelita e para a sua existência emana das actividades do próprio governo de Israel. Israel faz poucos amigos ao manifestar a sua simpatia para com o governo de Thieu, no Vietname do Sul, ao sustentar estreitas relações com o regime de «apartheid» da África do Sul e ao apressar-se em reconhecer o regime fascista do Chile. Israel desde há muito que mostra a sua hostilidade para com a União Soviética e outros estados socialistas. Numeroso grupo de países da Ásia, África e América Latina rompeu relações com este estado. A conferência dos países não-alinhados, reunida na Argélia, lançou um apelo para que se cortassem relações diplomáticas, e outras, com Israel. Até mesmo as potências da NATO, preocupadas acima de tudo com os seus próprios interesses, tentaram, aquando da última crise, dessolidarizar-se com a assistência dos Estados Unidos a Israel. É perfeitamente evidente que o único meio seguro de Israel garan-

tir a segurança é seguir uma política justa, respeitando os direitos do povo árabe da Palestina e estabelecendo boas relações com os seus vizinhos. Como um dos oradores declarou, as «forças armadas talvez sejam actualmente um «escudo de aço» mas futuramente tornar-se-ão num «escudo de papel».

Os membros da comissão guardam uma profunda impressão do discurso de L. Brejnev, que encerra uma vasta panorâmica da situação internacional e que analisa em particular a situação no Médio-Oriente, as circunstâncias em que os acontecimentos aí evoluíram, as causas que levaram à actual crise e as possibilidades a regular.

«A paz reinaria já há seis anos no Médio Oriente — disse L. Brejnev —, se a resolução da ONU tivesse sido aplicada. Porém, isso não aconteceu devido à política de falta de sagacidade dos meios dirigentes de Israel, encorajados por forças estrangeiras.» Declarou ainda: «A União Soviética apoia com firmeza e consequência as justas exigências dos povos árabes.» Numerosas intervenções testemunham a profunda impressão que estas palavras de Brejnev, bem como a declaração seguinte, produziram nos membros da comissão. «Somos inflexíveis partidários de que a paz, a segurança e a inviolabilidade das fronteiras sejam garantidas para todos, repito, para todos os estados e povos do Próximo Oriente. A União Soviética está decidida a tomar as garantias apropriadas.» Entre a assistência, foram numerosos os que apreciaram esta reafirmação resoluta da atitude invariável do governo soviético, face à paz no Médio Oriente, como uma possibilidade que não se pode desprezar. A comissão fez notar que esta declaração, se fosse corroborada por medidas tomadas à escala internacional, abriria caminho à segurança e relações pacíficas entre os estados e os povos desta região.

Todos os oradores concordaram em dizer que não pode existir uma paz duradoura no Médio Oriente se não se assegurar o exercício dos direitos nacionais legítimos do povo árabe da Palestina.

Foi realçado o facto de ter sido a actual política do governo israelita que conduziu à anexação de Jerusalém árabe e doutros territórios, à repressão contra a população árabe, à sua evacuação pela força e ao povoamento por israelitas, das regiões ocupadas, tudo isso em violação do direito internacional e das resoluções inúmeras vezes adoptadas pela ONU. É necessário o reconhecimento dos direitos nacionais legítimos do povo árabe da Palestina, bem como o seu direito a uma existência independente. Isto implica o direito dos refugiados árabes de regressar às suas terras e o direito do povo Árabe da Palestina à autodeterminação, conforme à Carta da ONU e às resoluções tantas vezes adoptadas pelas Nações Unidas. O povo Árabe da Palestina tem o direito de lutar por tudo isto. Unindo todos os esforços, tem de tomar parte na determinação do seu futuro. Salientou-se que na hora actual, a Organização de Libertação da Palestina era reconhecida como sua única representante, por organismos internacionais como a conferência dos países não-alinhados e a Liga Árabe, e por numerosos estados.

Muitos oradores, entre os quais representantes dos países árabes, renderam homenagem e manifestaram a sua consideração pelas forças da paz de Israel, que lutam contra a política de conquista do governo israelita e travam, em condições difíceis, uma luta consequente pelo estabelecimento no Médio Oriente de uma paz justa e duradoura. Dever-se-á recorrer a tudo para apoiar esta luta e informar largamente a opinião pública.

Um dos oradores emitiu a opinião de que a causa dos conflitos no Próximo Oriente era o não reconhecimento do Estado de Israel pelos governos dos países árabes. Um outro sublinhou a falta de clareza relativamente à posição de alguns estados árabes, quanto à sua vontade de aceitarem uma parte dos compromissos da resolução 242. No entanto, numerosos outros salientaram imediatamente que se os estados árabes não tinham ainda reconhecido Israel, isso devia-se à política de agressão deste. Neste caso

concreto, como se afirmou, confunde-se intencionalmente a causa e as consequências.

Numerosos oradores chamaram a atenção para o papel particular que os Estados Unidos desempenham no Próximo Oriente e para a responsabilidade que lhes cabe pela crise nesta região. Condenaram, também, o papel imperialista dos Estados Unidos. Actualmente, Israel depende totalmente, no plano militar, económico e financeiro da ajuda prestada pelos Estados Unidos e pelas organizações sionistas de todo o mundo e, particularmente, as dos Estados Unidos. Afirma-se na comissão que era apenas graças a este apoio que os governantes de Israel podiam prosseguir obstinadamente uma política agressiva, planificando e realizando conquistas territoriais, servindo de instrumento do imperialismo americano contra o desenvolvimento progressista dos estados árabes e, nomeadamente, pela defesa dos interesses petrolíferos dos Estados Unidos no Próximo Oriente. Muitos oradores sublinharam que a existência de regimes progressistas nos países árabes, é um factor que contribui para a estabilidade nesta região e que contém as ambições imperialistas, sendo consequentemente um factor que favorece a manutenção da paz. Foi afirmado na comissão que os estados árabes têm o direito indiscutível de limitar, e até de suspender, o fornecimento de petróleo aos estados que apoiam os que adoptam uma posição hostil para consigo. Oradores sugeriram que se erguesse um protesto contra as pretensões israelitas quanto às ilhas do mar Vermelho, perto das costas do Iémen. Dois oradores discordaram de expressões empregues nalgumas intervenções, alegando «que lhes faltava ponderação». Dois outros foram de opinião de que o documento de trabalho da comissão era «unilateral». A importância e utilidade deste documento foi, no entanto, realçada por muitos outros oradores. A discussão, como é natural, excitou os ânimos, mas, no conjunto, teve incontestavelmente um carácter objectivo e exaustivo. Alguns oradores, com o apoio evidente da esmagadora maioria dos participantes, fizeram

notar a incorrecção de se colocar num mesmo plano o agressor e a última agressão.

Seria absurdo e falso qualificar de «agressão» os esforços empregados pelos países árabes na defesa dos seus próprios territórios ou na libertação dos territórios invadidos e conservados pela força ou, ainda, aliar às vítimas da agressão aqueles que procuram conservar os territórios invadidos, em violação da resolução adoptada por unanimidade no Conselho de Segurança da ONU e que, até, se tenham apoderado doutros territórios. Argumento análogo foi avançado contra as propostas de um ou dois oradores que diziam respeito a um embargo no fornecimento de armas «aos dois lados».

Os representantes dos estados árabes na comissão expressaram, várias vezes, a sua gratidão pela ajuda militar, política, económica e moral que a União Soviética e outros países socialistas lhes davam.

Foi afirmado na comissão que a actual situação no Próximo Oriente representa a mais grave ameaça à segurança do mundo surgida desde o início do processo de desanuviamento internacional. Esta perigosa situação manter-se-á enquanto subsistir a ocupação ilegal, por Israel, dos territórios árabes e a injustiça face ao povo árabe da Palestina. Por outro lado, as resoluções do Conselho de Segurança de 22, 23 e 25 de Outubro, assim como a situação que se criou, possibilitam, desde que essas resoluções sejam imediatamente aplicadas, que se dê um grande passo pelo estabelecimento de novas e melhores relações nesta região. Alguns delegados falaram da importância da conferência que se realizou em Maio de 1973, em Bolonha, onde delegações de inúmeros países, incluindo países árabes e Israel, discutiram, com outras delegações amigas, os meios para conseguir uma paz justa nesta região. A comissão deu informações que certificam que o Comité de Organização da Itália prossegue esta actividade.

No decurso dos trabalhos da comissão manifestou-se, com particular força, o vasto apoio que dão aos estados árabes, pela sua

justa luta, os países socialistas, os estados não-alinhados, o movimento de libertação nacional e todas as forças da paz, tanto do Leste como do Ocidente.

Quanto a saber se a adopção de novas resoluções do Conselho de Segurança será seguida de uma inteira aplicação ou se, pelo contrário, se chegará de novo a um impasse — com todos os perigos que acarreta — isso dependerá, acima de tudo, das forças da paz. As propostas práticas quanto à acção a prosseguir à escala internacional, apresentadas no documento de trabalho, foram aprovadas pela comissão.

Foram feitas outras propostas, das quais destacamos:

- 1) Organização de uma conferência internacional de solidariedade aos povos árabes; 2) criação no Próximo Oriente de comissões específicas para a paz e segurança; 3) organização de um seminário sobre o problema palestinião; 4) organizações de viagens de delegações dos países árabes e nos países árabes; 5) criação, nos parlamentos de vários países, de grupos específicos para o restabelecimento imediato da paz, no Próximo Oriente; 6) realização de um inquérito sobre a situação dos territórios ocupados por Israel; 7) organização do apoio médico, social e material às vítimas da agressão no Próximo Oriente; 8) envio de delegações internacionais à ONU.

Alguns oradores declaram ter chegado o momento de redobrar os esforços no interesse da paz e da justiça no Próximo Oriente, organizando uma campanha mundial susceptível de acordar e mobilizar a opinião pública.

O principal objectivo desta campanha será o de lutar pela imediata aplicação das resoluções da ONU de 22 e 23 de Outubro.

SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EUROPEIAS

Relatório da Comissão IV

Ao abordar os problemas da segurança e cooperação europeias, a comissão fez notar que os importantes progressos realizados desde há alguns anos na via do desanuviamento na Europa, inscrevem-se numa evolução à escala mundial, respondendo às profundas aspirações de todos os povos e que tem em conta o melhoramento das relações internacionais, na base da coexistência pacífica entre estados independentes e iguais em direitos.

Rebentaram na Europa as duas guerras mundiais, que arrasaram numerosos países doutros continentes. Também a formação na Europa de uma paz sólida e duradoura é factor essencial para a segurança internacional. Inversamente, tensões e conflitos noutras regiões do mundo podem, por seu lado, diminuir ou comprometer a edificação da segurança no continente europeu.

A discussão dos problemas de que estava encarregada a comissão reuniu, durante as quatro sessões, cerca de 300 congressistas (europeus e não europeus), dos quais perto de uma centena tomou a palavra. Levantaram-se inúmeras questões e expressaram-se múltiplas opiniões, raramente divergentes. A nota dominante foi a concordância e a unanimidade dos participantes na maior parte dos pontos essenciais.

Os participantes foram unânimes, ao desejar uma aceleração, num alargamento e aprofundamento do processo de desanuviamento, já tão sensível na Europa. Os governos, os povos e as organizações mais diversas devem entrar, cada vez mais abertamente, neste processo contínuo.

Reconheceu-se que era capital para a consolidação do desanuviamento já conseguido, assegurar o respeito, tanto pela letra como pelo espírito dos acordos já concluídos e, particularmente,

dos tratados assinados recentemente em Moscovo, Varsóvia e Berlim.

Todos os participantes sublinharam a necessidade de realizar a conferência dos estados num prazo razoável, não deixando que a discussão fosse impedida por artifícios ou pelo exame de pontos secundários. Consideraram que esta conferência devia, primeiro que tudo, formular e proclamar os princípios políticos fundamentais, baseados nos quais os estados europeus, os Estados Unidos e o Canadá procurem com firmeza desenvolver as suas relações e dar a paz à Europa, numa base estável e duradoura.

Devido à considerável importância para o futuro do mundo, dos compromissos tomados, a comissão considera que o acto final da conferência de Helsínquia deve ser assinado ao mais largo nível.

A comissão pensa que será necessário um maior esclarecimento, da opinião pública europeia e mundial, sobre a importância da conferência, que inaugurará um período, em que cada estado, ao abrigo da agressão ou da ameaça, poderá consagrar todos os seus recursos para o desenvolvimento, com respeito pela sua independência, soberania e integridade territorial e com a garantia da inviolabilidade das suas fronteiras e da não ingerência nos negócios internos.

Depois de largo debate, todos os participantes foram de opinião que a conferência dos estados não devia terminar sem tomar primeiro a decisão de criar um organismo permanente, que continue a obra empreendida, consolide o desanuviamento entre todos os estados europeus e garanta a evolução despertada. Foram feitas várias sugestões sobre as funções que deveriam caber a este organismo e quanto à sua ligação com as organizações internacionais existentes, representem elas os governos ou as opiniões públicas.

Embora o desanuviamento político tenha prioridade sobre o militar, ambos estão intimamente ligados. A adopção por todos

de princípios políticos fundamentais nas relações interestaduais facilitar, sem dúvida, a discussão dos problemas militares, levará à substituição do «equilíbrio pelo terror» por uma segurança garantida por todos os estados.

A comissão considerou indispensável chegar a um acordo, o mais rapidamente possível, sobre a interrupção da corrida aos armamentos na Europa e sobre a redução das forças militares nacionais e estrangeiras na Europa Central. Tal evolução tornou-se possível, nomeadamente pelo desanuviamento surgido nas relações soviético-americanas.

Consequentemente, os participantes esperam que a conferência de Viena chegue a resultados concretos que permitam a diminuição dos orçamentos militares que entravam o desenvolvimento económico e social dos estados europeus.

Foi largamente apoiada a ideia de que uma parte das somas assim libertadas fosse afectada à ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Vários delegados sublinharam o perigo que representa para a segurança europeia, nomeadamente face à recente crise no Médio Oriente, a concentração no Mediterrâneo, em Portugal e na Islândia de bases militares da NATO ou dos Estados Unidos, e o seu reforço à medida que o desanuviamento progride noutros lados.

Numa altura em que o desanuviamento se alarga, alguns meios propõem a transformação da C.E.G. num bloco militar, propondo mesmo que seja dotado de meios nucleares autónomos. A comissão estima que tal desenvolvimento, a concretizar-se, afectará perigosamente o desanuviamento. Alguns participantes pediram que todos os estados, que ainda o não fizeram, adiram ao tratado de não-proliferação nuclear.

Os povos exigem o fim definitivo da guerra fria. Porém, a actual situação não é ainda irreversível. Convém, assim, que nos mantenhamos alerta para frustrar e desmascarar as tentativas de todos (grupos ou estados, europeus ou não) os que procuram,

com fins egoístas e muitas vezes inconfessados ou mal compreendidos, prolongar a confrontação e a tensão e manter a desconfiança e hostilidade, entre as duas partes da Europa.

Na base de uma segurança política e militar, igual para todos, a comissão espera que se assista a um desenvolvimento considerável da cooperação económica, científica e técnica multilateral, entre todos os estados europeus. A integração económica prossegue e intensifica-se quer do lado capitalista quer do socialista, da Europa. A comissão considera necessário evitar que, na continuação desse progresso, essas integrações acentuem mais a divisão da Europa e tornem a cooperação entre estados e os meios económicos do continente ainda mais difícil.

Nesta ordem de ideias, foi sublinhada a necessidade de multiplicar as trocas de opiniões e acordos entre as duas comunidades (C.E.E. e C.A.E.M.), e de estimular a sua cooperação, desenvolvendo as relações bilaterais.

Alguns pensam que a solidariedade no desenvolvimento entre as duas partes da Europa só pode vir a ser certificada e reforçada.

A intensificação das trocas culturais de qualquer natureza, da difusão de informações, da multiplicação dos contactos humanos (quer entre grupos e organizações ou entre pessoas), facilitarão a partilha de valores espirituais e de experiências sociais a um nível nunca atingido entre países e regimes sociais diferentes e contribuirão para uma melhor compreensão dos povos e da natureza da paz.

Constatando que os povos do continente integram-se nessa mesma civilização e têm, apesar de formas diferentes, um património histórico e cultural, em grande parte comum, os delegados desejaram que houvesse uma intensificação nas relações entre jovens de todos os países, entre sindicatos, movimentos femininos, organizações religiosas, partidos políticos, meios económicos, etc. Desejaram que fossem feitos esforços constantes pela melhoria do ensino das respectivas línguas, pela multiplicação das trocas de

estudantes, pelo desenvolvimento da cooperação das redes de Rádio e TV, pelo melhor acolhimento da história, da arte e da cultura doutros povos e pelo melhor nível de vida e interesse por ela. Sem dúvida que se conseguirá, assim, propagar uma maior confiança recíproca e criar uma nova mentalidade e dar uma visão mais positiva da Europa, cuja personalidade cultural e moral se afirmará pela diversidade das suas experiências históricas, sistemas sociais e concepções de vida, com respeito pelas soberanias nacionais, sem que alguém tente impôr-se aos outros.

O desanuviamento cria na Europa condições favoráveis à aceleração do progresso social e à instauração de uma justiça social melhor. Alguns consideram que esta só será completa e duradoura, com a transformação democrática dos regimes reaccionários ou opressivos.

Sérios problemas se põem pela existência e sobrevivência em Portugal, Espanha e Grécia de regimes fascistas que se inspiram em princípios que são a negação total daqueles em que assenta actualmente o sistema europeu. Este facto foi expresso, independentemente das diferentes opiniões emitidas, sobre a participação dos governos desses países nas negociações e acordos sobre a segurança e cooperação europeias.

Certamente, que num plano mais grave, o desanuviamento cria condições favoráveis à luta dos povos contra a opressão, porém a comissão foi unânime em acentuar o perigo que estes regimes representam obrigando, portanto, a reforçar a solidariedade da opinião pública à luta contra o fascismo.

A comissão sublinhou, com o apoio geral, que a contribuição da Europa para a segurança internacional está comprometida, enquanto alguns dos seus membros, como Portugal, travarem guerras coloniais ameaçando assim a segurança em África. Como a Europa tem interesses comuns e recíprocos com os povos em vias de desenvolvimento (particularmente com os países árabes) impõe-se que desenvolva relações políticas, económicas e cultu-

raís com esses países, num espírito de cooperação e mútuas vantagens.

A comissão, no fim desta discussão, propôs que se avançassem acções concretas para atingir, o mais breve possível, os objectivos abaixo especificados.

A comissão propõe, particularmente:

a) larga difusão, na Europa e fora dela, deste relatório, a fim de chamar a atenção de todas as autoridades políticas e sociais, para os problemas que aqui se expuseram;

b) acções visando a explicação — oral, escrita e audiovisual — dos diferentes problemas relativos à segurança e cooperação europeias;

c) apoio das iniciativas e medidas tomadas pela Comissão Internacional para a Segurança e Cooperação Europeia, de Bruxelas, ou por qualquer outra comissão, organização nacional ou associação; desenvolvimento dos contactos e encontros europeus, nomeadamente entre sindicatos; procura de novas formas para estes contactos;

d) trocas de informação e documentação por diferentes organizações nacionais e internacionais;

e) «contrôle» pela opinião pública da aplicação dos acordos já concluídos, utilizando tanto quanto possível os grandes meios de informação;

f) iniciativas para que as ideias de paz e segurança europeia façam parte dos programas escolares, em todos os graus.

Na comissão, foi dada a ideia de se manterem formas apropriadas de contactos entre organizações internacionais e nacionais, presentes ao Congresso de Moscovo, a fim de dar uma maior eficiência à acção de todas as forças da paz. A Europa toma nova forma, estando a um passo de um novo destino; compete a todos os povos combaterem, com confiança e determinação, pela prosperidade e solidariedade internacionais.

PAZ E SEGURANÇA NA ÁSIA

Relatório da Comissão V

No fim de uma larga discussão, a comissão chegou às importantes conclusões que se seguem:

Conquistada a independência depois de decênios de lutas e sofrimentos, os países da Ásia querem, hoje, assegurar aos seus povos uma vida melhor. Esforçando-se por consolidar a liberdade e soberania, traçando assim, a via do desenvolvimento económico, da liquidação da miséria e da ignorância, consideram necessário pôr fim a todas as formas da sua exploração pelo imperialismo. A paz estável e a segurança na Ásia têm uma importância vital para o sucesso da luta, cujo objectivo é a independência económica, a democracia e o progresso social.

As potências imperialistas, com a sua política de divisão dos países asiáticos, tentam opor-se, obstinadamente, ao desanuviamento e ao estabelecimento de uma paz sólida neste continente: arrastam os países da Ásia para pactos militares cujo único fim é o de servir para a realização dos desígnios imperialistas e o de impedir os países asiáticos de atingir o seu objectivo comum: o renascimento social e o desenvolvimento económico.

Os delegados fizeram saber que, o que principalmente ameaça hoje a paz e é a causa da continuação da tensão na Ásia, é:

— a manutenção das bases militares americanas e inglesas e de pactos militares de que numerosos países asiáticos são signatários;

— a política imperialista que tenta obrigar «os asiáticos a combater os asiáticos» e criar blocos militares, bi e multilaterais, tais como a CENTO e a OTASE;

— o apoio e utilização pelo imperialismo da política expansionista de Israel, a agressão israelita e a continuação da ocupa-

ção de territórios árabes; a recusa em reconhecer os direitos nacionais legítimos à população árabe da Palestina;

— as intrigas no golfo Árabe e na península da Árábia dos imperialistas americanos e ingleses, que, com o apoio dos regimes reaccionários locais, instalam bases militares, armam-se intensivamente e procuram organizar novos blocos imperialistas para controlar os ricos recursos petrolíferos desta região e para se oporem ao movimento de libertação nacional e aos regimes progressistas do Iraque e da República Democrática Popular do Iémen;

— as sistemáticas violações dos acordos de Paris sobre o Vietname, as tentativas de sabotar o acordo do Vietname sobre o Laos e a contínua intervenção americana no Cambodja;

— as experiências nucleares que se continuam a fazer na Ásia e no Pacífico, e que são um desafio à opinião pública mundial e uma ameaça para a saúde de milhões de seres humanos;

— a divisão da Coreia em consequência da ocupação da Coreia do Sul pelas tropas americanas e as tentativas de manter dois Estados na Coreia;

— O facto de ignorar a pretensão dos povos e governos dos estados banhados pelo Oceano Índico, em declarar este oceano uma zona de paz;

— a pressão económica exercida, sob diversas formas, a fim de agravar a exploração neocolonialista dos jovens estados independentes, criando obstáculos ao seu desenvolvimento económico independente.

Segundo opinião dos delegados, a fidelidade ao espírito de Bandung contribuiria para promover a cooperação e para consolidar a unidade dos países da Ásia. Foram numerosos os oradores que apelaram para que a República Popular da China fizesse, juntamente com outros países, os necessários esforços para assegurar uma paz duradoura na Ásia, de acordo com o espírito de Bandung.

A longa luta contra o domínio e a exploração estrangeiras, ensinou aos povos libertados da Ásia a compreender claramente a tática e a estratégia dos imperialistas e dos neocolonialistas. As aspirações dos povos da Ásia reflectiram-se na histórica conferência convocada, em 1947, por Jawaharlal Neru, na Declaração Pancha Shila que continha os cinco princípios da coexistência pacífica, e ainda na Conferência histórica de Bandung.

A conferência dos países da Ásia e da bacia do Pacífico, pela defesa da paz, realizada em Pequim, em 1952; a conferência dos países asiáticos que teve lugar em Delhi, em 1955, e a recente conferência dos países da Ásia pela defesa da paz, realizada em Dacar, em 1973, e que tem uma importância histórica, tiveram todas como objectivo comum assegurar a paz e segurança na Ásia.

Esta resistência aos concluídos dos imperialistas e à sua política, visando a criação de blocos militares, manifestou-se na ideia do não-alinhamento, que esteve presente na Conferência dos Estados Não-Alinhados, realizada em Argel, em 1973, e durante a qual foi lançado um claro e concreto apelo pelo reforço da luta dos povos contra o imperialismo e todas as suas manifestações e pela expansão da cooperação dos povos e seu desenvolvimento independente. Nestes dois últimos anos, os povos asiáticos, que avançam resolutamente pela via do progresso, registaram eminentes progressos, de grande envergadura histórica.

A notável vitória do valoroso povo vietnamita, na luta contra a agressão imperialista, com a ajuda fraterna dos países socialistas e das forças progressistas de todo o mundo, modificou radicalmente a relação de forças no mundo.

O aparecimento do novo Estado soberano do Bangladesh foi uma grande vitória das forças da paz, da liberdade e da democracia na Ásia e contribuiu para frustrar os planos estratégicos dos Estados Unidos no subcontinente indiano.

Todos os delegados sublinharam que uma etapa da luta dos

povos árabes contra o imperialismo, cria a esperança de uma unidade mais estreita entre eles, insuflou-lhes a vontade de utilizar os seus recursos naturais no seu próprio interesse e de lutar numa frente unida contra a agressão expansionista de Israel, inspirada pelos Estados Unidos. O Iraque, especialmente, deu um passo importante na luta contra os monopólios petrolíferos, dando um exemplo do emprego do petróleo enquanto arma contra o imperialismo. Convém também assinalar os esforços feitos por este país na consolidação da unidade nacional, ao resolver a questão curda.

Na sua justa luta os povos árabes beneficiam do maior apoio dos países socialistas; a maioria dos países da Ásia, trava igualmente a sua luta. O movimento de libertação que se esboça na região do golfo Árabe amplifica-se, firmemente decidido a prosseguir a luta contra o imperialismo e seus agentes e contra os dirigentes reaccionários locais.

Os povos da Ásia saúdam a instauração do novo regime do Afeganistão que proclama a sua vontade de prosseguir na via da democracia, do desenvolvimento nacional e da paz. O derrubamento do regime militarista da Tailândia foi uma nova vitória das forças democráticas.

O programa de reunificação pacífica, em cinco pontos, proposto pela República Popular Democrática da Coreia, teve o apoio das forças da paz de todo o mundo, que se erguem contra as tentativas do imperialismo americano e do regime reaccionário de Pak Jung Hi, de manter dois estados na Coreia.

A luta do povo do Japão pela anulação do tratado de segurança americano-japonês, pela supressão de todas as bases militares americanas, contra o ressurgimento do militarismo nipónico, tem o apoio de todos os povos progressistas; só assim se pode considerar possível de alcançar um objectivo como o da criação de um Japão pacífico e neutro.

Vários oradores fizeram notar que a formação de novos

governos na Austrália e Nova Zelândia, tornaram possível a existência de novas relações entre eles e os países asiáticos.

Os delegados sublinharam que estas grandes vitórias se deviam à luta firme dos povos da Ásia contra a reacção interna e externa, e eram o resultado do fortalecimento dos laços de amizade com a União Soviética e outros países socialistas, com todas as forças progressistas do mundo. Falaram a este propósito da conclusão do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação entre a Índia e a União Soviética, do Tratado de Amizade entre a Índia e o Bangladesh, e do Tratado entre o Iraque e a U.R.S.S., da assinatura de uma declaração comum da União Soviética e do Bangladesh e de uma declaração da Índia e da Mongólia. Isto foi uma prova evidente, do desejo dos povos da Ásia, de amizade e de uma cooperação mais estreita, entre eles.

O acordo de Simla, entre a Índia e o Paquistão, seguido da declaração conjunta da Índia e do Bangladesh, que foi a base do acordo feito em Delhi, são mais um exemplo dos bons resultados que se atingem quando são as partes que regulam os seus litígios, pela negociação.

Numerosos delegados sublinharam que o processo de desanuviamento na Europa, proporcionado pela conclusão de um acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos, bem como as conversações actualmente em curso entre estes países, para a redução dos armamentos nucleares, são um factor positivo do desanuviamento internacional e favorecerão o início de um processo análogo de desanuviamento internacional na Ásia. Os movimentos de libertação dos países da África, Ásia e América Latina tiveram também um importante papel, contribuindo para que as potências imperialistas abandonassem a posição de guerra fria.

Mas, apesar do desanuviamento verificado ser um índice tangível, do poder das forças amantes da paz, não se eliminou ainda a ameaça que representam as forças interessadas na continuação da tensão internacional, prontas a recorrer, até, à guerra

para manterem o «contrôle» doutros países. É por isso que se torna indispensável que os países da Ásia encontrem os meios de consolidar e alargar a sua cooperação, no interesse da manutenção da paz e da segurança nesta região, bem como de acelerar o seu desenvolvimento económico.

Assim, a proposta de criar um sistema eficaz de segurança colectiva na Ásia foi submetido a um sério exame. Tal sistema corresponderá inteiramente às propostas sobre a paz e cooperação, feitas por numerosos homens de estado, asiáticos. Este sistema basear-se-á nos princípios da Bandung, na Carta da ONU e nos diversos acordos bipartidos, assinados entre países da Ásia. Deverá ser aberto a todos os países asiáticos, sem excepção, não sendo dirigido contra nenhum deles. Um sistema de segurança colectiva na Ásia não será, de modo algum, uma aliança militar, seja de que forma for, mas, pelo contrário, será inseparável da luta pela anulação dos pactos militares imperialistas bi e multilaterais, pela supressão das bases militares, e contra o acantonamento de tropas estrangeiras nos países deste continente. Ele aparece para consolidar a paz e desenvolver a cooperação entre os países asiáticos.

Este sistema poderá basear-se nos seguintes princípios:

- renúncia ao emprego da força nas relações entre os estados e pelo regulamento, por meios pacíficos, de todos os litígios internacionais;
- inadmissibilidade de anexações territoriais pela agressão;
- respeito pela soberania, integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras dos estados;
- não ingerência nos negócios internos;
- reconhecimento e respeito absoluto do direito de cada povo a decidir do seu destino, e a realizar transformações sócio-económicas;
- reconhecimento do direito soberano e inalienável de todos os países a disporem dos seus recursos naturais;

— desenvolvimento da cooperação económica, cultural, científica ou outra, na base de uma inteira igualdade e da vantagem mútua.

O reconhecimento e a adopção destes princípios por todos os países asiáticos, apesar da diferença de sistemas políticos e sociais, contribuiria em larga medida para a criação de um clima que levasse os países asiáticos a empreender esforços comuns para assegurar uma paz estável e a segurança. Apesar da discussão e dos diálogos sobre estes problemas de importância vital para os países da Ásia, terem de ser prosseguidos a quaisquer níveis, esses países não podem afrouxar a sua vigilância e ignorar os problemas urgentes que actualmente se lhes põem. Assim, a comissão, em primeiro lugar, recomenda ao congresso que dirija às forças da paz o seguinte apelo:

1. Lançar uma vasta campanha internacional para apoiar a luta do povo árabe, pela observação consequente da resolução n.º 242 do Conselho de Segurança da ONU (1967), pela retirada incondicional das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados, e pelo restabelecimento dos legítimos direitos nacionais do povo palestino.

2. Avançar com acções internacionais para apoiar os povos do Vietname, Laos e Cambodja, que exigem a aplicação incondicional dos Acordos de Paris e de Vienciana, e para pôr cobro à ingerência americana nos negócios internos dos povos da Indochina. Lançar uma campanha pela libertação dos presos políticos no Vietname do Sul e pela cessação da ingerência dos imperialistas americanos nos negócios internos do Cambodja.

3. Dar apoio internacional ao programa construtivo que visa o fim da defrontação militar entre as Coreias do Norte e do Sul, para a reunião de condições necessárias à reunificação nacional deste país, numa base pacífica e democrática, sem qualquer ingerência externa, tal como propôs a República Popular Democrá-

tica da Coreia, e apoiar a exigência desta respeitante à dissolução da comissão da ONU para a Coreia.

4. A paz no subcontinente indiano tem de ser assegurada com base no Acordo de Simla, assinado pela Índia e pelo Paquistão, e no acordo concluído em Delhi, e aprovado também pela República do Bangladesh. Estes três estados do subcontinente, na base do respeito mútuo, igualdade soberana e integridade territorial, têm de conduzir uma política de amizade e cooperação e lutar pela regulamentação negociada de quaisquer litígios que existam entre eles, em nome dos interesses comuns dos seus povos.

5. Lançar uma campanha de solidariedade com o Movimento de Libertação Nacional dos países do golfo Árabe e da península da Arábia.

6. A República Popular Democrática do Bangladesh tem de ser reconhecida universalmente e de ser admitida na ONU.

7. Tem de ser convocada uma Conferência Internacional das Forças da Paz, que declare o Oceano Índico como zona de paz e exija o desmantelamento das bases militares estrangeiras na bacia deste oceano.

8. Empreender uma campanha internacional para a liquidação das bases militares estrangeiras e para a anulação dos pactos militares em toda a Ásia.

9. Fazer cessar todas as experiências nucleares, sobretudo na Ásia e na bacia do Pacífico. Há que intensificar a campanha para a interdição completa de armas nucleares e contra o seu armazenamento.

10. A ideia do estabelecimento da cooperação e da garantia da segurança na Ásia, pelos esforços comuns de todos os estados asiáticos, tem de ser encorajada por todos os meios possíveis. Para isso, é necessário criar, internacionalmente, uma comissão para os problemas da paz e segurança na Ásia, onde estejam largamente representados os partidos políticos, sindicatos, organizações de mulheres e de jovens, organizações religiosas e outras.

DESARMAMENTO

Relatório da Comissão VI

A Sexta Comissão sobre o desarmamento reuniu-se sob a presidência do Dr. Audriamanjato (República Malgache) com a participação de cerca de duzentos delegados.

Os outros membros da mesa da comissão eram: 1. Prof. G. A. Arbatov (U.R.S.S.); 2. Dr. James Fulchs (Canadá); 3. Dr. Pertti Djoníemi (Associação Internacional para o Estudo dos Problemas da Paz); 4. Arthur Boot (Grã-Bretanha); 5. Hector Ramirez Quiellar (México); 6. Reverendo Hiotsu Sato (Japão); 7. Ion Kardze (Roménia); 8. Prof. Erik Boorop (Federação Internacional dos Trabalhadores Científicos); 9. Serge Burgroff (Federação Internacional dos Veteranos de Guerra); 10. R. K. Cargh (Índia); 11. Dr. Rose Haddouri (Iraque); 12. Luther Evans (E.U.A.); 13. R. Killan (Polónia — secretário internacional).

A comissão congratula-se com a atmosfera de mútua compreensão e de boa vontade que presidiu a toda a sessão, onde noventa pessoas tomaram a palavra.

Põe as seguintes considerações à atenção da sessão plenária do congresso:

A luta pelo desarmamento, que inclui a interdição de armas nucleares, é uma das principais orientações para uma prevenção das guerras, e principalmente da guerra nuclear, que ameaça a existência de todos os países e povos. A tensão internacional estimula a corrida aos armamentos que, por sua vez, gera a tensão. Ao suscitar o medo, a desconfiança e a suspeita, envenena a atmosfera política.

Uma normalização duradoura da situação internacional é incompatível com a existência dos arsenais monstruosos de meios de destruição e de extermínio, que continuam a ser dotados de tipos de armas cada vez mais perigosos e em quantidade, dia a

dia, maiores. Se a corrida aos armamentos prosseguir, o desanuviamento político não se pode acentuar e tornar irreversível.

1.1. Actualmente admite-se, cada vez mais, que a paz é indivisível, que não pode estar assente num «equilíbrio do terror» e que a autêntica segurança tem de estar fundada nos princípios da coexistência pacífica, da segurança colectiva e na Carta da ONU. O respeito pela inviolabilidade do território e das fronteiras de todos os estados, o respeito pela independência e soberania nacional, pela não ingerência nos negócios internos, pela renúncia à ameaça ou ao uso da força nas relações entre estados, têm-se tornado normas regulares nas relações internacionais.

1.2. Ultimamente houve inúmeros factos importantes que fizeram nascer a esperança quanto ao sucesso de futuras iniciativas, no domínio do desarmamento. Apesar de haver ainda alguns problemas sérios na Indochina, o caminho para a paz está traçado, no Vietname e no Laos; as últimas medidas da ONU assumem novas perspectivas para uma justa solução pacífica no Médio Oriente; a Conferência Europeia de Segurança e Cooperação continua os seus trabalhos; foi inaugurada a conferência sobre a Redução das Forças Armadas e dos Armamentos, na Europa Central. Os acordos internacionais sobre a limitação da corrida aos armamentos e a interdição de armas bacteriológicas (biológicas), feitos nos últimos anos, entre a maioria dos países do Mundo, têm consequências positivas.

1.3. A normalização e desenvolvimento de relações entre estados de sistemas sociais e políticos diferentes, os acordos assinados entre os Estados Unidos da América e a U. R. S. S., principalmente visando a limitação dos armamentos estratégicos e a prevenção de uma guerra nuclear, criam um clima favorável a novos sucessos, no que respeita ao desanuviamento e à paz.

1.4. A opinião pública e as Força da Paz desempenharam um importante papel na luta pelo abrandamento da tensão e pelo desarmamento. Despertaram no seio dos povos sentimentos hos-

tis à guerra e influíram, em larga medida, na política dos governos no sentido de uma evolução significativa na cena internacional.

1.5. Contudo, a corrida aos armamentos não abrandou, mas, muito pelo contrário, agrava-se e contribui para a preparação material, uma possível guerra mundial.

Os orçamentos militares continuam a aumentar; criam-se novos tipos de armas, altamente desenvolvidos e utilizados. A corrida aos armamentos ameaça reforçar os blocos militar-políticos, agravar as defrontações e criar o perigo permanente de rebentarem novos conflitos; obsta à elevação do nível de vida dos homens, assim como ao melhoramento da saúde pública e da instrução; torna-se um factor de injustiça social. A produção de armamentos, não é, de modo algum, um estimulante para as economias nacionais; é, sim, uma das principais fontes da inflação que recai, principalmente, sobre os trabalhadores. Torna-se um obstáculo suplementar ao desenvolvimento dos jovens países independentes, por absorver recursos que poderiam ser utilizados na satisfação de necessidades económicas, culturais e sociais. A corrida aos armamentos tem consequências atmosféricas nefastas e usa enormes forças científicas e intelectuais em pesquisas perigosas para a sociedade e que trazem prejuízo ao progresso económico e social.

1.6. A corrida aos armamentos é estimulada pelo complexo militar-industrial, pelas sociedades multinacionais e por outras forças que se erguem contra o desanuviamento e, ainda, pelos regimes que usam as armas contra os povos em luta pela liberdade e independência.

1.7. A actual viragem da guerra fria para o desanuviamento deve voltar-se para o progresso do desarmamento, mesmo com medidas unilaterais, tendo em conta os laços indissolúveis que unem o desarmamento e a segurança internacional para todos os países.

1.8. Proclamado pela ONU, como Decénio do Desarmamento, o actual decénio deve dar um efectivo impulso às acções dos governos e da opinião pública, para que novos passos positivos sejam dados na via do desarmamento.

Concordamos com um programa de acções que inclua medidas graduais para a suspensão da corrida aos armamentos e para a consecução de um desarmamento geral e completo, e particularmente para o desarmamento nuclear.

Depois de ter analisado os princípios gerais do desarmamento que devem guiar os estados e as forças da paz, a comissão aconselha as seguintes acções:

2. Criar uma atmosfera que permita avançar na via de um desarmamento geral e completo:

2.1. Erigindo sistemas baseados nos acordos internacionais e consolidando uma real e completa segurança, nas diversas regiões do mundo e a criação de relações entre estados assentes na coexistência pacífica e no direito internacional. Desenvolvendo a cooperação entre estados, povos e pessoas, contribuindo assim, para uma efectiva aplicação da Resolução da XXVII Sessão da Assembleia Geral da ONU, sobre o não recurso ao emprego da força nas relações internacionais, e para a futura interdição total do uso da arma nuclear.

2.2. Encorajando todos os esforços que visem uma justa regulamentação dos diferendos e dos conflitos armados internacionais, respeitando os legítimos direitos de qualquer povo, o seu direito inalienável à liberdade, à disposição dos seus próprios recursos naturais, à independência nacional e ao progresso social.

2.3. Encorajando quaisquer tentativas que visem o desintegrar da espiral de medo que leva ao reforço do armamento, por si só gerador de um acréscimo de desconfiança e receio.

2.4. Favorecendo o simultâneo desenvolvimento dos processos de desanuviamento e de desarmamento, de modo a que se estimulem e acelerem mutuamente, terminando com a criação de

condições que garantam uma segurança total e autêntica nas diversas regiões do mundo.

2.5. Contribuindo por todos os meios para a convocação, no mais breve espaço de tempo, da Conferência Mundial de Desarmamento, nomeadamente as conversações em curso sobre a redução mútua de armamentos e das forças armadas na Europa, bem como as que versam a limitação de armamentos estratégicos.

2.6. Apoiando todos os esforços que visam a retirada das tropas estrangeiras para as suas fronteiras nacionais, a interdição de instalar armas nucleares em território estrangeiro, a obtenção da retirada das bases militares no estrangeiro, da dissolução dos blocos e alianças militares, a redução gradual dos orçamentos militares, a redução das forças armadas e a criação de zonas desnuclearizadas.

3. Favorecer a conclusão e aplicação dos acordos internacionais sobre o desarmamento. Poderão ser tomadas medidas práticas sobre os seguintes pontos:

3.1. Favorecer a negociação e conclusão de um tratado que interdite a utilização, armazenamento, procura e melhoramento das armas nucleares e que leve à destruição dos armazenamentos existentes.

3.2. Como primeiro passo reduzir de 10 por cento os orçamentos militares dos grandes estados, e destinar os meios assim disponíveis às necessidades sociais e à ajuda aos povos dos países em vias de desenvolvimento.

3.3. Aumentar o número de países signatários e alargar o campo de aplicação dos acordos existentes, estendendo, por exemplo, aos ensaios subterrâneos o tratado sobre a interdição de experiências nucleares. Exigir, também, a ratificação do protocolo de Genebra, de 1925, por todos os países, bem como a sua aplicação, tal como o reclama a resolução 2603 (XXIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

3.4. Trabalhar para a realização de uma convenção para a proibição do melhoramento, produção e armazenamento das armas químicas, bem como para a destruição dos «stocks» existentes.

3.5. Levar os governos a ratificarem e aplicarem efectivamente tais tratados, particularmente a convenção sobre a proibição e destruição das armas bacteriológicas (biológicas) e exigir o fim imediato de qualquer ensaio de armas nucleares.

3.6. Trabalhar para a realização de uma convenção que ilegalize o napalm e outras armas incendiárias, e apoiar os esforços da ONU nesse sentido.

3.7. Quaisquer países que possuam uma arma de destruição massiva devem fazer tudo para facilitar a conclusão de acordos multilaterais ou bilaterais que determinem substanciais limitações qualitativas e reduções de armamentos nucleares estratégicos, quer ofensivos ou defensivos.

4. Chegar a uma nítida compreensão dos problemas do desarmamento:

4.1. Organizando campanhas de desmistificação de afirmações como a de que o armamento «consolida a paz», e, quanto à «impossibilidade técnica» do desarmamento e do seu «contrôle», a de que a rentabilidade económica e científica do armamento, bem como a «segurança», resultam do «equilíbrio do terror». Ao fazê-lo, é imprescindível que se proceda à difusão, o mais ampla possível, de publicações que contribuam para essa desmistificação.

4.2. Dando a conhecer todas as soluções encontradas para fazer face às modificações resultantes do desarmamento, nomeadamente a transformação das indústrias de armamento, utilizando os exemplos concretos que existam nesse domínio e encorajando o estudo das incidências dessa transformação, para todas as categorias de trabalhadores das indústrias de armamento, incluindo os trabalhadores científicos.

4.3. Agindo para que os problemas relativos ao desarmamento e, mais genericamente, às relações internacionais pacíficas e à compreensão recíproca, sejam integrados nos programas escolares e beneficiem do apoio dos «mass-média».

4.4. Encorajando todas as possibilidades de acções colectivas e de manifestações de consciência individual, na luta contra a guerra e pelo desarmamento.

4.5. Acentuando a ligação entre a acção contra a corrida aos armamentos e a luta por melhores condições económicas e sociais das largas massas dos diferentes países, visando determinar as possibilidades de acção comum.

5. Interessa ainda acentuar quais as consequências eventuais do desarmamento para os países em vias de desenvolvimento.

5.1. Convém associar estes países à resolução desses problemas, pois isso será factor positivo na resolução dos problemas vitais do seu desenvolvimento.

5.2. Torna-se imperioso afirmar que a luta dos povos e governos desses países, pela independência nacional, a abolição do colonialismo e contra o domínio estrangeiro, representa uma importante contribuição para o desarmamento.

5.3. É necessário destacar os aspectos do desarmamento ligados às lutas de libertação nacional, à interdição de todo o fornecimento de armamento ou de informação sobre conhecimentos técnicos, aos países empenhados em guerras coloniais e aos regimes que deles servem para fins de agressão, exploração, domínio, ameaças à paz e para impedir pela força o progresso social.

5.4. Devem ser impostas e utilizadas sanções efectivas, particularmente as já adoptadas pela ONU, contra os regimes com uma política de «apartheid» ou de discriminação racial sob qualquer tema, que, recebendo ajuda e apoio diversos, os utilizam no reforço das suas posições e no fabrico de armamentos, inclusivamente de armas nucleares.

5.5. É necessário que se tomem medidas para ilegalizar a utilização de técnicas modernas de armamentos, nas acções armadas, contra a população civil, particularmente nos países em vias de desenvolvimento.

6. É necessário que se descubram as ressonâncias que os problemas de desarmamento podem ter em qualquer sector social da opinião, definindo, a partir daí, uma linha de actuação.

6.1. Procurar os meios de interessar os representantes da imprensa nos problemas do desarmamento, permitindo-lhes contribuir para uma melhor compreensão internacional, ao organizar, por exemplo, mesas redondas com jornalistas de países e sistemas diferentes.

6.2. Utilizar os materiais de estudo já disponíveis e associar, numa acção unida para o desarmamento, os institutos de estudo sobre a paz e outros institutos científicos interessados nestes problemas, facilitando-lhes para tal as fontes necessárias.

7. Na hora actual, desenham-se novas perspectivas favoráveis à coordenação dos trabalhos das diferentes organizações nacionais e internacionais, pelo cumprimento das tarefas e objectivos acima indicados. Os trabalhos da comissão sobre o desarmamento confirmam a possibilidade de preparar acções concertadas num vasto campo de questões relativas ao desarmamento e à cooperação das diferentes forças da paz.

7.1. Reconhecendo e respeitando a independência e autonomia das forças que participam na luta pelo desarmamento, a comissão considera possível e necessário o desenvolvimento da mútua compreensão e a cooperação e acções comuns das mais diversas correntes da opinião pública.

7.2. Esta aproximação e cooperação podem, concretamente, traduzir-se, numa participação activa das forças da paz, na Semana Internacional do Desarmamento, de 22 a 29 de Abril de 1974, e na celebração do Dia Internacional do Desarmamento, a 17 de Junho de 1975.

A comissão deseja, finalmente, que se encontrem métodos práticos para a prossecução dos contactos estabelecidos durante os trabalhos, e das ligações com as diferentes organizações de todo o mundo.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL CONTRA O COLONIALISMO E O RACISMO

Relatório da Comissão VII

A comissão «A luta de libertação nacional contra o colonialismo e o racismo», na qual participaram mais de 300 delegados, concordou em afirmar que o colonialismo, o racismo, o «apartheid», a opressão nacional e o neocolonialismo são, actualmente, uma das principais fontes da tensão internacional e dos conflitos. A paz e a segurança internacionais exigem que todos esses aspectos do imperialismo sejam totalmente liquidados.

A luta de libertação travada pelos povos oprimidos não é apenas um combate justo e legítimo pelos direitos inalienáveis, mas é ainda um precioso contributo para a paz internacional, a segurança e o desenvolvimento da cooperação internacional. Esta luta merece o mais activo apoio de todas as forças da paz, tanto mais que os regimes coloniais e racistas são apoiados por alguns governos e sociedades internacionais que procuram continuar a lucrar com a opressão dos povos.

Os participantes nesta comissão concordaram em afirmar que é graças às iniciativas tomadas, nos últimos anos, pela União Soviética e outros países socialistas e pelos países não-alinhados, que actualmente, se assiste a alguns progressos no desanuviamento da luta de libertação, para o reforço da independência nacional e a coexistência pacífica. O constante apoio que a União Soviética e os outros países socialistas, os países africanos e outros países

não-alinhados, dão aos movimentos de libertação nacional favorece a luta contra o imperialismo, o colonialismo e qualquer forma de discriminação racial, e representa um importante contributo para a paz.

A política de coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes cria condições favoráveis para a luta de libertação nacional e, enquanto neutraliza as forças mais agressivas, permite associar com sucesso a luta pela independência nacional aos esforços que visam evitar uma nova guerra mundial. A coexistência pacífica dá amplas perspectivas à luta ideológica contra o racismo que ameaça seriamente, hoje em dia, a independência e unidade de numerosos estados.

As decisões adoptadas pela IV Conferência dos chefes de estado e de governo, dos países não-alinhados, realizada em Argel, em 1973, dão um importante apoio e contributo à luta pela libertação nacional das nações oprimidas, pela fixação e afirmação dos princípios da coexistência pacífica.

A actual situação internacional, o desanuviamento internacional, as vitórias alcançadas para a garantia da segurança e cooperação europeias, tal como outras vitórias dos povos, confirmam que a relação de forças evolui a favor da democracia e do progresso. Na Indochina, a assinatura do acordo de paz foi uma importante vitória do heróico povo vietnamita, apesar da situação nesta região ser ainda delicada, devido às incessantes violações do acordo por parte dos Estados Unidos e da administração de Saigão.

Congratulamo-nos com o aparecimento de um novo estado — a República da Guiné-Bissau — e apoiamos o seu governo, nos esforços para resolver as urgentes tarefas que se lhes põem: expulsar os ocupantes portugueses do resto do território nacional e reconstruir o país.

Importantes territórios de Moçambique e de Angola estão já libertados, e os movimentos de libertação destes países iniciaram já a reconstrução e edificação de uma nova sociedade.

Na Namíbia e no Zimbabwé, os combatentes pela libertação, gozando de largo apoio popular, lutam activamente contra o inimigo.

Na África do Sul, apesar da feroz repressão, milhares de operários e estudantes organizam greves, se bem que seja proibido, aos negros deste país, o direito à greve.

Notamos com satisfação os progressos alcançados pelo Movimento de Libertação Nacional de Porto Rico na luta contra a opressão do imperialismo norte-americano.

Saudamos os sucessos alcançados pela República do Panamá, na luta pela consolidação da soberania e da integridade territorial.

No Iraque conseguiu-se a regulamentação pacífica da questão curda, baseada na autodeterminação do povo curdo e que levou ao fim da guerra.

Papua, na Nova Guiné, será em breve independente.

O imperialismo reagiu a estas vitórias com a violência e o terror. No Chile, o governo democraticamente eleito foi derrubado por um golpe de estado fascista e o presidente Salvador Allende foi morto. O secretário-geral do P.A.I.G.C., Dr. Amílcar Cabral foi, também, selvaticamente assassinado. Noutros países, onde a luta de libertação nacional se reforça, também milhares de patriotas e de inocentes são dizimados, estropiados, aprisionados ou exilados. O regime sul-africano desempenha o papel particularmente odioso, de bastião do colonialismo e do racismo. Não oprime milhões de negros na África do Sul, mas ocupa, também, ilegalmente a Namíbia. Continua a guerra contra os combatentes pela liberdade do Zimbabwé e imiscui-se nos acontecimentos de Moçambique e de Angola. Obstina-se em balcanizar os países da África do Sul para poder eternizar a discriminação racial. Os exércitos de Portugal, Rodésia e África do Sul agem em conjunto

contra os movimentos de libertação nacional da África do Sul e «internacionalizam», assim, a guerra de agressão contra os povos de África.

A comissão examinou cuidadosamente estes e numerosos problemas e chegou a um acordo quanto ao **programa de acção** que se segue:

África

A conferência internacional de peritos, para a ajuda às vítimas do colonialismo e do «apartheid» na África do Sul, reunida em Oslo, em Abril de 1973, sob a égide da ONU e da Organização da União Africana, e na qual participaram todos os movimentos de libertação da África, reconhecidos pela O.U.A., elaborou um «Programa de Acção para unir os esforços internacionais, que visam acelerar a liquidação dos males que são o colonialismo e o «apartheid», contribuindo assim para a paz internacional e para a segurança».

○ O congresso apoia integralmente este programa e recomenda a todos os estados, organizações e indivíduos o seu estudo e realização.

○ O congresso recomenda a convocação, em 1974, de uma conferência internacional de organizações não governamentais, para elaborar um programa de acções sociais que visem liquidar estas formas bárbaras de opressão e exploração. Esperamos que as organizações não governamentais e que todos os movimentos de libertação, reconhecidos pela O.U.A., estejam largamente representados nesta conferência e que as agências interessadas da ONU e da O.U.A. lhe dêem o seu inteiro apoio.

○ O movimento sindical pode desempenhar um papel muito importante na luta contra o colonialismo, o racismo e o «apartheid». O congresso apoia as resoluções adoptadas pela Conferência Internacional dos Sindicatos, que se realizou em Genebra,

em Junho de 1973, contra o «apartheid», bem como as acções da Organização Internacional do Trabalho contra os colonialistas portugueses.

República da Guiné-Bissau

O congresso saúda a proclamação do novo Estado da Guiné-Bissau e declara apoiar o seu governo face às urgentes tarefas que se lhe põem: pôr fim à ocupação portuguesa de uma parte do seu território nacional e reabilitar o país.

O congresso apela a todos os governos que reconheçam o Estado da Guiné-Bissau e lhe dêem a ajuda diplomática, económica, ou outras, de que ele possa necessitar.

O congresso apela a todos os povos do mundo para que criem comissões de solidariedade que visem obter o reconhecimento da República da Guiné-Bissau.

Países que estão sob o domínio colonial português

O congresso apela aos governos e organizações para que dêem o seu total apoio ao Movimento de Libertação das Colónias Portuguesas e para que dediquem especial atenção à organização de uma campanha específica, na qual sejam utilizados todos os grandes meios de informação, que dê a conhecer à opinião pública mundial:

a) os progressos conseguidos pelos povos da Guiné-Bissau, das ilhas de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, na sua luta sob a direcção do P.A.I.G.C., M.P.L.A., FRELIMO e M.L.S.T.P.;

b) os progressos realizados para o restabelecimento de uma vida normal nas regiões libertadas e o apoio que lhes deve ser dado, actualmente;

c) os crimes dos colonialistas portugueses;

d) o apoio dado a estes últimos, pelos seus aliados da NATO e da C.E.E.;

e) a campanha levada a cabo pelas forças da paz e do progresso de Portugal contra as guerras coloniais.

O congresso apela aos povos dos países da NATO e aos governos dos países membros desse bloco que condenam o colonialismo português, para que tomem medidas eficazes para isolar Portugal e impedir que este receba qualquer tipo de ajuda.

África do Sul

O regime da minoria branca da África do Sul deve deixar de ter a possibilidade de representar a África do Sul nas organizações internacionais. Qualquer cooperação com este regime, no comércio, investimentos, desporto ou cultura, encoraja a sua política criminosa e agressiva devendo, portanto, ser interrompida.

Todos os governos e organizações devem colaborar com os movimentos de solidariedade, nas campanhas contra qualquer forma de cooperação com o regime sul-africano e dar a indispensável ajuda ao movimento de libertação deste país, dirigido pelo Congresso Nacional Africano, na difícil luta contra o regime racista branco. No quadro de uma cooperação com o movimento de libertação importa, ainda, ajudar os sindicatos e outras organizações, inclusive os movimentos clandestinos, que travam a luta contra o «apartheid» neste país.

É indispensável pressionar os governos para que ratifiquem e cumpram a convenção sobre a liquidação do «apartheid» e as sanções contra a prática criminosa desta política, e para que reclamem a expulsão da África do Sul — essa anomalia moral dos estados do mundo contemporâneo — da ONU, das suas agências especializadas e doutras organizações internacionais.

O congresso apoia a luta dos povos do Botswana, do Lesotho e da Suazilândia contra o «apartheid» e o domínio neocolonialista sul-africano.

Presos políticos

O congresso exige a libertação de todos os presos políticos, tais como Nelson Mandela, Walter Sisulu, Jochua NKomo, reverendo Sithole, Herman Ja Töivo e de todos os outros, presos pela sua luta pela liberdade e independência nacional.

Apela a todas as organizações para que se unam, para levar a cabo uma campanha universal pela libertação de todos os presos, encarcerados por se oporem aos regimes racista da Namíbia, da África do Sul e do Zimbabwé.

Próximo Oriente

O congresso apoia o movimento de libertação nacional do povo árabe da Palestina, na luta pelo direito à autodeterminação, bem como a sua resistência à ocupação israelita.

O congresso condena a discriminação racial praticada pelo governo israelita, face aos árabes palestinianos e afirma que, sendo o sionismo uma forma de racismo é imperioso que se lute contra ele.

O congresso encoraja a criação de comissões de solidariedade ao povo árabe da Palestina.

O congresso apoia o movimento de libertação nacional, no golfo e na península Arábica, contra o imperialismo britânico e americano e as forças reaccionárias locais, pela independência económica e política e pela soberania nacional.

O congresso saúda também a política do Governo iraquiano, pela resolução do problema curdo pela via pacífica e democrática, na base da autogestão do povo curdo, conforme a Declaração

de 11 de Março de 1970. Considera esta declaração um modelo que deveria ser seguido pelos outros países desta região.

Bangladesh

O congresso apela a todos os estados para que reconheçam a República Popular do Bangladesh e insiste na sua admissão imediata na ONU.

América Latina e os países das Caraíbas

O congresso apoia a luta do povo de Porto Rico contra a opressão colonial dos Estados Unidos e pela independência nacional. Saúda as resoluções feitas a este propósito, em Agosto de 1973, pela Comissão Especial da ONU para a Descolonização, bem como, pela IV Conferência dos Estados Não-Alinhados, realizada em Argel, e apela para que a Assembleia Geral da ONU aprove estas resoluções e para que todos os governos e organizações as apliquem.

O congresso exige que o Governo dos Estados Unidos retire todas as tropas e bases militares do território de Porto Rico e liberte todos os presos políticos porto-riquenhos que se encontram nos Estados Unidos. O congresso incentiva a que seja dada uma ajuda internacional ao povo de Porto Rico e ao seu movimento de libertação, na justa luta pela liberdade e independência. Os Estados Unidos devem cessar a construção de um superporto petrolífero em Porto Rico, pois isso atenta contra a integridade territorial desse país e da região das Caraíbas.

O congresso pronuncia-se igualmente a favor da outorga imediata, conforme as resoluções da ONU, da independência a todos os outros países coloniais na América Latina e na bacia das Caraíbas, e a favor de que seja dada uma ajuda apropriada aos povos de territórios como Suriname, Aruba, Curaçau, ilhas Malvi-

nas, Martinica, Guiana (Cayenne), Guadalupe, S. Vicente, ilhas Granadinas, St. Kitts Nevis, Santa Lúcia, Dominique, Antigues e Barbuda, Anguilla, Bermudas, Bonaire, Saba, S. Martin, ilhas da Virgem, Montserrat, Honduras britânicas e outros territórios que se encontram sob o domínio francês, norte-americano, holandês e britânico.

O congresso condena a discriminação racial que continua a existir no enclave colonial a que se chama «zona do canal».

O congresso saúda o particular papel desempenhado por Cuba na luta contra o imperialismo dos Estados Unidos.

O congresso aprova a declaração sobre o Panamá e a resolução de apoio, adoptada no I Congresso do México, da América Central e do Panamá sobre a soberania, a paz e a solidariedade internacional.

O congresso apoia o direito dos povos da América Latina, em lutar, por todos os meios à sua escolha, contra as tentativas imperialistas dos Estados Unidos, de lhes impor e perpetuar o domínio neocolonialista, nomeadamente pelo expediente de tratados desiguais que constituem uma grave ameaça à paz e segurança internacionais.

Irlanda

O congresso apoia a luta do povo irlandês contra o domínio britânico, pela liberdade, a unidade nacional e a autodeterminação.

Reconhecimento dos movimentos de libertação

O congresso apela para que todos os estados e organizações que ainda o não tenham feito, reconheçam os movimentos de libertação, como legítimos representantes dos países que se encontram sob o domínio colonial e racista, e lhes dêem ajuda política e material para poderem conquistar os seus direitos imprescritíveis.

A ONU, as suas agências especializadas e outras organizações devem convidar os movimentos de libertação a tomar parte nos seus trabalhos, como membros originários e associados e dar-lhes apoio.

Namíbia

O congresso nota com satisfação a intensificação da luta armada, travada pelo povo da Namíbia sob a direcção da S. W. A. P. O., e ainda a maior politização das massas, que esteve na base da recusa categórica dos Africanos, em participarem nas eleições ilegais organizadas pelo regime de Vorster, em Agosto e Setembro de 1973.

O congresso apela para que todos os governos e organizações dêem especial atenção às campanhas contra qualquer colaboração, directa ou indirecta, com a administração ilegal sul-africana na Namíbia, instaurada não obstante a opinião do Tribunal Internacional de Justiça.

Há que levar a cabo acções que impeçam as importações e venda de produtos da Namíbia enquanto a África do Sul mantiver a ocupação ilegal desse país. O congresso apela para que os governos e organizações dêem um apoio material, concreto, à S. W. A. P. O., contribuindo para que ela intensifique a luta armada pela libertação e pelo fim da ocupação ilegal sul-africana da Namíbia.

Zimbabwé

O congresso congratula-se pela intensificação da luta armada e política no Zimbabwé e apela para que todas as forças da paz encetem contactos directos com o Movimento de Libertação do Zimbabwé, obtendo informações sobre o progresso da luta de

libertação, desenvolvimento, activos contactos bilaterais e dando uma ajuda efectiva.

O congresso faz notar que o povo do Zimbabwé é vítima do colonialismo britânico e do regime dos colonos racistas.

O congresso condena as incessantes manobras da Grã-Bretanha, que visam obter a aprovação de uma pretensa regulamentação que irá reforçar o poder da minoria.

O regime rodesiano tem de continuar impossibilitado de participar em qualquer actividade num plano internacional. O congresso apoia a proposta de convocar uma conferência internacional de apoio à luta do povo do Zimbabwé, pela liberdade e independência. Esta conferência deverá realizar-se em Mogadisho, sob égide da Organização de Solidariedade aos Países da Ásia e África.

Outros países sob o domínio colonial britânico, francês e espanhol

O congresso apoia a luta travada pelos povos das Seychelles, Comores, da Somália, da Reunião, das Canárias e do Saará espanhol pela independência nacional, contra o domínio britânico, francês e espanhol. O congresso apela para que todos os governos e organizações apoiem os movimentos de libertação destes países e recomenda que sejam dadas amplas informações sobre estas lutas.

Os governos e organizações deverão criar fundos de solidariedade para os povos em luta contra o colonialismo e o racismo e ajudá-los por meios de contactos directos com os movimentos de libertação reconhecidos.

O congresso condena o emprego mercenário, como o instrumento utilizado pelo imperialismo contra os estados soberanos e os movimentos de libertação. Apela para que a opinião pública tome as medidas necessárias para pôr cobro ao recrutamento de mercenários.

O racismo

O racismo é uma séria ameaça à paz e cooperação internacionais, não apenas na África do Sul, mas também em inúmeras outras regiões mundiais.

As resoluções da ONU sobre a organização de um decénio de acção contra o racismo e a discriminação racial possibilitam que se desenvolva uma acção conjunta, à escala mundial, contra as forças do racismo.

É indispensável que se assegure a máxima participação da opinião pública neste Decénio, por intermédio dos movimentos de libertação e das organizações não governamentais. Os sindicatos, as igrejas e os estabelecimentos de ensino deverão desempenhar um importante papel na luta contra o racismo. A ONU tem de proceder a consultas às organizações não governamentais sobre a actividade contra o racismo, favorecendo a participação destes grupos.

O congresso saúda a grande vitória alcançada pela população negra dos Estados Unidos que, apoiada pelos seus aliados e pelo movimento mundial, salvou a vida e conseguiu a libertação de Ângela Davis, dando assim uma maior esperança à população negra dos Estados Unidos, no êxito da sua luta contra as represões racistas e a opressão nacional praticadas pelos monopólios.

Estas vitórias são de grande importância para uma participação das largas camadas da população dos Estados Unidos, e particularmente das populações negras, nos movimentos de massa anti-imperialistas.

O congresso apela para que se intensifiquem os esforços à escala internacional na luta contra:

1. as formas selvagens da opressão racial e do genocídio praticados contra a população negra, os porto-riquenhos, os indígenas americanos, os asiáticos e os americanos de origem mexicana, nos Estados Unidos;

2. o racismo na América Latina, que reveste diversas formas de discriminação, particularmente da população índia;

3. a discriminação racial face aos operários estrangeiros e aos imigrados, praticada na Europa Ocidental e no Canadá, nomeadamente por leis francamente discriminatórias promulgadas por vários governos britânicos e dirigidas contra a imigração das populações não europeias, com o objectivo de dividir a população trabalhadora;

4. a discriminação em Israel e nos territórios árabes ocupados contra as minorias nacional e, muito particularmente, contra os árabes;

5. a opressão nacional, enquanto forma de discriminação e ameaça potencial à paz.

É necessário que se celebre amplamente o dia 8 de Março de 1974 — Dia Internacional da Mulher — centrando-o na solidariedade às mulheres, vítimas da opressão dos regimes racistas.

O congresso apoia as forças progressistas da Grã-Bretanha, Israel, Portugal, Espanha e Estados Unidos e doutros países ocidentais, que condenam o imperialismo e a política expansionista dos seus governos e que se consideram como integrando as forças mundiais da paz.

Outras propostas

O congresso condena os países colonialistas que pilham as obras de arte e destroem a cultura dos países que ocupam ilegalmente.

O congresso condena as regiões brasileiras na América Latina, israelitas no Médio-Oriente e as sul-africana, rodesianas e portuguesas em África, agentes e polícias do imperialismo internacional. O congresso convida todos os povos do mundo a lutarem contra regimes que desenvolvem uma actividade subversiva e de agressão contra os povos de África, Ásia e América Latina.

A comissão chama também a atenção para todas as outras propostas discutidas durante as sessões e para a denúncia das manifestações de colonialismo e racismo nas inúmeras regiões em que a tensão existe. A comissão está certa, de que os participantes darão a máxima atenção a estas questões.

DESENVOLVIMENTO E INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

Relatório da Comissão VII

Durante as sessões da comissão, a opinião geral foi a de que no número de problemas de importância vital para a paz universal, figura o da liquidação do atraso económico de numerosos países e dos meios necessários para lhes assegurar um desenvolvimento acelerado. Apesar dos progressos económicos dos países em vias de desenvolvimento, o fosso que os separa muitas vezes de outras regiões mundiais, em vez de se estreitar, alarga-se. Simultaneamente, a segurança, a paz e o progresso, na plena acepção destas palavras, só serão possíveis num mundo em que cada país tiver a possibilidade de assegurar condições de vida dignas do homem do século XX.

Actualmente, e apesar de subsistirem certos focos perigosos, as modificações fundamentais da situação internacional permitem evitar o deflagrar de nova guerra mundial. Estas modificações melhoraram, também, as possibilidades de progresso económico e social dos países em vias de desenvolvimento, que têm o apoio das forças progressistas e pacíficas do todo o mundo.

Tal como o direito à instrução ou à liberdade de consciência, a garantia de condições de vida dignas do homem é, igualmente, um seu direito. A miséria, a fome e as más condições de habitação não são apenas um índice da falta de condições econó-

micas, são antes uma flagrante violação dos direitos do homem que denuncia a ausência de igualdade entre as nações.

A independência nacional e a independência económica

No mundo actual, tendo em conta o moderno desenvolvimento, as potencialidades dos povos, das sociedades e dos indivíduos, só podem desenvolver-se desde que o direito à completa independência nacional seja universalmente reconhecido. Assim, na fase actual da evolução da humanidade, este deve ser encarado como elemento essencial nos planos histórico e social, elemento de envergadura primordial na realização de objectivos necessários, supondo a própria concepção do desenvolvimento dos povos.

Nos últimos anos, os países em vias de desenvolvimento, juntamente com todas as forças progressistas, não só conquistaram a independência — política e jurídica — mas alcançaram também resultados efectivos no que respeita à liquidação das consequências económicas do colonialismo.

Nalguns destes países as forças progressistas opõem-se com êxito aos neocolonialistas e começam já a reorganizar a vida social, económica e cultural. Porém, a maior parte deles está ainda longe de uma verdadeira independência económica.

A manutenção do carácter mono-estrutural da economia destes países, orientado para satisfação das necessidades das antigas metrópoles, o «contrôle» do capital estrangeiro sobre importantes sectores económicos e a usurpação de enormes lucros, a acção conjunta das corporações multinacionais e as taxas limitadas do crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, impedem-nos de alcançar a independência económica, parte integrante da independência nacional e da soberania.

O melhoramento do clima internacional que se nota actualmente não impede que o reforço da solidariedade internacional e da influência das forças anti-imperialistas mantenha enorme

acuidade, tendo mesmo em conta que a luta entre as forças do progresso e as da reacção continua.

Num mundo onde existem diferentes sistemas sociais, a única maneira de resolver os problemas internacionais é praticar uma política de coexistência pacífica, isto é, cooperar no interesse da paz e renunciar à guerra fria.

A aceleração do desenvolvimento económico dos jovens Estados e o desaparecimento do fosso existente entre os países em vias de desenvolvimento e os países avançados, são, na hora actual, um dos maiores problemas da vida internacional e uma condição imperativa para o progresso de toda a Humanidade. O progresso económico e social de qualquer país em vias de desenvolvimento depende, antes de mais, dos seus esforços, da realização de transformações sócio-económicas progressistas e da unidade de todas as forças progressistas nacionais. Simultaneamente, a própria cooperação entre os países em vias de desenvolvimento, o fortalecimento dos laços com os países socialistas e as relações económicas, mutuamente vantajosas, com outros países, são um dos meios para o seu progresso económico e social. Tudo isto pode contribuir, para estimular os seus esforços, melhorar a sua situação económica mundial e resolver os grandes problemas nacionais da vida económica e social.

A criação de condições internacionais favoráveis ao desenvolvimento de relações económicas internacionais está intimamente ligada à organização de uma divisão internacional do trabalho em curto espaço de tempo, que garanta o respeito pelos direitos de todos os países, sem lesar, portanto, os interesses económicos dos países em vias de desenvolvimento.

Como eliminar as formas de dependência económica

Alguns países em vias de desenvolvimento estão submetidos à exploração numa das suas formas mais grosseiras: não podem —

ou podem-no mas de modo limitado — dispor por si próprios, dos recursos minerais existentes no seu território, possibilidade e direito este que lhes é usurpado pelos monopólios estrangeiros. Os homens progressistas, cada vez mais numerosos actualmente, afirmaram sempre o princípio de que todas as riquezas naturais situadas nos limites das fronteiras nacionais de um país, devem ser utilizadas no interesse desse país. É imperioso que se observe este princípio na prática. Os termos dos acordos concluídos com monopólios estrangeiros não podem ser considerados intangíveis, pois foram assinados pelos países em vias de desenvolvimento em condições de manifesta desigualdade e por não corresponderem aos seus verdadeiros interesses políticos e económicos. As forças da paz devem continuar a apoiar os países em vias de desenvolvimento, que lutam para que os seus recursos naturais beneficiem verdadeiramente o seu povo, e devem denunciar os acordos impostos por humilhantes e injustos.

Os países em vias de desenvolvimento lutam com sérias dificuldades face a uma estrutura económica, a maior parte das vezes baseada na monocultura, que faz com que a procura, os preços e as outras condições de venda dos produtos, sejam ditados pelos monopólios dos países capitalistas consumidores ou pelas suas uniões (como por exemplo, a C. E. E.).

Outra forma de exploração dos países em vias de desenvolvimento: a actividade dos monopólios e das companhias multinacionais, profundamente enraizados na sua economia e nas suas firmas, que estabelece uma política de produção que respeita o seu único interesse. O sistema monetário do capitalismo mundial lesa os direitos dos países em vias de desenvolvimento e obsta ao seu progresso.

A situação no domínio da alimentação dá, também, grandes vantagens políticas e económicas a alguns países exportadores de cereais, graças ao rápido crescimento demográfico e à taxa decrescente do desenvolvimento da produção agrícola, nos países

em vias de desenvolvimento. Estes esforçam-se por criar a estrutura pluri-sectorial que os seus recursos naturais lhe permitirem, mas rejeitam qualquer forma de autarquia. Reconhecem a interdependência das economias modernas de vários países e recusam apenas o modelo actual, que os coloca numa situação muito desvantajosa no comércio com os países capitalistas.

O sistema de ensino estabelecido, na maior parte dos casos, sob o regime colonial, não corresponde às exigências económicas e sociais dos países. Esta situação agrava-se ainda mais quando grande parte dos jovens especialistas e intelectuais dos países em vias de desenvolvimento, formados nas escolas dos países ocidentais, aí ficam, para ocupar os empregos deixados pelos intelectuais dos países capitalistas avançados, sendo isso em detrimento dos seus países de origem. Daqui resulta que os países em vias de desenvolvimento, já carecidos de mão-de-obra qualificada, se vêem privados de especialistas que poderiam servir a causa do progresso nacional e social no seu próprio país.

Os estados capitalistas mais poderosos e as suas organizações conduzem a uma política de pressão, que visa entravar a organização de um «contrôle» nacional e, nomeadamente, a nacionalização dos bens sobre as corporações multinacionais, cujos centros estão nos estados capitalistas ou a receber uma compensação extra, quando esta nacionalização, apesar de tudo, for feita. Travam verdadeira guerra económica aos países que querem dispor dos seus recursos no interesse nacional. É necessário que se faça tudo para eliminar a pressão política e económica estrangeira, em todas as suas formas, e para apoiar as legítimas acções de que os estados se socorrem para se defenderem.

Convém, contudo, sublinhar que o desenvolvimento económico interno e a liquidação do domínio neocolonialista não podem ser assegurados sem reformas sociais fundamentais. Tais são, por exemplo, as reformas agrárias, o reforço do papel do estado na definição de objectivos e meios a ser usados para o desenvolvi-

mento económico, a criação e extensão de um sector público na economia, a sujeição do capital, tanto estrangeiro como nacional, aos objectivos do desenvolvimento nacional, as modificações radicais na repartição dos rendimentos no interesse dos trabalhadores, a democratização e modernização do ensino e, finalmente, a criação de um sistema nacional de saúde pública.

Os debates na comissão demonstraram nitidamente que a imensa maioria dos delegados presentes, dos países em vias de desenvolvimento, repudiam totalmente, considerando funesta, a prática que consiste em seguir, nas condições actuais, um modelo capitalista de desenvolvimento social. Nos países em vias de desenvolvimento sente-se a necessidade de repartir justamente os recursos, rendimentos e encargos fiscais, de modo a assegurar privilégios especiais às camadas da população que mais sofreram outrora com a opressão. Estas reivindicações só poderão, porém, ser satisfeitas se se adoptar o modelo de uma sociedade que caminha para o socialismo.

As reformas sociais libertam a energia das massas que, conscientes do seu papel no desenvolvimento do estado, contribuem activamente para o progresso económico. O plano nacional de desenvolvimento económico deve ter um papel primordial na resolução dos diversos problemas económicos.

O papel da cooperação internacional na aceleração do desenvolvimento

Se bem que os países em desenvolvimento assumam a principal responsabilidade pelo seu crescimento, a cooperação internacional, principalmente a ajuda material, financeira e técnica em condições aceitáveis, pode contribuir sensivelmente para acelerar esse processo. O potencial científico destes países deve, além disso, ser utilizado da maneira mais racional.

É indispensável que se intensifique o nível geral de apoio e cooperação no interesse do desenvolvimento. Os países em vias de desenvolvimento têm o absoluto direito de obter uma compensação pelos prejuízos causados pelo colonialismo e conseqüente exploração, bem como pela crise monetária do capitalismo.

Igualmente importante é a melhoria qualitativa da ajuda dada aos estados em vias de desenvolvimento, de modo a corresponder às principais necessidades desses estados. Assim, é indispensável que se tomem as seguintes medidas:

1. intensificar o fornecimento de máquinas e de utensílios modernos, enviar licenças e documentação técnica, ajudar na formação profissional de quadros nacionais, outorgar uma assistência económica para a construção de objectivos industriais que têm grande importância para os países em vias de desenvolvimento e que lhes cabe, de direito;

2. concluir acordos comerciais a longo prazo, para a compra de produtos destas empresas;

3. garantir créditos aos países em desenvolvimento em condições vantajosas: reembolso destes créditos a longo prazo e a baixo juro, com pagamento em espécie a preços aceitáveis e outorga, pelos centros financeiros imperialistas de moratórias aos países que estejam em condições particularmente difíceis;

4. apoiar e organizar uma cooperação, sem qualquer discriminação derivada das diferenças de sistemas sociais e compreendendo medidas oponentes aos regimes fascistas e racistas, e que vise isolá-los;

5. adoptar medidas que permitam ultrapassar as conseqüências económicas do colonialismo e realizar os objectivos do Segundo Decénio do Desenvolvimento;

6. reforçar a actividade da ONU e das suas agências especializadas a fim de intensificar a cooperação económica e científico-técnica internacional, orientando esta actividade a favor dos

países em vias de desenvolvimento e a fim de apoiar os esforços destes países, favorecendo o seu progresso económico e social;

7. reduzir as despesas militares e utilizar uma parte dos meios assim libertados na ajuda aos países em desenvolvimento, tal como foi proposto pela União Soviética na XXVIII sessão da Assembleia Geral da ONU;

8. no actual contexto, os países em vias de desenvolvimento consideram indispensável uma ajuda que corresponda efectivamente às necessidades do seu desenvolvimento económico, mas não descurando algumas condições internas e externas. Trata-se, em primeiro lugar, do estrito «contrôle» governamental sobre a gestão da vida económica, o que limitará naturalmente o recurso a capitais estrangeiros e combaterá eficazmente a corrupção que o segue. A mais importante das condições externas é a de que o país que oferece a sua assistência tem de respeitar a soberania dos estados em vias de desenvolvimento e não pode (através de uma pressão económica) tirar vantagem unilateral. As organizações internacionais e a opinião pública mundial desempenham um papel decisivo na modificação destas condições externas.

A cooperação política e económica entre os países em vias de desenvolvimento é prometedora. A experiência dos últimos anos confirma que, neste sentido, existem ainda grandes reservas. Está assente que o estabelecimento de uma cooperação deste tipo leva à modificação da relação de forças em inúmeros domínios, em benefício dos países em desenvolvimento, assegurando-lhes, ao mesmo tempo, evidentes vantagens económicas.

O programa de acção

A comissão considera que a elaboração de um programa de acção para o desenvolvimento e independência económica tem, necessariamente, de considerar que estas questões têm idêntica importância tanto para os povos como para os governos e orga-

nizações internacionais. Como as questões do desenvolvimento interessam directamente a todos os povos estes têm, obrigatoriamente, de ser informados de todos os problemas essenciais. Porém, inúmeros desses problemas distinguem-se radicalmente uns dos outros e não podem ser resolvidos simultaneamente.

A comissão considera que o programa de acção deve constar de duas partes: uma terá de ser imediatamente posta em prática, enquanto que a outra o poderá ser a longo prazo. Quanto à primeira propomos ao congresso que encare a possibilidade de nela incluir as seguintes teses:

a) uma declaração geral sublinhando a ligação entre a luta pela paz e o problema do desenvolvimento;

b) uma declaração de apoio aos sindicatos em luta contra os «trusts» multinacionais e uma mensagem a todos os sindicatos de trabalhadores, fazendo um apelo à sua unidade, independentemente de diferenças ideológicas, na organização de acções comuns e conjuntas dos sindicatos dos países em vias de desenvolvimento e dos países evoluídos. A acção dos monopólios multinacionais torna possível o reforço da unidade dos trabalhadores de todo o mundo. O trabalho ou é livre em todo o lado, ou não o será em nenhum;

c) um apelo à ONU, bem como aos governos e povos, para que empreendam acções conjuntas contra a actividade dos «trusts» multinacionais, prejudicial aos povos. Durante o estudo, prosseguido actualmente por um grupo de eminentes personalidades das Nações Unidas, sobre a actividade dos «trusts» multinacionais, deverá dedicar-se uma sessão ao diálogo com as respectivas organizações não governamentais;

d) um apelo à ONU e a todos os governo para que iniciem uma estratégia de desenvolvimento rápido, e mobilizem a sua actividade para assegurar o sucesso do Segundo Decénio do Desenvolvimento;

e) um apelo aos participantes no congresso para que exerçam a sua influência — por intermédio das respectivas organizações,

incluindo as organizações não governamentais, junto dos governos dos seus países — a fim de iniciar as várias tarefas.

A comissão propõe que se crie uma comissão de representantes dos estados e das organizações e de peritos, para decidir sobre o que deve versar o programa de acção a longo prazo. Esta comissão terá, assim, de elaborar um programa de acção conjunta de todas as organizações das forças da paz, dos sindicatos e dos movimentos camponeses, que foque as medidas mais indicadas para ultrapassar o atraso económico, para criar uma economia nacional, independente, nos países em vias de desenvolvimento e para refrear e combater a actividade funesta das companhias multinacionais.

A concretização dos programas a curto e longo prazo exige a organização de uma ampla campanha social de mobilização das massas. Além da publicação de brochuras sobre isto, é necessário que se utilizem amplamente os meios de informação de massas. O Centro de Informação Económica e Social da ONU encarrega-se de dar a sua máxima contribuição nesse aspecto. Pensamos que o movimento das Forças da Paz não utiliza esses meios como deveria.

Compreendemos que a causa deriva dos próprios meios, que nos países capitalistas e nos países em vias de desenvolvimento estão nas mãos dos monopólios internacionais, e são controlados por eles. É, no entanto, imperioso que se rompa este círculo vicioso para chegar às massas e à opinião pública, sem as quais qualquer medida será ineficaz.

O progresso nos países em vias de desenvolvimento pode e deve ser acelerado, quaisquer que sejam as dificuldades. A realização deste nobre objectivo é possível em condições de desanuviamiento, que permitam aliviar os povos da carga dos armamentos, incluindo neles os povos dos países em desenvolvimento. Para

este progresso contribuirá também o aumento dos laços económicos entre os estados, considerando que a maioria dos países em vias de desenvolvimento dependem, em grande parte, do comércio externo.

Em muitos países o aumento da consciência nacional e as tomadas de posição das massas, pelo direito a terem um governo democrático e a participarem na solução dos problemas nacionais, tomaram uma amplitude enorme e conseguiram isolar as forças da reacção interna, que procura manter o «statu quo». O desenvolvimento da indústria origina o aparecimento de uma classe operária e permite ligar os seus interesses às grandes tarefas nacionais. A população rural começa a sair da passividade de outrora e reivindica, cada vez mais resolutamente, a outorga imediata dos seus legítimos direitos. O povo foi capaz de estudar profissões que lhe eram desconhecidas. A instrução e qualificação de quadros reforça-se. Porém, continua a haver muito que fazer neste domínio. Apesar de numerosos países em vias de desenvolvimento terem importantes recursos naturais, o seu potencial económico continua limitado devido ao insuficiente crescimento das forças produtivas. O potencial político é, no entanto, mais elevado, particularmente se esses países recebem ajuda do sistema socialista mundial e da opinião internacional progressista. Estas forças políticas são já, presentemente, um factor económico eficiente da economia internacional, desde que as suas acções tenham fundamento e sejam coordenadas.

Qualquer partidário da paz, deve dar um apoio, desinteressado e activo, à luta dos países em vias de desenvolvimento, pela independência económica e o progresso social, e ter a clara consciência de que as reformas realizadas nesses países, o seu progresso económico e luta pela independência económica, são partes integrantes e essenciais da luta global de todos os povos do mundo pela paz, por mais justiça e por um futuro melhor!

MEIO AMBIENTE

Relatório da Comissão IX

A comissão sobre a cooperação no que respeita ao meio ambiente, depois de ter discutido a fundo os actuais problemas para a protecção do ambiente, no contexto da actividade das Forças da Paz pela consolidação da segurança internacional, da independência nacional e pelo desenvolvimento da cooperação internacional, considera:

A interacção entre a sociedade e a natureza, a exploração dos recursos naturais e as nefastas consequências da actividade do homem, na atmosfera — particularmente a poluição — suscitam um interesse crescente e também a inquietação de vastos sectores da opinião mundial.

Inquietação face ao estado actual da atmosfera, vontade de pôr fim às atitudes irreflectidas, indiferentes ou erradas face à natureza, desejo de contribuir activamente para o aumento da produtividade, tudo isto une, actualmente, pessoas de nacionalidades, crenças e convicções políticas diferentes e é um novo e importante factor de aproximação entre povos de diversos países e continentes, e fortalece os sentimentos internacionalistas de solidariedade e comunidade humana.

Estes sentimentos reforçam-se com a crescente compreensão de que o problema da protecção e melhoramento atmosféricos ultrapassa agora as fronteiras nacionais e toma uma amplitude mundial. Resolver este problema é uma das tarefas sócio-económicas, científicas e técnicas das mais importantes na actual etapa de desenvolvimento da nossa civilização, solução que só é possível com uma paz duradoura e segurança internacional em todo o planeta, com uma cooperação alargada entre os governos, as organizações internacionais e as forças sociais.

A ameaça de um conflito nuclear mundial, as guerras «locais» agressivas, as indústrias de guerra e a corrida aos armamentos são um perigo real para o ambiente.

A exploração desenfreada dos recursos naturais, que causam graves prejuízos ao meio ambiente, na época colonial, é ainda perpetrada pelos monopólios, nacionais e internacionais, nos países libertados mas economicamente dependentes.

Existe no movimento ecológico contemporâneo uma tendência pessimista face ao futuro da humanidade.

Partindo da degradação, que se pretende ser inevitável, da atmosfera e do esgotamento rápido dos recursos naturais devido ao progresso técnico e ao alargamento da produção, reclama-se que se trave o desenvolvimento da sociedade humana: estabilizar a população e a produção; parar a industrialização, especialmente nos países em vias de desenvolvimento.

Estas concepções estão impregnadas de sentimentos fatalistas, e de cepticismo face ao progresso social e ao poder do espírito humano, e de dúvidas sobre a eficácia da luta dos homens por um futuro melhor da humanidade. Visam conservar a repartição injusta dos bens existentes no mundo.

Por seu lado, a comissão exprime a profunda convicção de que o progresso da humanidade é possível; no entanto, tem de se efectuar em bases novas, tendo em conta os princípios ecológicos e respeitando as leis da natureza. É necessário que nos unamos por uma vasta cooperação internacional nos domínios científico e técnico, pelo desenvolvimento e aplicação dos processos técnicos que correspondem às exigências da protecção atmosférica, pela procura de novas fontes de energia e aumento dos recursos naturais renováveis, pela utilização mais racional das riquezas da natureza e, particularmente, pelo destino a dar aos resíduos industriais e caseiros.

As condições mais importantes do sucesso das actividades nacionais, regionais e planetárias, para a preservação do ambiente natural do homem, são:

a) Estabelecimento de bases sólidas e seguras das relações internacionais em condições de paz e tomar medidas eficazes pelo desanuviamento internacional;

b) Suspensão da corrida aos armamentos e desarmamento contínuo. A cooperação internacional para preservar e melhorar o ambiente é, simultaneamente, um dos factores que contribui para a normalização do clima político internacional.

Dada a unidade e indivisibilidade objectivamente existentes na biosfera, algumas actividades práticas empreendidas a grande escala num ou noutro país, e que afectam a atmosfera, podem, em certas condições, tomar dimensões internacionais. É um fenómeno novo nas relações internacionais que apresenta exigências específicas quanto às normas de actividade dos estados.

Porém, nenhum estado deveria pretextar a protecção e melhoramento do meio ambiente, para violar a independência nacional, a soberania e os interesses vitais da população doutros estados — particularmente o direito de cada estado dispor com toda a independência dos seus recursos naturais — para se ingerir nos negócios internos doutros países ou para usar a força ou a ameaça de recurso à força contra outro estado.

A preocupação de proteger a atmosfera, o desejo de harmonizar as relações entre o homem e a natureza são, assim, um estímulo suplementar dos esforços da sociedade para reforçar os princípios da coexistência pacífica e criar condições que excluam a guerra da vida da humanidade.

Entre os inúmeros problemas que isto suscita, os que se seguem, são particularmente agudos e urgentes.

I — Utilização racional e reprodução dos recursos naturais

A ideia errada e ingénua de que os recursos naturais seriam praticamente inesgotáveis, já pertence ao passado.

O esgotamento das reservas minerais e doutros recursos naturais suscitam inquietações que se exprimem cada vez mais frequentemente. É preciso dizer, também, que apesar do carácter limitado dos recursos naturais, as numerosas previsões sobre o ritmo de esgotamento de algumas reservas minerais provaram ser erradas. Em traços gerais, num plano global, as reservas minerais, actualmente, são mais rapidamente descobertas do que consumidas, apesar do rápido aumento do consumo. Porém, a repartição geográfica das reservas conhecidas muda constantemente e causa dificuldades nalguns países. É no desenvolvimento da cooperação e do comércio internacionais e, ainda, na aceleração do progresso dos países do Terceiro Mundo que se torna necessário procurar a solução destas dificuldades.

Além do já mencionado desperdício evidente de recursos naturais, com a corrida aos armamentos, etc., é necessário ter em conta que o considerável desenvolvimento que a produção da indústria de transformação, conheceu nos últimos decénios, não foi acompanhada dum correspondente progresso na utilização óptima das matérias-primas naturais. Daqui resulta o aumento de desperdício destas matérias-primas o que leva, por sua vez, à poluição do meio ambiente. Esta situação é insustentável e exige profundas modificações do equipamento técnico da indústria.

Hoje em dia, a Humanidade consome uma parte notável e, mesmo nalguns casos, importante de todas as categorias fundamentais dos recursos renováveis: cerca de 70 por cento para os recursos do solo, 80 por cento dos peixes do mar, 10 por cento dos de água doce e cerca de 150 por cento de florestas.

Nos decénios futuros o consumo destes recursos poderá atingir a totalidade do seu crescimento natural, o que não significa,

necessariamente, que o limite das possibilidades de exploração tenha sido atingido. A exploração dos recursos naturais renováveis e o aumento da produtividade da natureza, em todo o planeta, encobre grandes reservas. Paralelamente ao aumento de rendimento dos campos e das plantações, da produtividade do gado, o actual nível da ciência e da técnica permite explorar quaisquer recursos naturais à escala regional e mesmo mundial: por exemplo, criação artificial dos peixes dos oceanos, modificação no equilíbrio das águas, etc. Estas actividades não são, evidentemente, realizáveis, a não ser em condições de paz duradoura e de estreita cooperação entre numerosos, ou mesmo todos, os países.

II — Crescimento demográfico

Ao avaliar-se as perspectivas de satisfação das necessidades em recursos naturais, põe-se, quase sempre, o problema da população. Numerosos investigadores sublinham, com insistência, a necessidade de tomar medidas especiais para limitar o crescimento da população à escala mundial.

É sabido que o crescimento demográfico está intimamente ligado a factores económicos e sociais. No curso da História, a população, à escala mundial, passou de um estágio de renascimento caracterizado por taxas de natalidade e de mortalidade elevadas, a um estágio de renovamento caracterizado por fracas taxas de natalidade e de mortalidade, verificando-se este último estágio nas sociedades de economia altamente desenvolvida.

O crescimento demográfico acelerado corresponde a um estágio intermédio e temporário desta transição (taxa de natalidade elevada e fraca taxa de mortalidade), que se verifica, hoje, nos países em vias de desenvolvimento.

A gravidade da situação demográfica não corresponde à existência de uma «explosão demográfica» em inúmeros países da América Latina e de África, onde a densidade da população é

ainda muito inferior ao nível considerado óptimo, para as necessidades do desenvolvimento industrial moderno, mas sim ao facto de se produzir nos países economicamente fracos. A causa do atraso económico e da pobreza não é pois o excesso de população — apesar desta criar também, em certas condições, dificuldades sócio-económicas suplementares — mas sim o fraco nível do desenvolvimento das forças produtivas e do rendimento do trabalho, e os erros das estruturas e das instituições económicas e sociais, heranças do longo período de opressão colonial, durante o qual os recursos minerais e a mão-de-obra, foram explorados para enriquecer as metrópoles.

Apesar de alguns países em vias de desenvolvimento terem recorrido, não sem razão, a uma política de «planeamento familiar» como medida de urgência, o meio essencial de resolver os complexos problemas demográficos e alimentares dos países do Terceiro Mundo, não é apenas o «contrôle» e a limitação da taxa de natalidade, mas também a liquidação das sequelas do colonialismo, a aceleração do desenvolvimento industrial, a consolidação dos fundamentos de uma planificação centralizada da produção e do consumo, o progresso social e o alargamento de formas sociais equitativas de repartição dos frutos do trabalho e, finalmente, o aumento do papel da ciência, da cultura e da educação na vida social.

III — A influência do homem na natureza. A poluição do meio ambiente

O homem exerce inevitavelmente, pela sua actividade, uma influência no meio ambiente. Interessa no entanto excluir os efeitos prejudiciais que conduzem a consequências nocivas para o homem, tomando medidas que tenham em conta as variadas formas das suas consequências imediatas e a longo prazo.

Actualmente, a poluição é um dos aspectos mais perigosos da acção do homem, no meio ambiente. A comissão afirma peremptoriamente, e contrariamente às afirmações de alguns sábios, que a poluição não é uma consequência inelutável do progresso técnico, do alargamento e do desenvolvimento da produção.

A principal causa do aumento da poluição atmosférica nos países industrializados é o aumento de volume da produção material assente numa tecnologia que não tem em conta as consequências nocivas e irreversíveis desta poluição. Podemos e devemos modificar esta situação, adoptando processos técnicos compatíveis com as exigências da ecologia.

Os produtos poluidores franqueiam facilmente as fronteiras dos estados e a luta contra a poluição implica uma vasta cooperação internacional, particularmente quanto à aplicação das normas internacionais sobre as concentrações admissíveis de poluidores, à edificação de instalações de depuração, bem como à aplicação de tecnologias não desacreditadas. A passagem a estas tecnologias é possível, mas exige despesas consideráveis.

Dever-se-á destinar a estes fins uma parte dos recursos financeiros libertados pelo desarmamento e pela redução dos orçamentos de guerra e dos programas de produção de fins militares. Deverá também tentar-se que sejam os poluidores a assegurarem as despesas da prevenção da degradação da natureza e da sua recuperação.

IV — Urbanização e meio ambiente

A complexa planificação a longo prazo de aglomerações, a prevenção de um crescimento espontâneo e não controlado das cidades e da deterioração do meio urbano e da própria vida são outras das tarefas capitais para a melhor acção recíproca do homem e da natureza.

Todas as zonas de habitação devem ter um plano geral de desenvolvimento que corresponda às exigências do progresso social, económico e técnico e que crie um padrão de vida elevado para o homem.

As cidades de amanhã são feitas hoje. É por isso que importa estudá-las à luz das ideias mais avançadas, evitando a monotonia e os «clichés». Este objectivo pode ser atingido se houver uma vasta cooperação internacional entre urbanistas, arquitectos e presidentes das câmaras, e uma troca de informações e de experiências de vanguarda, à escala mundial.

Tais são os principais problemas da interacção do homem e da nobreza. Todos eles foram objecto de uma extensa e animada discussão. Há já alguns anos que o conjunto dos problemas sobre o meio ambiente chama a atenção dos organismos de estado, das instituições científicas, de organizações internacionais, governamentais e científicas.

Este problema deve também ser uma das actividades das organizações sociais, pois afecta directamente os interesses vitais de vastos sectores da população em todos os países e está intimamente ligado a problemas contemporâneos tão importantes como a prevenção da guerra, a garantia de uma paz duradoura, da liberdade, segurança e independência duma estreita cooperação internacional.

A comissão de cooperação para a protecção do meio ambiente, propõe o seguinte programa de medidas a adoptar após o encerramento do congresso:

1. A opinião pública deve fazer compreender às largas massas da população, que as medidas indispensáveis para assegurar uma interacção óptima, homem-nobreza, só podem ser tomadas quando a ameaça da guerra for afastada e a corrida aos armamentos for travada, e quando houver um desarmamento geral e completo, uma paz sólida e duradoira, uma cooperação entre todos os povos e estados.

2. As forças da paz, através da opinião pública, devem apoiar as medidas nacionais de protecção à natureza, cuja aplicação é entravada pelos monopólios e padrões que não têm em conta as consequências sociais da degradação do meio ambiente.

3. As forças da paz devem apoiar as medidas internacionais que visam a preservar da poluição os oceanos, os mares, rios, etc., à escala mundial, contribuir para o estabelecimento de novas normas e critérios — nacionais, regionais e internacionais —, eficazes de poluição limite do meio ambiente e lutar pela aplicação de técnicas e tecnologias compatíveis com as exigências da ecologia, sobretudo nos países industrialmente evoluídos.

4. As forças da paz devem pôr fim às tentativas das forças reaccionárias, de utilizar alguns aspectos do problema atmosférico para justificar os seus esforços de obstar à industrialização e ao desenvolvimento económico, independente dos países do Terceiro Mundo, e de diminuir o apoio económico, científico e tecnológico a estes países.

5. A escola deve cultivar, desde a infância, a consciência económica, o respeito pela nobreza e pelo homem, e ensinar qual o comportamento correcto face ao meio ambiente e a aptidão para resolver globalmente os problemas da ecologia; deve desenvolver a ideia de ética social, contribuindo, assim, para a mútua compreensão dos homens.

6. O movimento das forças da paz considera que uma das suas tarefas principais é a de criar nos jovens o respeito pela nobreza, e fazer-lhes compreender que a luta pela paz, pela segurança internacional, pela fraternidade entre os povos e pela protecção do meio ambiente é una e indivisível.

7. As organizações internacionais e, particularmente, as Nações Unidas devem estabelecer as normas e regras dum comportamento ecológico dos estados para determinar a sua responsabilidade no equilíbrio da biosfera da Terra.

8. Os ensaios de armas nucleares, principalmente os que são feitos no ar, na superfície da Terra e no espaço, são uma forma perniciosa de agressão ao quadro natural da vida do homem. É absolutamente necessário que sejam proibidos em qualquer lado e por toda a gente, tal como os ensaios, fabrico e armamento de quaisquer variedades destas armas.

9. Um dano enorme e irreparável é causado ao ambiente e, através deste, à saúde das gerações actuais e futuras, pelo uso, no decorrer de operações militares, de produtos químicos e biológicos, nomeadamente o uso de herbicidas para fins militares. Estes instrumentos de ecocídio devem ser proclamados ilegais, tal como os outros meios de exterminação massiva dos homens.

10. É urgente e indispensável que os governos de todos os países reduzam os seus orçamentos militares e afectem parte dos recursos assim economizados à protecção e melhoramento do meio ambiente.

11. O colonialismo e o não-colonialismo, nomeadamente a exploração rapace das riquezas naturais dos países do Terceiro Mundo, pelos monopólios internacionais estrangeiros, bem como o uso nestes países de tecnologias prejudiciais, representam um perigo para o meio ambiente e obstam ao exercício, pelos povos, do direito à autodeterminação e à independência. Com base nisto, a nacionalização dos recursos naturais, enquanto forma essencial de luta pela independência, deve ser considerada, como um dos meios eficazes de protecção à natureza. A protecção do meio ambiente será assegurada, havendo respeito pela soberania nacional, corroborada pela nacionalização dos recursos naturais e pela luta pela libertação nacional.

12. Põem-se, aos países em vias de desenvolvimento, uma quantidade de problemas atmosféricos, específicos, ligados à sobrevivências do colonialismo, da pobreza, nas condições particulares dos ecossistemas. A política destes países, quanto ao meio ambiente, não pode levar a um abrandamento do ritmo do desen-

volvimento industrial. Esta política deve basear-se numa eficaz cooperação internacional a diversos níveis, nomeadamente o das Nações Unidas.

13. Os centros de produção são uma parte integrante, muito importante, do meio ambiente. A tarefa dos sindicatos deverá ser a de lutar ao lado de outras forças sociais progressistas, pelo melhoramento destes centros e pela conservação da atmosfera.

14. Considerando os progressos da energia atómica como um dos meios importantes de enriquecimento das fontes de energia à disposição da humanidade, a comissão considera indispensável que se elaborem, utilizando o mecanismo da cooperação internacional, novas medidas para assegurar a utilização pacífica da energia nuclear, sem prejuízo para o meio ambiente, especialmente para resolver o problema dos resíduos radioactivos e que se apliquem estas medidas a todos os países que produzam esta energia.

15. A comissão considera importante conservar o oceano no seu estado actual e estabelece, para exploração dos recursos minerais e biológicos, condições internacionais que correspondam aos interesses de todos os países e tenham um carácter universal.

16. Considerando o movimento ecológico como aliado e activo participante na luta levada a cabo pelas forças progressistas por um futuro melhor da humanidade, as forças pacíficas pensam que é necessário estabelecer com este movimento laços estreitos, à escala nacional, regional e internacional. Para isso, a comissão propõe que se constitua uma comissão permanente de ligação, para encorajar e coordenar os esforços feitos nesse sentido, pelas forças da paz.

COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Relatório da Comissão X

Todos os que assumem responsabilidades nas tarefas culturais estão, geralmente, do lado do progresso. Nas épocas decisivas da evolução histórica, os animadores da cultura e da educação reuniam-se para trocar os seus pontos de vista e elaborar em comum um programa de acção.

Estamos num período em que os sucessos da política de coexistência pacífica abrem possibilidades para a extensão e reforço duma cooperação entre os povos no domínio da cultura e da educação, no interesse da paz universal e pela defesa da justa causa da liberdade e da independência nacional dos povos.

Chegou, pois, a altura de envidar todos os esforços para o diálogo construtivo entre representantes de diversos domínios da cultura e da educação, procurando eliminar a incompreensão mútua, as sequelas e os reflexos da guerra fria, que entravam a cooperação e as trocas recíprocas e normais de culturas.

As tradições do movimento dos povos para a paz têm origem já em congressos precedentes. Os animadores da cultura estão, hoje, mais conscientes do dever moral e da responsabilidade que lhes cabe, na salvaguarda e consolidação da paz. Em nome da paz pronunciam-se pelo aumento de contactos a nível colectivo ou individual, e de trocas internacionais de informações, de ideias e de pessoas, com respeito pela soberania, pelas leis, costumes e tradições de todas as nações.

Uma aproximação real da cooperação no domínio cultural, acarreta que se proceda a uma verdadeira discussão e que se ponha cobro às tentativas de confrontação premeditada, reforçando permanentemente os laços culturais, que não podem ser utilizados para atear uma guerra psicológica. Existem actualmente no mundo

sistemas sociais diferentes. O realismo obriga-nos a ter isso em conta, sem no entanto considerar essas diferenças como barreiras fatalmente intransponíveis a uma cooperação cultural.

Grande parte do mundo está ainda sob a influência do neo-colonialismo. Porém, os governos de todos os países, a exemplo daqueles que já o fazem, devem dar, aos promotores da cultura e, sobretudo, aos jovens especialistas, a possibilidade de servirem os reais interesses do seu povo e de participarem activamente na renovação da cultura.

Nestas condições, convém dar particular importância à concretização do seguinte:

— novos tipos ou formas de contactos culturais internacionais, alargamento da troca dos valores culturais de todos os povos, das informações respeitantes à cultura e particularmente à educação, visando contribuir para o enriquecimento espiritual recíproco, o aumento da confiança e da mútua compreensão num espírito de tolerância e de respeito pelos princípios da coexistência pacífica;

— medidas eficazes: para dar apoio multilateral aos povos que lutam pela independência nacional e pela cultura contra o neo-colonialismo e o racismo, para proteger a cultura nacional, para melhorar a educação e instrução, bases do progresso cultural;

— esforços conjugados a aplicar: no domínio do ensino e dos meios de informação para reforçar o papel que têm na instrução das massas populares, na propagação das grandes tradições da cultura, da literatura e da arte mundiais; na luta contra os abusos dos meios de informação que, estando nas mãos dos monopólios, são intencionalmente utilizados, para destruir um clima de confiança e compreensão entre os povos, para semear a desconfiança ou propagar ideias de crueldade, de violência e de agressão e cultivar os frutos abjectos do fascismo que existe ainda em vários países do mundo onde os intelectuais são perseguidos;

— a difusão das mais notáveis criações da arte popular para o enriquecimento espiritual de todas as nações; a suspensão do processo de destruição das tradições humanistas de várias culturas nacionais, evitando a degradação dos valores morais e estéticos;

— a protecção de igual direito das mulheres em trabalhar no domínio da cultura e da educação;

— medidas a tomar para o estudo aprofundado, a conservação e a popularidade da herança cultural dos países que estiveram, ou estão, ainda sob o jugo do colonialismo e doutras formas de opressão;

— recomendações que respeitam ao aprofundamento e alargamento dos acordos para regular a cooperação cultural e o seu desenvolvimento posterior.

1. Os promotores da cultura e da educação, no decorrer de franca discussão, pronunciaram-se pela organização de um ano de cooperação cultural consagrado à luta pela paz universal e à educação das massas com a participação da UNESCO e doutras organizações internacionais.

Neste ano, paralelamente à celebração das datas comemorativas, será conveniente que se realizem:

— simpósiums de representantes, sobre a cultura, a literatura e a arte mundiais;

— exposições, facilmente acessíveis às massas, de arte moderna, sob o lema: «Pela paz e compreensão entre os povos»;

— um festival mundial de música moderna, nomeadamente de jovens autores, onde participem conjuntos e intérpretes, cuja arte favoreça o enriquecimento espiritual da humanidade;

— um encontro de cineastas e de promotores da Televisão, consagrado à procura de meios eficazes para melhorar a difusão das ideias de coexistência pacífica e da compreensão entre os povos, pelos meios de informação;

— um festival mundial de teatro com a participação dos melhores intérpretes e grupos de arte teatral, bem como festivais de poesia;

— deverá estudar-se a possibilidade de criar prémios a dar às melhores obras no domínio da literatura, do cinema e da televisão, da música, da arquitectura e das invenções científicas que propaguem as ideias de paz e de amizade entre os povos.

Dever-se-á desenvolver também um turismo internacional, acessível a vasta camada da população para um melhor conhecimento das culturas, uma melhor compreensão e para a paz; encorajar os desportos e os contactos desportivos internacionais.

2. Actualmente os meios de informação desempenham um papel cada vez maior na vida dos povos. É, pois, necessário que se utilizem activamente os meios de informação no interesse da mais vasta troca de valores culturais e para favorecer a paz e a amizade entre os povos; conseguir que se façam acordos, convenções e tratados específicos, tanto bilaterais como multilaterais, no domínio da imprensa, do cinema, da rádio e da televisão, utilizando estes meios de comunicação para obstar, desde a infância, ao cultivo do medo e do ódio e para difundir as ideias de paz e amizade entre os povos, de segurança, saúde moral e dignidade dos povos; fazer um apelo à opinião pública mundial para que se condene a actividade subversiva dos centros de emissão que semeiam o ódio e a desconfiança entre os povos, e exigir que os governos dos estados, cujo território é utilizado para o funcionamento de tais centros, os suprimam.

Terão de se convidar todos os governos, organizações, partidos e personalidades isoladas, para que apoiem a decisão da vigésima quarta sessão da assembleia geral da ONU, que recomenda a elaboração das regras internacionais de utilização dos satélites de ligação para as emissões de televisão, excluindo o emprego das técnicas cósmicas, na propagação das ideias de guerra e de ódio, do racismo e do colonialismo.

Dever-se-á procurar, através da UNESCO e doutras organizações da ONU, os meios de encorajar, no plano nacional, os jornalistas que trabalham nos jornais, na rádio e na televisão, recompensando a sua importante contribuição na causa da paz. Pelo contrário, é necessário prever, no plano internacional, os meios de condenar os proprietários e empregados dos meios de informação que os utilizam para atear a hostilidade entre países e povos, realizando assim, de facto, uma preparação moral da guerra.

3. É preciso que se favoreça a cooperação na edição de melhores obras de literatura geral e infantil, de divulgação científica acessíveis pelo preço diminuto e as trocas de livros e de traduções.

Exigir-se-á também às organizações internacionais não-governamentais com o estatuto da UNESCO que sugeriram ao Departamento Cultural desta organização, a intensificação da edição, nas línguas oficiais da UNESCO, de obras de escritores dos países em vias de desenvolvimento.

4. Esforçando-se por fazer da instrução um meio importante e permanente na educação da juventude no interesse da paz e do respeito mútuo dos povos, elaborar-se-á, com a participação de representantes das organizações da juventude, projectos para preservar a juventude e as crianças da propaganda desumana do racismo e do militarismo. Na mesma perspectiva, convém multiplicar e alargar as trocas de professores e estudantes, de experiências e programas no domínio da educação permanente e ainda contactos entre universidades, exigir insistentemente a eliminação nos programas escolares, nos manuais e, especialmente, nos métodos de ensino, de quaisquer ideias anti-humanitárias do racismo, do revanchismo, do chauvinismo, do militarismo e do neocolonialismo, bem como a má informação deliberada a respeito da vida social e cultural de vários países, apelar às organizações profissionais e sindicais e às associações de estudantes, nacionais e internacionais, para que tomem parte activa na luta contra o analfabetismo; lançar-se na realização de um programa a longo prazo,

compreendendo encontros regionais de professores e promotores da educação, que contribua para o fim do analfabetismo, para a liquidação da desculturização, discutindo todos esses problemas.

Os participantes no debate pronunciaram-se resolutamente pela democratização do ensino e pela eliminação de qualquer discriminação, neste domínio, por motivos raciais, religiosos, sociais e políticos. O reconhecimento de uma igualdade de acesso para todos à instrução, favorecerá a realização destes objectivos.

5. A aplicação destas diversas recomendações será facilitada pela união dos promotores da cultura, da educação e dos meios de informação na luta pela expansão das tradições humanistas da cultura universal e pela colaboração crescente entre as culturas nacionais ao serviço da paz, da segurança e da cooperação entre os povos.

Os participantes na discussão pensam ser oportuno organizar consultas com os promotores da cultura dos vários países, para preparar um encontro mundial consagrado a uma melhor utilização das possibilidades de cooperação cultural, especialmente numa altura em que o desanuiamento foi estimulado.

Para isso será conveniente que se crie um organismo permanente com o que cooperem os promotores da cultura.

COOPERAÇÃO ECONÓMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA

Relatório da Comissão XI

1. Existe uma estreita correlação entre o desanuiamento político e a colaboração económica, científica e técnica. A coexistência pacífica contribui para o aumento da cooperação. Por sua vez, uma vasta cooperação baseada na igualdade e na mútua vantagem consolida as forças da paz e o sistema da segurança internacional. Tal cooperação contribui para assegurar aos homens o

trabalho, a alimentação, o vestuário e a habitação, para satisfazer as suas necessidades culturais e sociais e para reforçar os princípios da justiça social e eliminar o colonialismo e o neocolonialismo sob qualquer forma.

2. A causa da paz e da cooperação internacional é lesada pelas manifestações de guerra fria, pela agressão económica, pelos abusos do poder económico da parte dos monopólios internacionais e das sociedades multinacionais. Daqui resulta que após um longo período, os povos não podem beneficiar inteiramente das vantagens da divisão internacional do trabalho e da revolução científica e técnica.

3. Nos últimos anos, principalmente devido à acção das forças da paz e do progresso, acentua-se, nas relações internacionais, a tendência para o aparecimento e alargamento de múltiplas formas de cooperação económica, científica e técnica de todos os povos do mundo.

4. Esta tendência é o resultado da interacção dum conjunto de factores, sendo os mais importantes os seguintes:

4.1. Aparecimento de preocupação e problemas que, para serem resolvidos, exigem a unidade de esforços de toda a humanidade, tais como: alargamento dos resultados da revolução científica e técnica a todos os países e regiões do mundo, eliminação do crescente afastamento entre os níveis de desenvolvimento económico de países diferentes, satisfação das necessidades de todos os países, em matérias-primas, combustíveis, víveres, protecção atmosférica, exploração dos recursos dos oceanos, eliminação de fenómenos, tais como a fome de massas e as doenças perigosas.

4.2. Política de paz dos países da comunidade socialista, que se pronunciam constantemente pelo desenvolvimento da cooperação económica internacional na base de uma total igualdade e na vantagem mútua.

4.3. Consolidação da independência política dos estados em desenvolvimento, lutando pela eliminação da sua situação de desigualdade, no sistema da divisão internacional do trabalho.

4.4. Crescente compreensão por vários governos, parlamentos, partidos políticos, sindicatos, centros de negócios, sociedades, cooperativas, organismos científicos e técnicos e movimentos para reformas sociais, no mundo ocidental, da necessidade em rever a sua atitude face ao desenvolvimento dos laços de cooperação com os países da comunidade socialista e com os países em vias de desenvolvimento.

5. Os progressos da cooperação económica internacional serão consideravelmente facilitados, com uma sensível redução do sector militar das economias nacionais, um desarmamento eficaz, uma diminuição dos orçamentos militares, a redução ao mínimo dos créditos afectados, as investigações de carácter militar e às forças armadas, e a liquidação do complexo militar ou industrial. Isto possibilitará a conversão da produção de guerra em produção de paz, mantendo o nível de emprego. Em lugar de servir contra a humanidade, os recursos assim libertados poderiam ser consagrados ao bem-estar dos homens e, particularmente, à assistência aos países em vias de desenvolvimento e à luta contra a fome, a miséria e as doenças.

6. Esta comissão do Congresso Mundial das Forças da Paz, cooperação económica, científica e técnica — e, tomando em consideração, os diferentes pontos de vista e sugestões, emitidos no decorrer dos debates —, recomenda ao congresso que faça um apelo à opinião pública, aos meios políticos, científicos e económicos, para que orientem os seus esforços no sentido de assegurar:

6.1. a luta contra os adversários do desanuviamento internacional e do aumento da cooperação económica, científica e técnica;

6.2. o apoio ao processo de normalização, alargamento e aprofundamento dos laços de cooperação multiformes entre os países, independentemente dos seus regimes sócio-políticos;

6.3. eliminação dos obstáculos artificiais que se põem ao desenvolvimento da cooperação económica, científica e técnica multiforme, na base da igualdade e da mútua vantagem;

6.4. concretização dos laços económicos, sem impor condições políticas, sem ingerências nos negócios internos e larga aplicação, na medida do possível, do princípio da nação mais favorecida.

6.5. a não admissão de apoiar economicamente os regimes fascistas e racistas, condenados pela ONU;

6.6. desenvolvimento dos processos de integração, numa base regional, sub-regional e inter-regional, sem discriminar terceiros países, sem conferir a estes processos nem carácter fechado e sem os transformar em instrumento da guerra fria; a comissão encara, também, favoravelmente, os contactos entre organismos económicos intergovernamentais, que se estabelecem na base de processos de integração;

6.7. concurso para a realização de projectos económicos em grande escala, com os esforços comuns dos países interessados numa base de igualdade e de mútua vantagem;

6.8. contribuição para a solução, em condições de cooperação internacional, dos problemas da protecção do meio ambiente, da utilização racional dos recursos terrestres, incluindo os recursos marinhos e dos oceanos, do urbanismo, do ordenamento dos territórios, da construção de habitações, não esquecendo os aspectos sociais e técnicos que lhe estão ligados, da prevenção das catástrofes naturais e do combate às suas consequências e da prevenção de doenças;

6.9. criação de centros internacionais científicos e técnicos, sócio-políticos e culturais, facilitando o acesso às modernas realizações da ciência e da técnica;

6.10. desenvolvimento, sob diversas formas, da especialização e da cooperação internacionais da produção, com a participação de sectores diferentes da economia nacional, inclusive entre os

países de sistemas sócio-económicos diferentes e de diferentes níveis de desenvolvimento económico;

6.11. toda a possível contribuição, na base duma divisão internacional do trabalho, eficaz e justa, à consolidação da independência económica e ao melhoramento do bem-estar dos povos, à exploração dos recursos naturais na economia mundial de forma a consolidar a economia nacional e a independência;

6.12. combate aos aspectos da actividade dos monopólios e sociedades multinacionais que exercem uma influência negativa nas relações económicas internacionais, que conduzem à derrogação aos princípios democráticos da cooperação internacional, à ingerência nos negócios internos dos estados e dos povos, impondo-lhes condições de desigualdade no comércio, à não obediência ao «contrôle» do estado e dos sindicatos;

6.13. realização numa base colectiva e com a participação de todos os países interessados, das medidas necessárias para ultrapassar a crise monetária e as incidências negativas, que tem nas relações económicas internacionais e, sobretudo, nos países em vias de desenvolvimento;

6.14. reforço do papel dos organismos internacionais, principalmente dos que estão sob a égide da ONU, no aumento da cooperação baseada na igualdade e na vantagem mútua, não admissão na sua actividade, de qualquer acção que pudesse apoiar, directa ou indirectamente, o colonialismo e os regimes fascistas e racistas;

6.15. toda a contribuição possível na troca de informações económicas, científicas e técnicas numa base bilateral e multilateral e em condições aceitáveis;

6.16. realização das condições internacionais favoráveis ao desenvolvimento da cooperação económica, científica e técnica, melhoramento do nível de vida, nos países menos evoluídos, concretização de medidas que garantam preços justos e estáveis para as mercadorias que exportam, aumento da assistência técnica e

financeira a esses países e da ajuda à formação de quadros científicos e técnicos;

6.17. garantia dos direitos soberanos dos países a explorar e utilizar os seus recursos naturais.

7. A comissão insistiu na necessidade de alargar a cooperação internacional, quanto às investigações científicas no domínio técnico e social, particularmente por:

7.1. estudo conjunto dos problemas da paz, da segurança, da cooperação e do progresso social, bem como o aumento, neste domínio da actividade dos centros de investigação internacionais e nacionais e das associações públicas;

7.2. estudo conjunto dos problemas da energia nuclear, do espaço cósmico, da mecanização e automatização dos processos de produção, do moderno sistema de comunicações, da ecologia, da oceanografia, etc.;

7.3. estudo conjunto das incidências sociais da automatização da produção, da integração económica internacional, da actividade dos monopólios internacionais, das condições de trabalho, etc., estudo dos problemas dos movimentos operários, de mulheres, da juventude e para reformas sociais, bem como dos problemas relativos à aceleração da difusão da experiência científica e tecnológica moderna, nos países em vias de desenvolvimento.

8. Os participantes na comissão estão certos de que as forças da paz do planeta, podem conseguir o alargamento e aprofundamento da cooperação económica, científica e técnica na base da mútua vantagem entre todos os países do mundo, conferindo-lhe um carácter irreversível. Consideram esta uma base material da paz, um poderoso motor do progresso económico e social da humanidade.

PROBLEMAS SOCIAIS E DIREITOS DO HOMEM

Relatório da Comissão XII

Cerca de 700 delegados tomaram parte nas sessões da comissão e cerca de 150 intervieram, ou apresentaram opiniões por escrito, sobre os problemas do progresso social e dos direitos do homem.

Como se celebra, em 1973, o 25.º aniversário dos direitos do homem, esta reunião foi extremamente oportuna...

Somos unânimes em considerar que, em condições de coexistência pacífica e de cooperação fraterna dos povos, existe um terreno favorável ao desenvolvimento social e democrático interno e internacional, que a paz e o desanuviamento internacionais possibilitam o aparecimento de importantes condições para o respeito rigoroso de inúmeras cartas e acordos internacionais, que visam promover os direitos sociais e democráticos do homem.

Neste últimos decénios a humanidade alcançou, neste domínio, vitórias consideráveis. No entanto, não podemos negar que muitos dos maiores problemas sociais ainda não estão, actualmente, resolvidos e que os direitos do homem são brutalmente violados e lesados. É vergonhoso constatar que, enquanto a nossa civilização passa a um nível superior, 50 por cento dos habitantes da terra sofrem ainda de subalimentação e de fome, mais de 100 milhões de homens não têm trabalho, e em muitos países 50 por cento de crianças de sete anos morrem. Os analfabetos contam-se às centenas de milhões.

Em muitos países, os trabalhadores não têm direitos cívicos, políticos, sociais e económicos. Os direitos dos sindicatos são violados. Assiste-se a uma inflação galopante, ao aumento dos impostos e das rendas, à insuficiente assistência de saúde pública e à ausência de protecção ao trabalho. Além disto, em muitos países a desigualdade do homem e da mulher é um facto. Estamos em presença de uma flagrante discriminação da mulher, no que res-

peita aos direitos do homem. Particular importância reveste a ausência de igualdade quanto ao engajamento e aos salários. A honra e a dignidade da mulher são espezinhados. Em inúmeras partes do mundo reina a discriminação racial, étnica, linguística e religiosa.

Consideramos que o domínio racista, colonial e neocolonial, que prossegue para numerosos povos no mundo moderno, entrava o progresso social, a aplicação dos direitos do homem em benefício das massas populares e impede a instauração dum regime social equitativo e o desenvolvimento normal da economia. Facto particularmente intolerável é a persistência dos regimes fascistas e ditatoriais.

Outro obstáculo é o que representa a política de agressão e a corrida aos armamentos que ela acarreta, que reúne num pólo a riqueza de um pequeno grupo de ricos e no outro, a miséria das massas e a discriminação de dezenas de milhares de trabalhadores.

A experiência demonstra que as violações dos direitos sociais e políticos tomam um carácter particularmente perigoso durante os conflitos armados. Todos estes factos são um flagrante insulto à humanidade. Os povos tentam encontrar os meios de eliminar os obstáculos ao progresso social e ao respeito efectivo pelos direitos do homem. Evidentemente, que o carácter dos problemas sociais e as vias e os meios que se oferecem para a sua solução, reflectem as particularidades do sistema social onde se põem. Porém, os povos e os estados de diferentes sistemas sociais podem, e devem, cooperar para o bom cumprimento desta tarefa. Acentuamos, pois, que os debates encorajadores que se fazem actualmente sobre os problemas da paz e da cooperação devem prosseguir e alargarem-se. Esta condição é importante para impedir a guerra mundial a qualquer guerra local, para fazer cessar a corrida aos armamentos e pôr fim à miséria em todo o mundo. Saudamos as recentes modificações positivas, havidas nas relações internacionais. O desanuviamento internacional que já se conseguiu e a política

de coexistência pacífica, abrem novos horizontes para a solução dos múltiplos problemas que respeitam ao progresso social e aos direitos do homem.

Os dois pactos sobre os direitos do homem, aprovados pela ONU, em 1966 — direitos económicos, sociais e culturais por um lado, e por outro direitos cívicos e políticos —, são indissociáveis.

Estamos certos de que o homem não poderá ser livre, no pleno sentido da palavra, se não gozar de direitos sociais e económicos devidamente garantidos ou sem direitos cívicos e políticos.

A comissão fez notar o grande papel que cabe aos governos, no que respeita aos direitos do homem, nos países respectivos, considerando que a Carta da ONU arrasta já a responsabilidade jurídica dos estados em proteger e alargar os direitos do homem. Porém, estas fórmulas gerais não chegam, sendo necessário que se enunciem concretamente os direitos garantidos e ergam os mecanismos que permitam o seu exercício.

Assim, uma das tarefas do Congresso Mundial das Forças da Paz é a de solicitar a todos os estados que ratifiquem os dois pactos internacionais, visando a sua efectiva aplicação, e os outros acordos relativos aos direitos do homem.

A comissão considera ser indispensável que os poderes da comissão dos direitos do homem, da ONU, funcionem inteiramente, para proceder ao estudo e à mais detalhada análise dos factos relativos à violação grosseira dos direitos do homem.

As torturas e sevícias a que são submetidos os presos, e especialmente os presos políticos, são dos problemas mais graves e mais largamente propagados. Nalguns estados são a regra normal. É uma prática que tem de ser condenada imediatamente e em qualquer lugar.

Na próxima elaboração dos princípios do direito humanitário internacional e na ratificação, devemos voltar a nossa actividade para conseguir a interdição das armas que representam um perigo para a população civil e que preocupam os combatentes e civis,

como por exemplo a arma nuclear, a biologia, a bacteriológica é a química. Há a maior urgência em alargar o estatuto de preso de guerra a qualquer membro dum movimento de resistência organizada ou de libertação, que for feito prisioneiro. Impõe-se que se tomem medidas para aumentar os direitos de civis durante os conflitos armados, garantindo a sua segurança, saúde e bens.

A comissão aprova as ideias enunciadas nas duas resoluções que lhe foram submetidas pelas organizações internacionais não governamentais, que exigem a proibição da tortura, a garantia de um tratamento humanitário para os prisioneiros e o respeito pelos direitos do homem, nos conflitos armados. A comissão espera que o congresso fomente recomendações positivas de acção, nesse sentido.

Qualquer homem tem o direito inalterável à vida e tal direito deve ser tutelado na lei. A comissão espera que os estados decretem a abolição da pena capital. Nos países onde a pena capital ainda não foi abolida, não deverá ser aplicada a não ser em casos excepcionais, apenas por decisão do tribunal e como sanção para os mais graves crimes, tais como (o genocídio) os assassinatos massivos.

Foi examinado o problema do direito à recusa em cumprir o serviço militar, por motivos religiosos ou morais e, sobretudo, nos casos de guerras concretas em que se consideram injustos os motivos que levam à mobilização.

Segundo opinião geral, um lugar primordial deve ser dado à defesa do direito essencial, o direito à vida. Não restam dúvidas que as duas maiores ameaças que sobre ele pairam são a guerra e a miséria das massas. Há que pôr cobro a ambas.

Uma existência verdadeiramente humana é impossível desligada do respeito pela dignidade do homem. Às forças da paz de todo o mundo cabem as seguintes tarefas, respeitantes aos problemas sociais urgentes, que se caracterizam como direitos fundamentais do homem:

— eliminação de quaisquer formas de discriminação, racial, étnica, linguística, religiosa e sexual;

— melhoramento das condições de trabalho, incluindo a abolição do trabalho escravo, do trabalho forçado e do trabalho dos mineiros; o pleno emprego, a diminuição dos impostos, o aumento dos salários reais, a redução do tempo de trabalho, o salário igual e a igualdade de estatuto para as mulheres, o melhoramento geral das condições de trabalho;

— o melhoramento da saúde geral, incluindo uma alimentação suficiente; a assistência médica gratuita; hospitais completamente equipados e em quantidade suficiente; aumento de créditos à investigação médica;

— melhoramento das condições de habitação incluindo o aumento da construção de imóveis e habitações a baixo preço para todos; a modernização controlada dos centros urbanos;

— melhoramento do sistema de segurança social, incluindo a segurança na velhice, na invalidez e noutras categorias consideradas de incapacidade; estabelecimentos pré-escolares suficientes; aumento do apoio dado à mãe; condições exigidas de descanso;

— eliminação do analfabetismo; melhoramento do sistema de educação nacional; ensino gratuito para todos; democratização do ensino, sendo dada particular atenção à participação dos estudantes na gestão escolar.

Falou-se da preocupação geral pela situação dos trabalhadores emigrados, que devem ter garantido o pleno emprego, em primeiro lugar nos seus próprios países; devem ter direitos iguais aos dos operários dos países para onde emigram.

As principais vítimas da opressão social e da repressão imputável aos sistemas coloniais, neocoloniais e fascistas, são os operários, os jovens e a mulher trabalhadora. Deve ser dada uma atenção especial à necessidade de reforçar a aplicação das leis, que respeitam à sorte dos refugiados.

Defendendo os direitos cívicos e políticos de todas estas categorias e apoiando os que lutam, as Forças da Paz devem dirigir, insistentemente, as suas acções de solidariedade, para:

— o fim do domínio colonial, neocolonial e fascista;

— a autodeterminação nacional e um sistema democrático de eleições;

— a supressão conforme ao direito internacional de qualquer exploração, pelas sociedades multinacionais, das riquezas naturais dos países economicamente mais fracos;

— a libertação dos presos políticos e progressistas, dos que foram detidos por acções que visaram uma maior justiça e amnistia para todos os que recusam participar em guerras de agressão, imperialistas e coloniais;

— abolição da tortura;

— reformas económicas e políticas fundamentais, tal como a reforma agrária;

— inteiro respeito pelas liberdades e direitos democráticos do homem, assegurando a todos, o reconhecimento e exercício dos direitos pessoais e colectivos essenciais, como o direito à liberdade e à segurança individual, o direito de opinião e de expressão, a liberdade de reunião e os direitos sindicais;

— extensão das garantias materiais e jurídicas da defesa dos direitos do homem, o desprezo pelas leis antidemocráticas, o reforço e extensão dos direitos sociais e políticos das organizações operárias.

São estes os problemas candentes que exigem uma acção conjunta imediata, sem esgotarem, de modo algum, a lista dos problemas debatidos pela Comissão «Problemas sociais, direitos do homem e da Paz».

Para alcançar progressos sensíveis e rápidos neste domínio, é necessário conseguir uma cooperação e coordenação de acções a diversos níveis, por exemplo:

— entre os estados, a nível bilateral ou multilateral e com o cumprimento de programas das grandes organizações internacionais — ONU, UNESCO, OIT, OMS, etc.;

— entre as uniões sindicais, da juventude, das mulheres, religiosas e outras organizações sociais;

— entre economistas, juristas, sociólogos e outros especialistas.

Esta cooperação será conseguida mais rápida e eficazmente no quadro de cada contexto nacional, sócio-económico, político e histórico. Este amplo movimento de solidariedade internacional, capaz de trabalhar com eficácia, só pode ser criado se todas as Forças da Paz tiverem realmente consciência da sua responsabilidade, quanto à realização dos objectivos enumerados, no quadro duma acção nacional e duma unidade de esforços a nível internacional. Os trabalhos da comissão demonstram que o movimento de solidariedade com os que lutam nos seus países pelo progresso social e pelos direitos do homem, é possível, existindo já nalguns casos, e dá um grande apoio a todos os que combatem as forças da reacção.

É este o único caminho em que é possível realizar na prática, as imensas potencialidades da coexistência pacífica e da revolução científica e técnica, no interesse de toda a humanidade.

COOPERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, INTERGOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Relatório da Comissão XIII

I

Nos trabalhos da comissão participaram representantes de organizações intergovernamentais e não governamentais, e ainda representantes de numerosos países. Os trabalhos da comissão decor-

reram num ambiente de troca de pontos de vista, livre e construtiva no vasto campo dos problemas relativos à cooperação entre as organizações intergovernamentais e não governamentais e apenas entre as organizações não governamentais, na etapa actual.

Os participantes na comissão constataram que a nova situação, que se estabeleceu nas relações internacionais e que se caracteriza em toda uma série de modificações positivas importantes, dá mais possibilidades de passar definitivamente da tensão e da guerra fria para uma paz estável.

A realização destas possibilidades exige a maior conjugação dos esforços de todos os que aspiram à manutenção e consolidação da paz. Estes grandes objectivos devem estar no centro da atenção de todas as organizações internacionais e a cooperação entre elas deve estar-lhes subordinada.

A contribuição construtiva das organizações internacionais e não governamentais à solução dos grandes problemas internacionais, e à intensificação da cooperação entre as organizações não governamentais, são testemunho da influência positiva que a opinião pública exerce nas relações internacionais. Isto torna-se muito mais importante, quando, como na etapa actual, o papel da opinião pública internacional é enorme e continua a aumentar.

Na opinião dos participantes, o Congresso de Moscovo é o índice seguro de que a tarefa de aumentar a cooperação entre as organizações não governamentais e intergovernamentais, especialmente a ONU, quanto aos problemas da manutenção da paz, é perfeitamente realizável. A atenção que as organizações internacionais, mais influentes, dedicam ao congresso permite considerá-lo como o início encorajador de uma nova etapa desta cooperação.

Existem dois grupos de problemas importantes para a cooperação e a mútua compreensão:

a) o das relações entre as diferentes organizações internacionais, não governamentais; e

b) o das relações entre as organizações internacionais não governamentais e as organizações internacionais intergovernamentais.

No que respeita a a) as diferenças de sistema sócio-políticos dos vários países, não devem obstar à actividade comum das organizações não governamentais pela defesa da paz. A boa vontade, a mútua compreensão, o desejo de chegar a uma solução positiva destes importantes problemas e, no caso concreto, uma maleabilidade e interesse grandes, podem e devem ajudar a ultrapassar as dificuldades da cooperação. Entre as organizações não governamentais, será conveniente que se procedam a trocas de opiniões sobre os problemas da paz, tanto em geral como em inúmeros casos concretos, que se alargue ao máximo o diálogo, que se multipliquem os laços e contactos e que se desenvolva uma vasta cooperação, a níveis quer internacional, quer nacional, sobre os problemas da manutenção da paz universal, da segurança e da cooperação.

Quanto às relações indicadas em b), ou seja, às relações entre as organizações internacionais, não governamentais e intergovernamentais, é necessária e possível uma cooperação mais vasta, sobretudo com organizações universais como a ONU, com as instituições especializadas mais importantes e com as organizações regionais, relativamente à manutenção da paz e da segurança. As organizações não governamentais podem dar substancial ajuda à actividade das organizações intergovernamentais, tanto no domínio da regulamentação dos problemas políticos internacionais mais importantes (regulamentação de conflitos internacionais, edificação de sistemas de segurança, problemas do desarmamento, luta contra o colonialismo, o fascismo, o racismo, o «apartheid» e outras formas de discriminação, etc.), como no que respeita à aplicação das decisões das organizações intergovernamentais, principalmente da ONU, das suas instituições especializadas e das

organizações regionais, com ajuda e apoio de grandes movimentos de massas.

A comissão prestou atenção aos contactos consultivos das organizações não governamentais com a ONU e algumas das suas instituições especializadas, que permitem às forças sociais organizadas, exercer certa influência na sua actividade.

Por um lado, as organizações não governamentais não utilizam plenamente as possibilidades que o estatuto consultivo lhes dá. Por outro lado, no domínio organizacional e jurídico o mecanismo destes contactos não está suficientemente aperfeiçoado, o seu processo é demasiadamente complicado e não engloba toda a diversidade de problemas existentes, o que torna particularmente difícil levar em consideração a opinião pública, quanto à manutenção da paz e à regulamentação pacífica dos litígios internacionais. O sistema de consultas e a cooperação não atingiram, ainda, na prática, o desenvolvimento que as actuais condições exigem. Uma das principais razões está nas consideráveis dificuldades que as organizações de massas, que militam pela paz e pela segurança, têm para obter o estatuto consultivo necessário. Isso não só impede as organizações intergovernamentais de ter em conta, como o deveriam, para a sua actividade, as posições da opinião mundial, mas limita ainda as suas possibilidades de acção, privando-as do apoio de massas em todos os países e continentes.

Acentuou-se, nas sessões da comissão, que os aspectos negativos desta situação se traduziam nas dificuldades que se encontram na organização de contactos e na permanente cooperação das organizações internacionais e nacionais, do movimento contra a guerra, com os organismos e organizações da ONU. O facto dos laços já limitados das organizações não governamentais com a ONU serem orientados, no essencial, pelo Conselho Económico e Social restringe a sua acção apenas aos problemas da sua competência. As questões políticas essenciais da manutenção da paz, do desarmamento, etc., de que se ocupam os outros grandes

organismos da ONU, estão fora desses contactos. A vida obriga — e isso já aconteceu em vários casos — a estabelecer alguns contactos esporádicos sobre os problemas da luta contra o colonialismo, o racismo e outros. Há que tentar encontrar, no âmbito da Carta da ONU, as possibilidades de multiplicar tais contactos.

Para tornar mais eficaz o contacto com as organizações inter-governamentais convém: que as organizações não governamentais elaborem uma linha de acção comum e apresentem, conjuntamente, propostas nesse sentido às organizações intergovernamentais e, particularmente, à ONU. Este processo exige amplas consultas e uma minuciosa planificação.

Diversas organizações de massas, no mundo (políticas, de mulheres, de jovens, sindicais, religiosas), e ainda as organizações que lutam pelo aumento da cooperação internacional e pelo reforço da compreensão mútua, revestem hoje grande importância na luta pela paz. A Conferência de Segurança Europeia, o Ano Internacional das Mulheres (1975), a Conferência Sindical para a Luta Contra o «apartheid», o X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, são um exemplo encorajador da cooperação entre as organizações sindicais, de mulheres, de jovens e outras organizações não governamentais. Segundo a opinião geral dos participantes, a prossecução das actividades acima indicadas exige que se examine o problema da criação dum mecanismo que assegure contactos e consultas regulares e, quando necessário, a coordenação da actividade das organizações não governamentais.

Lugar de destaque tem o problema da responsabilidade de numerosas organizações internacionais não governamentais, face ao movimento de libertação nacional, que apresenta os seus problemas específicos e reclama que as organizações internacionais intergovernamentais, e os diversos organismos da ONU, tomem medidas de apoio à sua luta pela justiça e pela liberdade, tal como a luta do povo chileno.

Constatou-se, no decorrer da discussão, que as dificuldades que subsistem, actualmente, nos contactos entre os dois principais grupos de organizações internacionais resultam, principalmente, das interferências da guerra fria. Para as ultrapassar é necessário que as relações entre as organizações intergovernamentais e não governamentais sejam baseadas na reciprocidade, na compreensão da especificidade das partes presentes, na procura de soluções mutuamente aceitáveis.

As actuais condições de desanuviamento e de crescente cooperação, e da grande influência da opinião mundial, na solução dos grandes problemas internacionais, oferecem novas possibilidades favoráveis à acentuação do papel desempenhado pelas organizações não governamentais, representativas na actividade da ONU, das suas instituições especializadas e noutras grandes organizações intergovernamentais, a favor da paz e do alargamento da cooperação internacionais. Sublinhou-se, especialmente, que a base do início destas modificações deve a sua absoluta correspondência ao crescente processo de democratização na vida internacional, nas ideias e princípios da Carta da ONU e nos princípios, universalmente admitidos, do direito internacional. Isto significa que a cooperação entre as organizações intergovernamentais e não governamentais deve ter, por fim, o reforço da segurança internacional, a garantia da coexistência pacífica, da cooperação em pé de igualdade e da compreensão entre os povos, o progresso social e a democracia.

II

Quanto às questões mais concretas da intensificação da cooperação entre as organizações intergovernamentais e não governamentais, a comissão considera necessário:

1. O aumento das possibilidades que as organizações não governamentais têm de exercer uma influência positiva na actividade

das maiores organizações intergovernamentais, principalmente da ONU, das suas instituições especializadas e doutras organizações, nos domínios que constituem o programa do presente Congresso, para consolidar o desanuviamento internacional e torná-lo irreversível. Para isso, é, primeiro, necessário:

a) que as próprias organizações não governamentais usem mais eficazmente as possibilidades que o estatuto consultivo lhes dá;

b) que a influência das organizações não governamentais, que exprimem a opinião pública das diversas regiões geográficas do mundo, seja reforçada, em primeiro lugar, nos organismos da ONU, que se ocupam das questões políticas internacionais mais importantes (manutenção da paz, luta contra a agressão imperialista, regulamentação dos conflitos internacionais, desarmamento, descolonização, etc.).

A necessidade para as organizações não governamentais de dar uma contribuição positiva à actividade da ONU e das outras organizações intergovernamentais, no que respeita à manutenção da paz, põe na ordem do dia o problema da criação, no âmbito da Carta da ONU, de possibilidades de organização complementares (fora do estatuto consultivo) para os contactos das organizações não governamentais com os organismos da ONU, sobre as questões políticas já mencionadas.

2. O desenvolvimento do diálogo e da cooperação (e nalguns casos, a organização de acções comuns) dum círculo, tão lato quanto possível, de organizações internacionais não governamentais, de diferentes horizontes políticos e ideológicos, sobre os importantes problemas da manutenção da paz, do desenvolvimento da cooperação internacional e do apoio das actividades positivas da ONU com o fim de assegurar a paz.

3. A realização de acções comuns concretas das diferentes organizações não governamentais, pela regulamentação, numa base equitativa, de todos os conflitos militares, da liquidação dos focos

de agressão imperialistas, por exemplo, no Próximo Oriente e noutras regiões do mundo.

4. A realização de acções comuns das diversas organizações não governamentais, favorecendo a criação de sistemas de segurança internacional e a manutenção da paz universal, a realização de acções contra o exacerbamento da tensão internacional, contra a corrida aos armamentos e pala interdição das armas de extermínio maciço.

5. A contribuição, em todas as formas possíveis (apoio político, material e moral), dada à descolonização, à luta para suprimir os vestígios do sistema colonial, o racismo, o fascismo, o «apartheid» e a outras formas de discriminação, e para o reforço da independência nacional dos jovens estados soberanos.

6. A contribuição para o desenvolvimento da cooperação e dos contactos internacionais em todos os domínios e em pé de igualdade à escala global e regional, tendo por fim o progresso económico e social dos povos e, principalmente, dos povos dos países em vias de desenvolvimento, a garantia dos direitos do homem, a protecção atmosférica, a educação dos jovens na ideia da paz, da mútua compreensão e do respeito entre os povos.

7. A preparação e realização de conferências de organizações não governamentais, para examinar os problemas levantados pela sua actividade comum e das acções colectivas nos organismos da ONU, sobre as questões essenciais da regulamentação dos conflitos e da manutenção da paz, do desarmamento, da descolonização, etc.

8. A análise do problema da criação de um mecanismo que permita assegurar: as consultas e cooperação entre as organizações não governamentais, o estudo do problema concreto dos contactos com a ONU, e as outras organizações intergovernamentais, para a manutenção da paz.

A comissão considera que o trabalho realizado conjuntamente pelas organizações não governamentais, para preparar e realizar

o Congresso das Forças da Paz, em Moscovo, foi uma experiência positiva, e espera que esses contactos e cooperação prossigam futuramente.

A comissão espera que os principais resultados dos seus trabalhos, sejam levados ao conhecimento da ONU e das suas instituições especializadas.

CHILE

Relatório da Comissão XIV

A Comissão do Congresso Mundial das Forças da Paz para o Chile trabalhou, intensamente, na segunda metade do dia 27 de Outubro e durante todo o dia 28. Participaram mais de 350 pessoas; todos os oradores inscritos falaram. Nestas sessões, que constituíram a primeira parte dos trabalhos da comissão, intervieram mais de 75 pessoas, representantes tanto de organizações internacionais como de delegações nacionais de vários países.

As intervenções centraram-se nas quatro questões fundamentais:

a) apreciação e análise dos trágicos acontecimentos do Chile, em ligação com a actual situação na América Latina e em todo o mundo;

b) denúncia das atrocidades e do verdadeiro genocídio que a Junta Militar fascista no Chile continua a cometer, e que são confirmadas pelos relatórios, tanto de chilenos como de estrangeiros que foram pessoalmente testemunhas;

c) amplas manifestações de solidariedade ao Chile, realizadas em todo o mundo e as mais diversas acções dos meios e organizações de diferentes concepções políticas, filosóficas e sociais;

d) urgente necessidade de contribuir neste movimento de solidariedade e de o intensificar ao máximo, tanto nos vários países como em todo o mundo, para o tornar tão amplo e activo quanto

possível. Numerosas propostas concretas foram feitas nesse sentido.

Quanto a estas questões a comissão está unanimemente de acordo. Isso nota-se, particularmente, quanto à necessidade de conseguir, com a acção conjunta das mais diversas forças, o isolamento geral da clique que se apoderou do Poder no Chile e quanto à necessidade de prestar a mais ampla e eficaz ajuda moral, política e material ao povo Chileno na sua luta heróica pela libertação da pátria, pela recuperação da independência nacional espezinhada, das liberdades democráticas e do direito de decidir livremente do seu destino.

Depois de concordarem com a apreciação política do problema chileno, inserta no relatório de introdução aos trabalhos da comissão, os participantes consideram necessário que se sublinhem os seguintes aspectos essenciais: a actual situação internacional caracteriza-se pela expansão das ideias de paz, de democracia e progresso, e pelo aumento das forças que lutam pelo desanuviamiento, pela soberania e segurança dos povos. É por isso que as forças do imperialismo e da reacção tomam todas as medidas e recorrem aos mais diversos meios para passarem à contra-ofensiva — de tal é testemunho o drama do Chile. — Os povos devem assim, manter-se alerta e redobrar de esforços para os vencer.

O golpe de estado militar do Chile não é um facto isolado. O que se fez no Chile foi uma tentativa de punir e intimidar os povos que, por vários meios, conseguiram ou procuram conseguir uma libertação política e económica totais. Relativamente a isto, há que acentuar o funesto papel desempenhado pelas corporações imperialistas internacionais, cujas acções, muitas vezes, dirigidas pela CIA e pelo Pentágono, se traduzem em incessantes «complots», contra os interesses, direitos e soberania, não só dos países em vias de desenvolvimento da América Latina, Ásia e África, mas também dos países avançados da Europa Ocidental.

Os meios oligárquicos e outras forças reaccionárias são os agentes internos desta estratégia e tiveram no Chile um papel

decisivo para a preparação e realização do cobarde atentado ao governo constitucional de Salvador Allende.

A infame missão de dar um golpe decisivo no regime democrático, foi confiada à casta militar fascista, antipatriótica, fiel à sua formação e educação nas escolas do Pentágono. No Chile houve uma coligação de grupos fascistas, de forças políticas e económicas da direita e do Partido Nacional, com a cumplicidade de Frey e dos meios reaccionários do Partido Democrata-Cristão; foram eles que prepararam a traição da Junta Militar, que não hesitou em reprimir o povo e em destituir o governo legal, para defender os seus interesses.

Estes meios nunca aceitaram o programa de unidade popular adoptado pelo governo de Allende: profundas reformas económicas e sociais progressistas; afirmação da soberania nacional, tanto no interior do país como no estrangeiro; conquista da independência económica, em primeiro lugar pela nacionalização da indústria de extracção do cobre e de outras riquezas do Chile, bem como dos ramos essenciais da economia; melhoramento do nível de vida e da cultura do povo, que começara já a ter o direito a uma vida melhor.

Foi contra estas realizações e contra as enormes esperanças que despertaram tanto no Chile como no estrangeiro, que os facciosos intervieram.

Segundo um plano revelado no Senado dos Estados Unidos e na Imprensa americana, segundo documentos da I. T. T. e informações sobre a participação da CIA, os putchistas, aproveitaram-se para isso das amplas liberdades e garantias democráticas que vigoravam no governo de Allende: liberdade de expressão, de Imprensa, de reuniões, de culto e de opiniões.

Os generais traidores, que tinham jurado fidelidade à Constituição e às leis, começaram por assassinar o presidente Allende; dissolveram o Congresso, proibiram os partidos políticos, a Central Sindical dos Trabalhadores do Chile e todas as organizações

populares e democráticas e fundaram um reino de repressão massiva, terror, delacção, rígida censura e campos de concentração. As ruínas do palácio presidencial e do museu das Belas-Artes, os cadáveres de vítimas lançadas Mapocho, a casa assaltada de Pablo Neruda, os autos de fé de livros no estilo fascista, e a dor indescritível de inúmeros órfãos, mães e famílias chilenas, são bem os símbolos da Junta fascista.

A natureza dos militares fascistas, ao serviço dos interesses políticos e económicos dos grandes monopólios nacionais e internacionais, depressa se revelou nas medidas económicas que adoptaram contra o povo chileno.

Reduziram a nada todas as conquistas dos trabalhadores, alcançadas pelo Governo Popular, desencadearam uma inflação espantosa da ordem dos 1000 por cento e depressa deram as empresas nacionalizadas pelo Governo Popular e as terras, aos banqueiros, patrões, latifundiários e companhias norte-americanas.

Salvador Allende deu a vida na defesa do Governo Popular, dos interesses dos trabalhadores, da Constituição e da Lei. Manteve-se fiel ao seu juramento. A heróica resistência de Salvador Allende, a sua obra, herança e exemplo, permanecerão sempre. O espírito de Allende estará invisivelmente presente, ao lado do povo, em todos os seus combates.

A resistência e a oposição à Junta vão aumentando dia a dia, graças às forças democráticas e revolucionárias que se unem por todo o território do país.

O mundo é agitado pelos monstruosos crimes cometidos pelo fascismo contra o povo chileno.

Grandes manifestações se fazem em todo o mundo em sinal de solidariedade com os que sofrem e lutam no Chile. Nunca anteriormente, um movimento de solidariedade tão amplo, tão activo e poderoso, se tinha desenvolvido com tal rapidez.

Toda a humanidade se sente directamente tocada pelos acontecimentos do Chile.

A acção da Junta Militar neste país pôs em perigo os valores e direitos essenciais do homem, de não importa que parte do planeta.

Os regimes fascistas são focos permanentes de «complots» contra a liberdade dos outros povos e contra a segurança e paz mundiais.

Porém, existem no mundo forças suficientes para impedir o prosseguimento destas exacções.

Lutando pelos seus direitos democráticos, o povo do Chile bate-se por todos, tanto pelo futuro do seu país como pelo futuro de toda a humanidade.

Assim, para dar um impulso ainda maior ao grande movimento mundial de solidariedade, propomos o seguinte:

Medidas de organização:

— apoiar o documento «Aos povos: pelo Chile», distribuído em Roma a 18 de Setembro de 1973, pelos dirigentes de todos os partidos da Unidade Popular e doutras personalidades patrióticas do Chile, apelando para que se dê a mais ampla ajuda internacional à resistência e luta do povo chileno;

— desenvolver e intensificar a acção das comissões nacionais de solidariedade ao Chile, já fundadas em numerosos países, e ajudar simultaneamente a criação destas comissões onde ainda não existam; recomendar que estas comissões, para poderem cumprir a sua nobre missão, tenham um carácter o mais amplamente representativo, reunindo todas as organizações e pessoas quaisquer que sejam as suas posições ideológicas, que querem apoiar a causa do povo chileno;

— multiplicar a existência de contactos entre as comissões nacionais e a organização «Chile Democrático» fundada em Roma;

— estas comissões podem coordenar a sua acção a nível internacional, por intermédio da comissão directora do Congresso Mundial das Forças da Paz e da Comissão Internacional de

Ligação, de cuja constituição se encarrega a comissão finlandesa que organizou a Conferência Internacional de Solidariedade ao Povo chileno, em Helsínquia, nos fins de Setembro de 1973.

Fim da repressão:

1. Lançar imediatamente uma activa e ampla campanha, à escala nacional e internacional, para pôr cobro às repressões massivas no Chile, acabar com os assassinatos e fuzilamentos executados por decisão do tribunal militar, ou sem julgamento, às medidas de excepção, à captura de reféns entre familiares, às torturas e para obter a supressão dos tribunais militares.

2. Lutar pela libertação de Luís Corvalan e de todos os presos políticos, dos ministros e funcionários do governo de Allende, dos dirigentes dos partidos, dos sindicatos de organizações estudantis, de mulheres, de jovens e outras, dos operários e camponeses, das personalidades do mundo das artes, da ciência e da cultura.

3. Exigir o encerramento dos campos de concentração.

4. Exigir a colaboração, em todos os países, de advogados que queiram dar a sua ajuda na defesa dos presos políticos no Chile.

5. Exigir o respeito pelo direito ao asilo político, conforme aos acordos e tratados internacionais, dado que a Junta tenta transformar as embaixadas em prisões e proíbe que as pessoas refugiadas nas embaixadas, sitiadas pelas tropas, passem a fronteira, traindo com isso a boa vontade dos governos que elas representam.

6. Exigir que os refugiados ou exilados não chilenos, residentes no Chile, não sejam obrigados pela Junta a voltar para os países de origem, assim que recebam uma licença.

7. Exigir que os governos concedam inteiramente o direito de asilo político a todos os que foram atingidos pelo golpe de estado,

quer sejam chilenos ou não, incluindo o direito ao trabalho e ao ensino.

8. Enviar ao Chile delegações de parlamentares, juristas, ministros do culto, organizações sociais ou outras, às quais deverá ser dada a possibilidade de visitar os campos de concentração nas ilhas Dowjor, Kirikira e Juan Fernandez, no estádio nacional de Santiago, em Pissagua e nos barcos transformados em prisões improvisadas, para que essas delegações possam denunciar perante todo o mundo as condições desumanas em que os presos políticos aí vivem.

9. Promover e estimular os encontros regionais e internacionais de massa, tais como o Encontro da Juventude Europeia, em Turismo, de 17 a 18 de Novembro, organizado pela juventude italiana e internacionais.

Defesa das crianças, mulheres e pais das vítimas da repressão

1. Empreender as mais diversas acções para ajudar os milhares e milhares de crianças que ficaram órfãs, as mulheres, as viúvas, os velhos sem amparo e todos os membros das famílias dos fuzilados, dos presos, dos exilados e dos que desapareceram.

2. Conseguir que pessoas e delegados de organizações representativas possam entrar no Chile, para encontrar estas pessoas sem defesa, e orientar, no sentido desejado, a ajuda internacional destinada a minorar os seus sofrimentos. Neste sentido, exige uma ajuda urgente da UNISEF, da FAO, da Cruz Vermelha, da F. S. M., da Comissão dos Direitos do Homem da ONU e doutras instituições e organizações.

3. Exigir uma aplicação urgente ao caso chileno das diversas resoluções adoptadas pelas instituições das Nações Unidas, desde a protecção da família à assistência às mães e aos cuidados especiais às mães e às crianças e, particularmente, a aplicação da resolução 1687 (L II) do Conselho Económico e Social, relativa à

«protecção da mulher e da criança nos países em estado de emergência e de guerra, que lutam pela paz, à autodeterminação, à libertação nacional e à independência.

Meio litro de leite para as crianças chilenas

1. Informar o mundo inteiro de que a Junta Militar fascista não só matou inúmeras crianças nos bombardeamentos, não só deixou inúmeros órfãos devido à repressão desenfreada, mas ainda privou todas as crianças do Chile do direito ao meio litro de leite por dia, decretado pelo Governo Popular do presidente Allende, e que foi rigorosamente respeitado enquanto esteve no poder.

2. Apelar para que os homens e mulheres de todo o mundo criem um fundo internacional especial para o restabelecimento deste direito outorgado às crianças chilenas, e que lhes foi retirado pela Junta Militar. Encontrar os meios internacionais que garantam que esta ajuda será dada efectivamente às crianças, e que a Junta Militar não a utilizará em seu proveito.

Tribunal internacional para os crimes da Junta Militar

1. Começar imediatamente a receber, analisar e coligir testemunhos orais, escritos e audiovisuais, das atrocidades cometidas pela Junta Militar. Para isso, pedir que todas as delegações enviadas ao Chile, bem como todas as pessoas chilenas ou estrangeiras, que pessoalmente foram testemunhas dos crimes fascistas no Chile, mandem relatórios escritos, e qualquer espécie de provas, à Comissão Internacional de Ligação, em Helsínquia, e à Organização «Chile Democrático», em Roma.

2. Pedir ao organismo que for criado neste congresso, que organize imediatamente, com a ajuda da Comissão Internacional

de Ligação de Helsínquia, para que este tribunal agrupe juristas eminentes, especialistas de direito internacional e outras personalidades de renome mundial.

Acentuar o isolamento da Junta Militar

1. Mobilizar a opinião pública para que pela sua acção, se consiga que a clique militar não seja reconhecida.

2. Iniciar conversações, com largo apoio popular, junto dos governos, que nada tenham feito ainda nesse sentido, para que se tomem medidas visando isolar a Junta Militar e aplicar-lhe diversas sanções, morais, políticas e económicas baseadas no desrespeito, por este regime, de todas as normas da humanidade e da civilização. Lutar para que nenhum crédito ou qualquer outra ajuda financeira seja dada à junta fascista, e para que lhe sejam recusados todos os créditos, de modo a que a junta não receba qualquer ajuda económica. É, também, imperioso conseguir que a junta não receba, seja de que modo for, quaisquer armas que utilize no massacre de chilenos. Apoiar as decisões tomadas pelos trabalhadores de vários países, de boicote ao fornecimento de armas aos carrascos do Chile.

3. Exigir que todas as organizações nacionais e internacionais reclamem da ONU, do Conselho de Segurança, da presente sessão da Assembleia Geral, das comissões da Assembleia e das agências especializadas da ONU — UNESCO, UNCTAD, Conselho Económico e Social, Organização Internacional do Trabalho, etc. —, a condenação da Junta Militar e apelando para que definam sanções contra ela, e tomem todas as medidas susceptíveis de favorecer o restabelecimento no Chile dos legítimos direitos do seu povo, conforme a Carta da ONU. A comissão para o Chile encarrega a delegação, que for enviada pelo Congresso Mundial das Forças da Paz à ONU, de aí expor esta legítima exigência.

Romper o obstáculo da informação

1. Fazer com que as emissões de rádio que são captadas no Chile dêem detalhadas informações sobre a situação interna neste país, e as acções internacionais de solidariedade, para que o povo chileno conheça a verdade.

2. Lutar contra qualquer tentativa dos meios reaccionários dos vários países e mesmo da Junta Militar, de utilizarem os meios de informação para apresentar à opinião mundial a natureza deturpada do fascismo chileno e dos crimes que comete. Denunciar a perseguição que a Junta move a numerosos jornalistas estrangeiros.

3. Enviar ininterruptamente, de todos os países do Mundo, milhares e milhares de cartas e telegramas ao povo chileno, exprimindo a solidariedade com ele e dando informações sobre as notícias publicadas na imprensa mundial sobre os acontecimentos dramáticos no Chile. Com este fim, remeterem-nas às escolas, universidades, às freguesias e a outras organizações.

Problema dos licenciados, em consequência das medidas tomadas pela Junta

Conseguir que os governos dos países amigos insistam com a O. I. T., em Genebra, para o envio ao Chile de uma comissão encarregada de fazer listas de operários e empregados licenciados, para obrigar a Junta, por meio de uma campanha internacional de solidariedade, a dar as indemnizações de desemprego aos licenciados, até estes se empregarem.

Outras medidas:

1. Apoiar o pedido de inquérito, apresentado pelo presidente Allende, em Dezembro do ano findo, à ONU, à actividade das corporações imperialistas internacionais, que se ingerem nos negó-

cios internos dos Estados. Este pedido está na ordem do dia da sessão da Assembleia Geral da ONU.

Apelar para a luta em todos os países, contra estas corporações.

2. Apelar para que as personalidades das artes plásticas de todo o mundo, que tivessem dado as suas obras ao museu de solidariedade ao governo popular de Salvador Allende, exijam que elas lhes sejam devolvidas.

3. Desenvolver em todos os países, entre operários, camponeses, estudantes, trabalhadores intelectuais, mulheres, jovens, etc., o movimento de solidariedade ao povo chileno das mesmas camadas sociais dos que actualmente são assassinados, aprisionados ou perseguidos.

4. Exigir que os governos, que ainda o não tenham feito, dêem aos refugiados chilenos e doutros países da América Latina, amplas garantias de direito de asilo, que inclua o direito ao trabalho, ao estudo e à aprendizagem de uma profissão, etc.

Perpetuar a memória do presidente Allende e de Pablo Neruda

Prosseguir com o amplo movimento dos povos de todo o mundo, em memória do presidente Salvador Allende e do poeta Pablo Neruda, exaltando o seu exemplo, dando os seus nomes a escolas, universidades e outras instituições, a praças, ruas, fábricas, bancos, etc., e publicando ou difundindo as suas obras.

A comissão pede ao congresso que, no fim dos trabalhos, crie uma comissão internacional de coordenação das forças da Paz, encarregada de concretizar as recomendações aqui adoptadas.

cios internos dos Estados. Este pedido está na ordem do dia da sessão da Assembleia Geral da ONU.

Apelar para a luta em todos os países contra estas corporações.

2. Apelar para que as personalidades das artes plásticas de todo o mundo, que tivessem dado as suas obras ao museu de solidariedade ao governo popular de Salvador Allende, existam que elas lhes sejam devolvidas.

3. Desenvolver em todos os países, entre operários, camponeses, estudantes, trabalhadores intelectuais, mulheres, jovens, etc., o movimento de solidariedade ao povo chileno das mesmas camadas sociais das que actualmente são assassinados, aprisionados ou

perseguidos.

4. Exigir que os governos, que ainda os não reconheceram, dêem aos refugiados chilenos e doutros países da América Latina,

Este livro, edição do Conselho
Português para a Paz e Coope-
ração foi composto e impresso
nas Oficinas Gráficas «N.A.» Ld.
em Maio de 1974

Perpetuar a memória do presidente Allende

e de Pablo Neruda

Proseguir com o amplo movimento dos povos de todo o mundo, em memória do presidente Salvador Allende e do poeta Pablo Neruda, exaltando o seu exemplo, dando os seus nomes a escolas, universidades e outras instituições, a praças, ruas, fábricas, parques, etc., e publicando ou difundindo as suas obras. A comissão pode no congresso que, no fim dos trabalhos, cria uma comissão internacional de coordenação das forças de Paz, encarregada de concretizar as recomendações aqui adoptadas.

1. Apelar a todos os povos, organizações, instituições, etc., a aderirem à UNO e a apoiar o presidente Allende.